

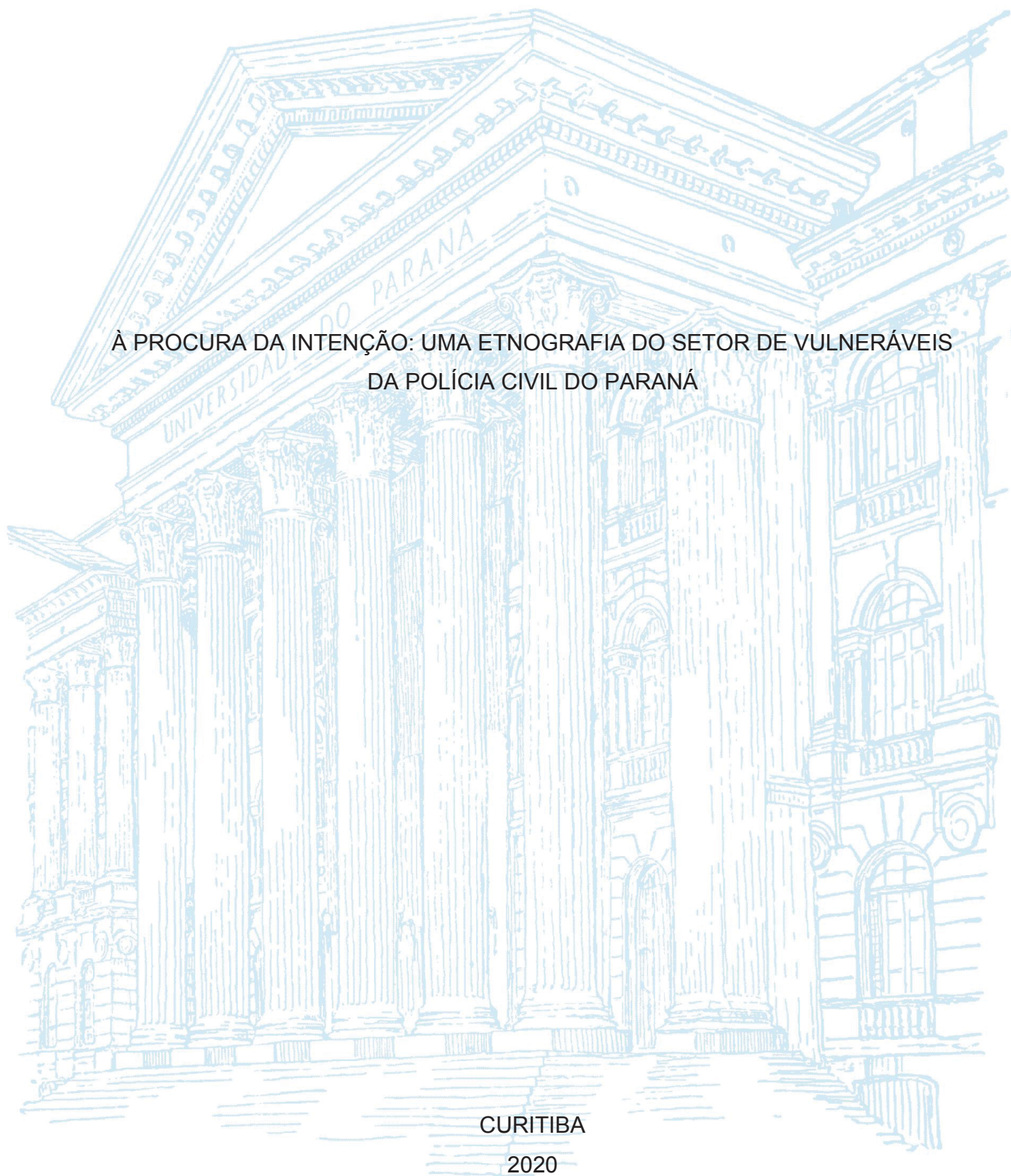
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

À PROCURA DA INTENÇÃO: UMA ETNOGRAFIA DO SETOR DE VULNERÁVEIS
DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

CURITIBA

2020



EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA

À PROCURA DA INTENÇÃO: UMA ETNOGRAFIA DO SETOR DE VULNERÁVEIS
DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia e Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Almeida, Eduardo Oliveira de

À procura da intenção : uma etnografia do Setor de Vulneráveis da Polícia Civil
do Paraná. / . Eduardo Oliveira de Almeida. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Pro^{fa}. Dr^a. Ciméa Barbato Bevilaqua

1. Populações vulneráveis – Crimes contra. 2. Etnologia. 3. Racismo – Crime
doloso. 4. Investigação policial. 5. Preconceitos. I. Bevilaqua, Ciméa Barbato,
1965-. II. Título.

CDD – 305.80098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA** intitulada: **À procura da intenção: uma etnografia do Setor de Vulneráveis da Polícia Civil do Paraná**, sob orientação da Profa. Dra. CIMÉA BARBATO BEVILAQUA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 04 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 12:04:31.0

CIMÉA BARBATO BEVILAQUA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 11:48:53.0

JULIANE BAZZO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 12:08:50.0

FLAVIA MEDEIROS SANTOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Rua General Carneiro, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 64810

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 64810



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

ATA Nº177

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**

No dia quatro de dezembro de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala online, suportada pelo Microsoft Teams, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA**, intitulada: **À procura da intenção: uma etnografia do Setor de Vulneráveis da Polícia Civil do Paraná**, sob orientação da Profa. Dra. CIMÉA BARBATO BEVILAQUA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: CIMÉA BARBATO BEVILAQUA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), JULIANE BAZZO (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS), FLAVIA MEDEIROS SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, CIMÉA BARBATO BEVILAQUA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca examinadora destaca a qualidade, relevância e originalidade do trabalho, recomendando a publicação de seus resultados em artigos e outras formas de divulgação acadêmico-científicas.

CURITIBA, 04 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 12:04:31.0

CIMÉA BARBATO BEVILAQUA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 11:48:53.0

JULIANE BAZZO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 12:08:50.0

FLAVIA MEDEIROS SANTOS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Rua General Carneiro, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 64810

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 64810

para Angelita, minha mãe

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que apresentarei nas próximas páginas não teria acontecido sem o apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Deixo meus sinceros agradecimentos à instituição.

Estive acompanhado por pessoas incríveis durante o período do mestrado e da escrita da dissertação. Pessoas de quem recebi grande apoio.

Agradeço às professoras, professores e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná pelo empenho incansável em nossa formação de excelência.

Em especial, gostaria de dizer muito obrigado à minha orientadora, Ciméa Barbato Bevilaqua, pela atenção, rigor e generosidade de suas leituras e conselhos.

Agradeço também a Flávia Medeiros, Juliane Bazzo e João Rickli por terem aceitado o convite para a banca de defesa e, no caso de Juliane e João, estendo meus agradecimentos pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Às professoras e professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, com quem aprendi tanto, gostaria de agradecer pela formação, de modo geral. Em especial, à Eliane Sebeika, Eide Sandra Azevedo Abreu e Thomás Meira.

Colegas e docentes do Núcleo de Pesquisa de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado (NAPER), muito obrigado pelos debates que em muito influenciaram a escrita da dissertação.

Agradeço também ao pessoal da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Paraná pela recepção sempre gentil durante meu trabalho de campo.

Agradeço à escritã do Setor de Vulneráveis, a quem chamo de Roberta nesse trabalho, pela disponibilidade de explicar exaustivamente os procedimentos investigativos de sua atribuição.

Para minha grande amiga Luara, agradeço o carinho, dedicação e companheirismo. Talvez eu tenha tido sorte de te encontrar – mas se um dia ela faltar, eu poderia costurar à mão, com uma agulha torta e pouca linha, os botões que juntam a gente nessa vida.

Aline e Luana, obrigado pela parceria incansável, em especial quando mais precisei. A vida nas terras frias da capital teria sido insuportável sem vocês e sem o fumaceiro no meio das nossas risadas.

Alicinha, Ana Laura, André, Beatriz Protázio, Beatriz Rangel, Clara, Gian, Laís, Lorena, Norma e Pedro – estou muito feliz por poder contar com amizade de vocês. Agradeço pelos abraços, os cafés e as conversas – hiper ou anti materiais.

Agradeço também ao apoio do meu pai José Carlos, minha tia Vera Lúcia, minha prima Aline e meu primo João Luís.

Álvaro, no meio de tudo, descobri com você como é bom confiar no carinho de quem se ama. Obrigado pela alegria e intensidade que tem sido a tua companhia; por ser, na boca da noite, o gosto de sol.

Para terminar, agradeço em memória de minha mãe Angelita, a pessoa com quem eu mais gostaria de compartilhar o fim desse processo. A minha grande saudade. Ao longo de toda minha vida, minha mãe foi a pessoa que mais me apoiou e me deu suporte. Imaginei-me muitas vezes comemorando tudo isso com ela – éramos imbatíveis juntos. De todo modo, minha mãe, meu maior agradecimento é seu.

Para trabalhar direito, não temos necessidade de uma totalidade.
(Donna Haraway, em *O manifesto ciborgue*, 2000 [1985], p. 91)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é abordar a constituição dos crimes contra vulneráveis investigados pelo Setor de Vulneráveis da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Paraná. O Setor é responsável por apurar crimes dolosos cuja motivação seja discriminação ou preconceito de cor, raça ou etnia, religião, procedência nacional, idade, identidade de gênero, orientação sexual, bem como em razão de a pessoa ser deficiente ou estar em situação de rua. O trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada nas dependências dessa unidade entre março e outubro de 2019. Para abordar o tema, privilegiou-se o modo como os casos se constituíam enquanto atribuição da polícia, ou seja, como eram noticiados, investigados e concluídos pelo trabalho de investigação policial. A existência de uma unidade exclusiva para tais casos, a legislação que os tipifica e o trabalho policial de apuração dos crimes ganham destaque para compreender a constituição dos crimes investigados pelo Setor. Tais crimes dependiam também da comprovação do dolo específico, que diz respeito a uma motivação exclusiva e intencional de discriminar. Assim, a procura por uma intenção unívoca dos investigados se estabelece como um elemento central e de destaque para compreender o modo pelo qual os crimes contra vulneráveis constituem-se nas dependências do Setor que deles se ocupa.

Palavras-chave: Etnografia. Investigação policial. Crime de racismo. Injúria racial. Dolo específico.

ABSTRACT

This master thesis aims to describe how crimes against vulnerable people are investigated by the *Setor de Vulneráveis*, a specialized law enforcement unit in Curitiba that investigates willful crimes motivated by discrimination or prejudice of color, race or ethnicity, religion, national origin, age, gender identity, sexual orientation, disability or homelessness. The results were reached through ethnographic research, which took place in the *Setor de Vulneráveis*'s facilities between March and October 2019. The issue was approached from the perspective of how cases came to be constituted an attribution of the police, that is, how they were reported, investigated and concluded by the unit's investigative work. The existence of a specialized unit for dealing with such crimes, the legislation that typifies them and the police work done to ascertain them are also brought into focus as a means to understand the constitution of the crimes investigated by the unit. Such crimes also depended on proof of *dolo específico*, a specific intent regarding an exclusive and willful motivation to discriminate. Therefore, the search for an unambiguous intention from the defendants' part appears as a central element to discuss the procedures through which crimes against vulnerable people are constituted within the police unit in charge of them.

Keywords: Ethnography. Police investigation. Race discrimination. Willful crime.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIVISÃO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA.....	30
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
CONSEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRPPR	Conselho Regional de Psicologia do Paraná
DACHRI	Delegacia de Atendimento a Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa
DAGV	Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis
DECRADI/RJ	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância do Rio de Janeiro
DECRADI/SP	Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância de São Paulo
DECRISA	Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Saúde
DHPP/PR	Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa do Paraná
DM	Delegacia da Mulher
DPP	Delegacia de Proteção à Pessoa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LGBTQTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais
MP	Ministério Público
MPPR	Ministério Público do Paraná
NUCIBER	Núcleo de Combate aos Cibercrimes
NUCRIA	Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes
NUPIER	Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCPR	Polícia Civil do Paraná
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PJPPC	Promotorias de Justiça e Prevenção e Persecução Criminal
PPS	Partido Popular Socialista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SDP	Setor de Descoberta de Paradeiros
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 “...SÓ VENDO OS B.O.?”	21
1.2 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	26
2 AS EXISTÊNCIAS DO SETOR DE VULNERÁVEIS	28
2.1 O ESPAÇO E O ENDEREÇO DO SETOR.....	29
2.2 O DECRETO 5.241 DE 4 DE OUTUBRO DE 2016	32
2.2.1 O Decreto do Setor	33
2.2.2 O Setor do Decreto	37
2.3 O SETOR DENTRO E FORA DA DIVISÃO	47
2.3.1 O Setor da publicização	48
2.3.2 O Setor de dentro da Divisão	51
3 AS COMUNICAÇÕES DO CRIME E O COMEÇO DA INVESTIGAÇÃO	60
3.1 A CHEGADA DAS NOTÍCIAS-CRIME NO SETOR.....	60
3.1.1 Identificando vítimas, desconhecendo autores.....	62
3.1.2 O entusiasmo da investigação	66
3.1.3 O tempo da conduta criminosa.....	69
3.2 AS OITIVAS DO SETOR: HISTÓRIAS DE VÍTIMAS, AUTORES E TESTEMUNHAS	71
3.2.1 A chegada no Setor: identificar e intimar.....	73
3.2.2 Em busca de uma lógica do caso: qualificar e ouvir.....	77
3.2.3 Autores e vítimas contra a retórica investigativa	84
3.3 LIÇÕES SOBRE O TRABALHO INVESTIGATIVO	87
3.3.1 Vítimas e autores “nem sempre são o que parecem ser”	90
3.3.2 Em busca da “verdade” e da “justiça”	94
4 OS REGISTROS E DECISÕES DA INEXISTÊNCIA DO CRIME	99
4.1 OS INQUÉRITOS POLICIAIS	99
4.1.1 A digitalização dos inquéritos	102
4.1.2 O inquérito de Ângela.....	109
4.2 A EXISTÊNCIA DO “DOLO”	120
4.2.1 Se não dá pra ver, como é possível discriminar?	123
4.2.2 Encontrando a pureza da intenção.....	125
4.2.3 A existência do dolo não é sempre consensual	127

4.2.4 Os Relatórios.....	130
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXO 1 – ORGANOGRAMA DA DIVISÃO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À	
PESSOA	148

1 INTRODUÇÃO

Você é o João Guilherme?” – indagou-me o policial de plantão na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Paraná (DHPP/PR), quando perguntei por Roberta¹, a escrivã do Setor de Vulneráveis. Por conta de um imprevisto da rotina investigativa da Divisão, ela não estava no horário que havíamos combinado por telefone, a tarde da segunda-feira do dia 8 de abril de 2019. Como era a única funcionária do Setor, sua ausência impossibilitava o retorno efetivo ao meu trabalho de campo. No dia seguinte, quando voltei para encontrá-la, Roberta se desculpou, mas sem muitos rodeios me avisou sobre a rotina do trabalho da polícia ser cheia de situações que fugiam do controle e seria melhor eu me acostumar. Além disso, lamentou não ter podido ouvir na tarde do dia anterior a vítima de um caso de homofobia, que supus ser João Guilherme, a pessoa com quem fui confundido pelo policial.

Roberta me conhecia desde outubro de 2018, quando procurei o Setor para pedir autorização para realização da minha pesquisa. Havíamos combinado que eu começaria o trabalho de campo em fevereiro, mas retornei da casa dos meus pais para Curitiba apenas no fim de março, porque minha mãe não estava bem de saúde. Havia voltado de Tuneiras do Oeste, no noroeste do estado, há uma semana e depois dessa conversa com a escrivã e a autorização da nova Delegada chefe da DHPP, a “doutora”, passei a acompanhar a rotina do Setor.

Pouco mais de um mês depois, indo semanalmente à Divisão, segui outra vez em direção ao Setor para acompanhar a oitiva de um caso tipificado como de injúria racial, o caso de Joana. Como de costume, entrei na Divisão e passei pelo plantão para perguntar por Roberta. Não fazia muito tempo que eu havia começado a pesquisa naquela unidade, por isso, não era conhecido pelos policiais do plantão. Sendo assim, fazia questão de sempre perguntar pela escrivã. Nunca fui barrado e poucas vezes perguntaram-me o motivo da minha procura por Roberta – em geral, assim que dizia meu nome, os policiais indicavam o caminho de sua sala, a sala do Setor. Na companhia da escrivã, esperávamos a chegada de três funcionários de

¹ Os nomes mencionados durante essa dissertação são pseudônimos, com o objetivo de resguardar as identidades das pessoas, conforme as exigências feitas por Roberta e pela Delegada da Divisão. Com exceção dos Deputados e da coordenadora da Divisão de Políticas para Pessoas LGBT da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, citados pelos seus nomes verdadeiros no Capítulo 1.

uma loja de departamentos, onde o crime teria acontecido. Alguns dias antes, Joana havia sido ouvida e contou que enquanto escolhia algumas maquiagens, duas mulheres e um homem se referiram ao cabelo de pessoas negras como “ruim” e quando a viram debocharam de seus cachos. Então, procurou o Setor para fazer um Boletim de Ocorrência a respeito do acontecido.

Era uma das primeiras oitivas que eu acompanhava e estava muito interessado no modo pelo qual a escrivã investigava e concluía se havia o crime. Roberta logo me disse que o mais importante nos casos do Setor era descobrir a intenção da pessoa investigada, a intenção específica de discriminar, o “dolo específico”. As pessoas intimadas chegaram, mas ainda faltava a “doutora” – assim que chegou, a primeira oitiva começou. A Delegada e a escrivã, uma do lado da outra, de frente para a pessoa investigada, se revezaram nas perguntas, não sem antes retomar a portaria impressa que instaurava o inquérito e estava sobre a mesa da escrivã. Não sem antes advertir a pessoa ouvida de que se tratava de uma gravação e, por isso, era preciso falar em alto e bom som. Queriam saber o que ela se lembrava da situação, qual a versão dela para a história, se havia mesmo dito o relatado por Joana e qual o contexto do acontecimento.

Depois de termos ouvido que ela não havia rido do cabelo da noticiante, Roberta tomou a palavra. De modo bastante enfático, direcionando a oitiva para o fim, perguntou: “você teve a intenção de discriminar ou menosprezar a cliente da loja por conta de sua cor?”.

Voltarei a esse caso ao longo do segundo capítulo, para descrever os detalhes das oitivas dos envolvidos. O seu final, entretanto, contarei agora: ninguém foi indiciado. O inquérito não encontrou a materialidade do crime, ou seja, a comprovação do dolo específico, e a principal razão foi o vídeo fornecido pela loja que, segundo Roberta, comprovava que os funcionários não teriam visto Joana e isso impossibilitava o indiciamento. O argumento girava em torno da visão – se, conforme a gravação, eles não a viram, como poderiam tê-la discriminado? Por analogia e por contraste, o caso de Joana ajuda muito a pensar sobre os crimes tipificados pela Lei 7.716 e pelo parágrafo terceiro do artigo 140 do Código Penal, os chamados crimes de racismo e injúria racial, respectivamente. Ele é um exemplo de

caso que, mesmo investigado, não teve desfecho de acordo com a expectativa da vítima. Por outro lado, como se tratou de um dos poucos casos de discriminação racial que acompanhei no Setor, pode ser visto também quase como uma exceção dentre os casos investigados em tal unidade.

Esse último ponto pode ser, ainda, vinculado à certa descaracterização desses dispositivos penais, que surgiram como frutos das articulações e denúncias dos movimentos sociais negros sobre o racismo contra pessoas negras e a consequente desigualdade racial brasileira, mas que têm perdido sua especificidade. Tratarei de todas essas questões mais detidamente ao longo da dissertação.

O objetivo que presidia minha inserção e interesse no órgão policial era o modo pelo qual os crimes contra vulneráveis eram constituídos, do que dependiam para existir enquanto tais. A ideia de crimes contra vulneráveis vinha do próprio nome do Setor – de Vulneráveis –, cuja atribuição é investigar crimes de discriminação e preconceito motivados por cor, raça ou etnia, religião, procedência nacional, idade (idosos, especificamente), identidade de gênero, orientação sexual, pela deficiência física e situação de rua.

Estava eu diante de uma unidade especializada da Polícia Civil do Paraná, com o objetivo de realizar uma etnografia a respeito de sua atuação. Mas, afinal, a que diz respeito uma unidade especializada?

Uma situação que vivi em campo ajuda a explorar essa questão. Fazia quase dois meses que eu havia começado a pesquisa no Setor e, mais uma vez, ao chegar nas suas dependências passei pelo plantão. Em geral, o plantão possuía alguns investigadores que recebiam as pessoas e registravam os Boletins de Ocorrência relativos às delegacias de homicídio, que compunham a mesma Divisão à qual o Setor estava ligado e ficavam no segundo pavimento do prédio. Nesse dia, não perguntei por Roberta assim que entrei no plantão, porque vi uma mulher acompanhada por uma criança, que tive a impressão de serem mãe e filha. Essa mulher, cujo nome não consegui ouvir, reclamava que suas malas haviam sido extraviadas, a uma quadra da DHPP, na rodoviária, e tentava registrar um boletim de ocorrência. Tentava sem o menor sucesso, porque o policial dizia não poder fazer nada por ela, pois ela deveria ir à delegacia especializada que tratava, justamente, de extravios, indicando, inclusive (sem muita precisão) o endereço. Perguntado por ela o motivo pelo qual não podia fazer ali mesmo, alegando se tratar do mesmo sistema, o investigador reforçou o caráter especializado das delegacias e, sendo

assim, o motivo pelo qual procurava ser atendida não correspondia àquele. Depois de insistir um pouco, a mulher, cabisbaixa, saiu puxando a criança pelo braço sem seu Boletim de Ocorrência.

As especializadas, em geral, aparecem voltadas para um público e/ou a um crime específico, como as Delegacias da Mulher e de Homicídio. Entretanto, é possível pensá-las também por aquilo que se negam a atender, ou seja, como aquelas que deixam de registrar a notícia de um crime. E isso, pelo menos a princípio, não está ligado a negligência da investigação, mas à atribuição institucional de o atendimento e a investigação se passarem em outro espaço, encabeçados por outras pessoas, ainda que tudo seja “parte de um mesmo sistema”. Contudo, se na prática as especializadas podem ser definidas por um público, um tipo de crime e também por aquilo que deixam de investigar, as próprias competências que as diferenciam umas das outras são, às vezes, matéria de conflito e envolvem diferentes elementos – farei um comentário mais detalhado a respeito disso no segundo capítulo.

Estava eu diante de uma unidade especializada da Polícia Civil paranaense voltada para crimes de preconceito ou discriminação, com o objetivo de realizar uma etnografia.

O tema não é novo na produção antropológica e abrange diferentes abordagens e perspectivas. No Brasil, por exemplo, os primeiros estudos das práticas de policiais civis (KANT DE LIMA, 1989) e militares (MUNIZ, 1999) do Rio de Janeiro as trataram como representativas de uma “cultura policial”.

Na primeira década dos anos 2000, surgiram alguns trabalhos a respeito das Delegacias da Mulher (DM), a partir de um enfoque parecido (SANTOS, 2001; RIFIOTIS, 2004), ao encontrar na cultura – policial ou da sociedade – a justificativa para as práticas de tais agentes da segurança pública e também de quem procurava pelas Delegacias. Frutos de reivindicações dos movimentos sociais feministas, as DMs foram criadas em meados dos anos 1980 e atraiu a atenção de pesquisadoras/es preocupados com a efetivação de direitos recém conquistados. Alguns dos enfoques, por exemplo, foi o entendimento dos policiais sobre os casos dessas Delegacias como não sendo assunto de polícia, mas de âmbito privado, e também, o modo pelo qual acabaram não correspondendo às expectativas dos movimentos organizados que a reivindicaram, por não produzirem muitos indiciamentos. Etnografias nas DMs foram e continuam a ser um objeto privilegiado

e bastante representativo do campo (SANTOS, 1999; DEBERT; GREGORI 2002; DEBERT; GREGORI; PISCITELLI, 2006; OLIVEIRA, 2008). E, mais recentemente, como demonstraram os trabalhos de Andrade (2012), Nadai (2012) e Lins (2014), ao conjugarem análises sobre a constituição da violência doméstica, os novos dispositivos jurídicos e os documentos que sedimentam as investigações policiais.

Entretanto, os estudos antropológicos sobre delegacias especializadas não se resumem a elas, como demonstram as etnografias de Iubel (2009), Ferreira (2011) e Costa (2017), respectivamente sobre o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crime (NUCRIA) em Curitiba, o Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP) da Delegacia de Homicídios da cidade do Rio de Janeiro e a Delegacia de Estelionato também em Curitiba.

O argumento de uma “cultura policial” perdeu centralidade nos últimos trabalhos e nos últimos anos, e deu lugar às condições e efeitos das práticas de investigação policial, sem recorrer, necessariamente, a uma abstração conceitual como via analítica. Nesse sentido, etnografias de Lowenkron (2012) e Medeiros (2016) também apresentam contribuições importantes para compreender, respectivamente, a atuação da Polícia Federal na investigação dos crimes de pedofilia, e as linhas de investigação que sedimentavam as investigações feitas na Divisão de Homicídios de Itaboraí, Niterói e São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

De todo modo e a despeito das diferenças analíticas, as etnografias em delegacias demonstram a rentabilidade de voltar-se para as práticas de investigação policial, a partir de como o trabalho da corporação é desempenhado. Quando digo que estou interessado no modo pelos quais os crimes do Setor de Vulneráveis são constituídos, alinho minhas preocupações ao escopo das práticas cotidianas de investigação e às rotinas burocráticas que as sustentam e das quais são frutos. Isso implica estar preocupado com a existência de uma unidade especializada voltada para eles, com o modo como chegam e os motivos pelos quais ficam, com os desdobramentos das investigações que desencadeiam e a maneira pela qual deixam o Setor em direção a outras instâncias estatais para resultar ou não em um processo penal.

Se a procura pela intenção é o que constitui a centralidade das investigações nos casos do Setor, assim o é porque amparada por um espaço onde as investigações se passam, por uma legislação segundo a qual se vincula, pelas

notícias-crime responsáveis por comunicar o Setor a existência de algum crime, pelos inquéritos policiais, técnicas de investigação e decisões a respeito da materialidade do crime.

Com isso, não pretendo postular como as atividades devem ser, mas antes encontrar os detalhes e as conexões que permitiam que as coisas se passassem do modo como se passaram durante o período da pesquisa. Para poder encontrá-los, contudo, lancei mão de recursos teóricos e metodológicos que possibilitaram-me enxergá-los e associá-los. Ou seja, não são evidentes tampouco autoexplicativos. O tópico a seguir tratará justamente disso, de como os dados de pesquisa foram produzidos e analisados.

1.1 “...SÓ VENDENDO OS B.O.?”

“Você é estagiário?”, perguntou-me Vanderlei com seus braços cruzados e costas coladas na cadeira onde estava, assim que Roberta se ausentou e ficamos sozinhos por alguns minutos. Apresentei-me e disse que estava realizando minha pesquisa de mestrado. “Então você fica aí, só vendo os B.O.?!²”. Concordei e rimos juntos, antes de um silêncio mais ou menos constrangedor tomar conta da sala enquanto esperávamos por Roberta.

Tratava-se de um dia atípico no Setor, muitas pessoas circulando por sua sala e muitas oitivas marcadas. Estávamos em meados de agosto e naquele dia eu me dividia entre inquéritos e oitivas. Vanderlei, um homem autodeclarado branco, esguio, cuja profissão era borracheiro, estava sendo investigado por intolerância religiosa. Como de praxe, Roberta havia me apresentado assim que ele chegou à sala do Setor e, em seguida, perguntou se ele autorizava a minha presença durante sua oitiva. Para conferir ainda mais credibilidade, ela mantinha a versão do meu projeto de pesquisa que eu havia submetido ao então chefe da Divisão, no fim de 2018, ao alcance de qualquer pessoa, sobre um móvel onde não ficavam inquéritos, apenas o projeto e um vaso de flor. E, também, fazia questão de mencionar a autorização da Delegada para minha pesquisa e minha presença.

Esse modo de Roberta me apresentar era recorrente e o que havia de novo era a síntese de Vanderlei sobre meu trabalho. Voltarei a ela mais adiante. Por hora,

² “B.O.” aqui não tem a ver apenas com os boletins de ocorrência, mas com os crimes propriamente.

a cena serve para explicar as condições do meu trabalho de campo. A etnografia que segue é fruto, principalmente, de seis meses de trabalho de campo, entre abril e outubro de 2019, no Setor de Vulneráveis. Fui autorizado pelo então Delegado-chefe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa no fim de 2018 e autorizado mais uma vez pela nova Delegada no começo de 2019. Roberta mediou o processo, junto com uma versão do meu projeto de pesquisa protocolado na secretaria da DHPP e com uma carta de minha orientadora, Ciméa Bevilaqua, apresentando-me e também a minha pesquisa. As pessoas ouvidas nas oitivas eram consultadas sobre a pesquisa antes de informarem qualquer dado a respeito de seus casos e se me autorizavam a acompanhar a investigação.

A pesquisa no Setor não era minha primeira opção. Entrei no mestrado com a proposta de estudar as atividades do Núcleo de Combate aos Cibercrimes (NUCIBER), também vinculado à Polícia Civil do Paraná, em especial, os crimes de racismo na internet. O delegado responsável pelo núcleo, entretanto, não me autorizou acompanhar a rotina de lá, tampouco consultar os inquéritos policiais e os boletins de ocorrência que transitavam naquele espaço. Justificou que os estelionatários (os principais investigados da especializada) seriam uma gente muito esperta, qualquer informação dali poderia ser matéria para o aperfeiçoamento de suas práticas ilícitas. Sugeriu-me consultar a Delegacia da Mulher, onde, em suas palavras, haveria uma parceria mais consolidada com pesquisadoras e pesquisadores (flexão de gênero minha). Diante da impossibilidade de acompanhar os casos de racismo que eu até então imaginava serem de atuação do NUCIBER, voltei-me para a possibilidade de acompanhá-los a partir de outras delegacias especializadas.

Foi nesse movimento que descobri o Setor de Vulneráveis, pela página da Polícia Civil na rede. Nas primeiras visitas ao Setor, soube que as discriminações raciais feitas na Internet também eram investigadas por lá e não pela especializada em crimes virtuais. Entretanto, não estava mais disposto a focar em um único tipo de crime – ou, pelo menos, não mais a princípio – pois gostaria de entender melhor o fluxo de casos que passavam por essa especializada, para então pensar em um recorte. Interessei-me pelo Setor em questão porque parecia apresentar um tipo de associação inusitada: o que possibilitava a articulação de tantos “grupos” sob o mesmo nome de “vulneráveis”? O que tinham em comum pessoas negras, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, moradoras e moradores de rua, pessoas idosas e vítimas

de intolerância religiosa que permitia esse vínculo? Ou seria um vínculo feito a partir de alguma ideia de diferença?

Não me parecia estar em questão a constituição de novos sujeitos de direito, de que, por exemplo, fala Schuch (2005) a respeito da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diferente também de um núcleo voltado para crimes virtuais, não estava em questão um novo ambiente onde crimes conhecidos poderiam ser efetuados. Embora a questão principal do trabalho tenha sido deslocada para a maneira pela qual o crime e a investigação se constituíram, a diversidade de experiências alocadas como um mesmo problema de polícia me intrigava muito. Além disso, por ser um homem gay, possuía especial interesse nas investigações do Setor em relação aos casos de discriminação contra pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) – embora essa nomenclatura esteja defasada, ela era que aparecia no Setor, por isso, mantenho dessa forma.

O que tenho pensado como a aparência da minha sexualidade também ajudou para entrar em campo. Nunca fui muito questionado no plantão da Divisão e, de prontidão, era encaminhado para sala do Setor – ou como no exemplo com o qual abro essa introdução, em que fui confundido com uma vítima. Além disso, Roberta demorou alguns meses para entender que meu interesse de pesquisa não era apenas aos casos relacionados a LGBTfobia. Penso que havia (e ainda há) algo no meu corte de cabelo, na minha fala, nas minhas roupas e nos meus gestos que permitiam ao pessoal da DHPP me diferenciar como sendo assunto do Setor e como o Setor sendo assunto meu. Se eu estava mesmo “só vendo os B.O.”, como sugeriu Vanderlei, foi porque em alguma medida foi possível ver em mim, no meu corpo, algo que me permitia estar lá sem muitos infortúnios.

Durante o tempo em que acompanhei as atividades do Setor, fui semanalmente, de uma a cinco vezes, entre segunda e sexta-feira. Tudo era combinado e re combinado semanalmente, para não sobrecarregar as atividades desempenhadas naquela unidade. Passava manhãs e/ou tardes sentado em uma mesa próxima a da escrevã, transcrevendo à mão os inquéritos policiais e acompanhando as oitivas. A frequência dependia da disponibilidade de Roberta em poder me acompanhar, pois como abordarei no primeiro capítulo e mencionei no começo da introdução, quando a escrevã do Setor não estava em suas dependências, a unidade não funcionava.

As pessoas, os papéis e as instituições que circulavam pelo espaço do Setor também eram parte do meu trabalho de campo. Nesse sentido, apesar do lugar de destaque que a escritã ocupa em minha etnografia, essa última não se limita à primeira, pois a leitora e o leitor encontrarão a presença e as ações de vítimas, autores, testemunhas, pastas de papel, funcionários da Divisão e de outras repartições públicas. Além, é claro, da própria Delegada responsável pelos inquéritos do Setor, a chefe da DHPP.

Talvez seja o caso de descrever o meu trabalho nos marcos do que Candea (2010, p. 34-35) chama de uma localidade arbitrária. Para manter as complexidades dos dados de pesquisa, o autor defende o trabalho de campo circunscrito a uma única localidade, em contraposição a um estudo multi-situado que guardaria em seus termos e pressupostos a aspiração por um sistema coeso e completo. Definir o sítio do trabalho de campo seria, pois, uma maneira de abrir espaço para as contingências, ausências e conexões presentes em uma localidade. A rigor, entretanto, não mantive meu trabalho de campo nas dependências do Setor: fui a uma audiência pública de combate a uma homofobia na assembleia legislativa – porque a presença de Roberta foi requisitada como a representante da unidade – e analisei algumas notícias da criação do Setor de Vulneráveis e da implantação do inquérito digital no Paraná. Mas, passei a maior parte do meu trabalho de campo nas dependências do Setor – e por lá passavam pessoas, acontecimentos, normas e práticas de diversas outras instituições. Não era eu quem saía, mas coisas que chegavam, passavam e modulavam o que acontecia lá dentro.

As considerações de Candea podem ser e não ser próximas dos meus procedimentos em campo. Elas são interessantes, de qualquer forma, por investir em reflexões a respeito de estratégias analíticas para construir uma etnografia em que aspirações de totalidade não achatem os dados de pesquisa.

A importância de pensar essas estratégias é com o que gostaria de prosseguir; e inspiro-me também em Strathern (2014 [1999]) para aproveitá-la. Se para poder “ver os B.O.” eu precisava estar dentro do Setor, acompanhando uma rotina de trabalho constante, os modos como via dependiam de um vaivém entre as dependências da polícia e os meus locais de estudo na época – ou seja, entre o trabalho de campo, e o de leitura e escrita dos diários. Os modos como apresento os dados de pesquisa em minha dissertação dependeram de tais momentos, na figura

do caderno de campo, e das reflexões às quais tive acesso durante todo o processo de escrita.

Se as análises de campo não são lineares, tampouco foram as leituras às quais me dediquei. Digo isso, porque as ideias relativas a abrir espaço para as complexidades não se originam com Candea, mas nada impede que a discussão seja acessada por ele. O único prejuízo seria o de não confirmar uma linearidade nas revisões teóricas, linearidade que já é bastante confrontada nas considerações a respeito do trabalho de campo. Tal prejuízo, entretanto, está longe de ser uma grande perda.

Dessa forma, mencionar estratégias para fazer as complexidades aparecerem não remete a um grande pressuposto anterior a qualquer incursão em campo, tampouco a uma revisão bibliográfica sistemática. Não se trata também de ficção versus realidade, mas de diferentes maneiras de elaborar articulações que possibilitam descrever temporalidades e retóricas não lineares. A potência do exercício não reside em uma pretensa maior aproximação ao que seria a realidade, mas em um projeto de multiplicação das modalidades de registros acadêmicos com vistas a proliferar a renovação dos debates, das reflexões e as controvérsias envolvendo os objetos de estudo.

Tendo isso em vista e o objetivo de descrever a constituição dos crimes do Setor de Vulneráveis, a partir dos esforços investigativos da polícia, abordarei “os B.O.” que vi em diálogo com a antropologia do direito e do estado. Estudos voltados para investigar as instituições centrais do nosso mundo (BEVILAQUA; LEINER, 2000), descrevendo – e desnaturalizando – os elementos que constituem seus modos de conhecimento (LATOUR, 2012; STRATHERN, 2014 [1987]). A principal estratégia é não pressupor nas análises uma anterioridade legal e estatal às práticas que efetivam suas existências, como se os casos e a atuação das pessoas vinculadas ao Setor fossem uma aplicação automática de normas, leis e estatutos. Ou, dizendo de outra forma, que não fossem vistos de partida como exemplos de alguma entidade anterior e maior (MOL; LAW, 2002). Essa abordagem permitiu deixar aberta a possibilidade de, inclusive, descrever o Estado como um ente abstrato, quando foi assim referido – levando em consideração críticas importantes sobre a abordagem holística do Estado (TAUSSIG, 1993; MITCHEL, 2006), mas buscando diferenciar reificações antropológicas e nativas

Em síntese, a perspectiva que adotei para construir o texto a seguir está muito informada por uma abordagem que considera as atuações do direito como resultados indeterminados das práticas que o constituem (YNGVESSON; COUTIN, 2008). Se a instabilidade e as controvérsias são importantes, o modo pelo qual unidades, ainda que temporárias, são construídas, o são na mesma medida (BEVILAQUA, 2016). Ambas, em geral, estão conectadas e foram acessadas no meu trabalho a partir das observações e dos diálogos em que me engajei nas dependências do e sobre o Setor e sua atuação. Além disso, considerei os documentos que circulavam pelo Setor como constitutivos da própria atuação da unidade, da burocracia, do estado e da investigação – e, por conta de tudo isso, dos próprios crimes (RILES, 2006; HOAG, 2011; HULL, 2012).

Dito tudo isso, talvez eu não estivesse apenas vendo “os B.O.”, como supôs Vanderlei. Embora tenham sido importantíssimos para meu trabalho, também no sentido empregado por ele, não se tratava apenas de ver. Mas ver, ouvir, ler, copiar, discutir, entender e também me emocionar com eles. A constituição dos crimes do Setor pôde, assim, ser sintetizada pela procura da intenção – porque amparada e sustentada por uma institucionalização dentro da Polícia Civil, das notícias-crime que chegavam e das investigações desencadeadas, e pelo modo como completavam sua passagem por aquela unidade. Ou melhor, se tudo isso disser respeito à possibilidade de enxergar, então, Vanderlei tinha razão.

1.2 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

A dissertação está organizada em três capítulos, e todos eles informam a questão sobre a constituição dos crimes no Setor de Vulneráveis. Ou talvez, mais precisamente, sua não constituição, aquilo que impede que denúncias venham a existir como crimes. No primeiro, intitulado “As existências do Setor de Vulneráveis”, abordo o modo pelo qual o Setor – indispensável para a investigação dos crimes do jeito como aconteceram – poderia ser multiplicado a partir das diferentes maneiras de vincular a especificidade de sua atuação e o público para quem é voltado. Nesse capítulo, trato da importância da intenção específica de discriminar para a constituição dos crimes de atuação do Setor. No segundo, cujo título é bastante elucidativo de seu conteúdo – “As comunicações do crime e o começo da investigação” –, descreverei casos que chegaram ao Setor e foram ou não

transformados em inquéritos policiais. Além disso, abordo princípios do trabalho investigativo constantemente repetidos pela escrivã do Setor para, justamente, encontrar a intenção do investigado. Para terminar, prossigo com uma discussão a respeito dos elementos que compõem o inquérito, também indispensável para a constituição dos crimes no Setor – a comprovação da materialidade do crime e do trabalho investigativo. E encerro com momentos decisivos relativos a quatro casos nos quais a intenção de discriminar não foi encontrada, para abordar o desfecho de uma procura bastante específica – a procura da intenção.

2 AS EXISTÊNCIAS DO SETOR DE VULNERÁVEIS

No momento da pesquisa, a constituição dos crimes contra vulneráveis em Curitiba esteve intimamente associada a existência de uma instância policial, cuja principal atribuição legal era investigar determinados crimes motivados por discriminação ou preconceito: o Setor de Vulneráveis. Neste capítulo, meu objetivo principal é descrever diferentes modos de existência desse Setor, pertencente à Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O material utilizado para isso são normas legais que o constituem, práticas que o sustentam cotidianamente e a apresentação pública de suas atividades. Buscarei argumentar que o Setor existe de modos distintos, sobrepostos e nem sempre convergentes, em vez de descrevê-los como expressões distintas de um fenômeno único.

Assim o faço inspirado por Mol (2007), para quem a realidade é o resultado de práticas de conhecimento que interferem na sua constituição e efetivam existências concomitantes. Nesse sentido, o vocabulário empregado pela autora é o de realidades que são múltiplas: “o que a ‘multiplicidade’ implica é que embora as realidades possam ocasionalmente colidir umas com as outras, noutras alturas as várias performances de um objecto podem colaborar e mesmo depender umas das outras” (sem paginação). Isso permite uma abordagem analítica que, ao se desdobrar em diferentes escalas, ajuda a escapar de um ideal de unicidade, assim como de uma separação irrestrita entre as “performances” enfatizadas pela autora. Consequentemente, permite uma descrição que não prioriza de partida algumas práticas em favor de outras, justamente por abarcar a possibilidade de existências no plural.

No primeiro tópico, descreverei as instalações físicas do Setor e um conflito sobre seu endereço, para pensar sua existência espacial. Em seguida, tratarei do decreto que o inaugurou, em especial as atribuições e as leis mencionadas por ele, para pensar sua existência legal-institucional. No terceiro, da existência do Setor dentro e fora da DHPP, para enfatizar o modo como essa unidade policial existia na Divisão, e em duas das instâncias onde foi publicizado – uma audiência de combate à homofobia e algumas notícias da criação do Setor de Vulneráveis.

Meu objetivo é destacar como cada existência do Setor esteve associada a um tipo de população específica e/ou um trabalho policial especializado.

2.1 O ESPAÇO E O ENDEREÇO DO SETOR

O Setor de Vulneráveis da Polícia Civil do Paraná (PCPR) estava localizado no Centro de Curitiba nas dependências da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), na Avenida Sete de Setembro, 2077. A Divisão, cuja Delegada Chefe é a responsável pelas investigações no Setor, é dividida entre a subdivisão de Homicídios e a de Proteção à Pessoa. A primeira é composta por quatro Delegacias de Homicídio, cada uma delas correspondente a uma região da capital, e a segunda composta pela Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (DECRISA) e pela Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP), da qual o Setor faz parte (cf. Anexo 1). As unidades de investigação que funcionam nas dependências do Setor são as Delegacias de Homicídio, localizadas no segundo pavimento do prédio e o Setor de Vulneráveis, que apesar de pertencer à Delegacia de Proteção à Pessoa, funcionava no térreo da Divisão – a primeira modalidade de sua existência que destacarei.

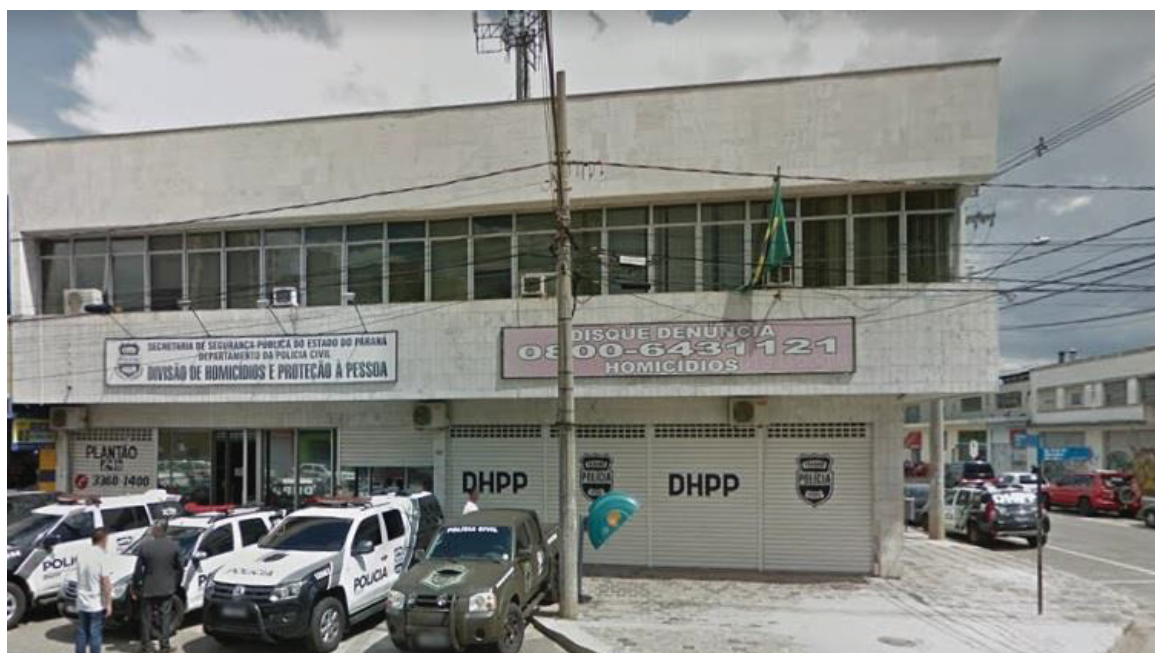
A duas quadras do Mercado Municipal da capital, o Setor se avizinhava a algumas lojas de embalagens em uma larga avenida de mão dupla, com fluxo constante de carros e transeuntes. A localização da DHPP estava longe de ser monótona. A Divisão ocupava uma esquina no cruzamento entre a Avenida Sete de Setembro e a Rua Francisco Torres. O prédio geralmente estava cercado por viaturas da Polícia Civil – grandes carros pintados de preto e branco e que ostentam o brasão da PCPR em suas frentes e laterais, acompanhado da palavra “polícia”, grafada em letras maiúsculas (ver Figura 1). A construção possuía dois pavimentos, com a entrada principal sendo pela Avenida, embora houvesse também uma entrada para a garagem pela Rua Francisco Torres.

Possuía duas placas em sua fachada: uma delas ficava acima da entrada e carregava o nome da divisão policial, ao lado do brasão da PCPR e abaixo o nome da secretaria à qual é vinculada – a saber, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná – e do órgão superior a ela nessa hierarquia – o Departamento da Polícia Civil. A outra placa informava o número telefônico gratuito para efetuar denúncias de homicídios – o Disque Denúncia Homicídios. Portas brancas, que abriam na vertical, fechavam o prédio, tanto pela Sete de Setembro quanto pela Francisco Torres e carregavam o brasão da PCPR. Além disso, possuíam estampadas a abreviação da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Entretanto, não havia nenhuma menção ao Setor de Vulneráveis na fachada do prédio da Divisão.

Como é possível ver na figura abaixo (Figura 1), sua entrada era feita pela porta espelhada, abaixo de uma das placas de sua fachada.

FIGURA 1 – DIVISÃO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA



FONTE: Google Street View (2018)

Ao atravessar a porta – a ser empurrada por quem entrava ou saía, como recomendava o adesivo colado em seu exterior e interior –, era possível ver uma escada no canto esquerdo, que levava para o segundo andar, e do seu lado havia algumas cadeiras estofadas marrons. Antes dessas poltronas, na direita próxima de quem entrava, era possível acessar o balcão do plantão, lugar onde eram registrados os Boletins de Ocorrência³. Quem entrava e passava direto pela sala do plantão parava nas poltronas – ocupadas por pessoas que esperavam para registrar seus Boletins ou para serem ouvidas em investigações já instauradas – e encontrava um corredor à direita que, por vezes, tinha seu acesso impedido por uma porta: “entrada permitida somente para pessoas autorizadas”.

³ Não quaisquer boletins, evidentemente. Como mencionei na introdução, as delegacias especializadas atendem a alguns tipos de crimes.

Para chegar à sala do Setor era preciso passar por aquela porta e depois de alguns passos corredor a dentro, ela estava à direita. Dessa forma, o Setor ficava bem atrás do plantão, o que muitas vezes servia para orientar as pessoas intimadas: “você chega aqui [na DHPP] e procura por Roberta, uma sala que fica bem atrás do plantão”. O Setor que era fisicamente encontrado em uma sala e, como descreverei mais adiante, em uma pessoa.

Apesar de funcionar nessa localização, o endereço que constava nos Boletins de Ocorrência era outro: “Rua Desembargador Ermelino de Leão, 513, São Francisco, Curitiba”. Um dia, ao entregar um boletim de ocorrência para uma vítima de um crime de injúria racial, Roberta explicou para o noticiante daquele crime e seu advogado, depois que o segundo indagou-a a respeito do assunto, que o endereço descrito no Boletim de Ocorrência era o da Delegacia de Proteção à Pessoa. Em suas palavras, era esse o órgão ao qual o Setor pertencia. E completou do seguinte modo: “mas, eu sou desmembrada de lá”. O principal motivo pelo qual o Setor e ao mesmo tempo ela eram desmembrados da Delegacia de Proteção à Pessoa (DPP) era bastante significativo para a população atendida naquelas dependências: as escadas. O prédio da Delegacia de Proteção à Pessoa possuía inúmeras escadas, o que poderia ser um empecilho para idosos e deficientes físicos notificarem os crimes contra eles. O Setor ficava, justamente, no térreo.

Nesses termos, havia uma primeira associação relativa à especificidade de uma população: a suposição de que determinadas pessoas, para quem a atuação especializada daquela unidade policial estaria voltada, não conseguiriam alcançar fisicamente o lugar para registrar seus Boletins de Ocorrência. O Setor existia naquele espaço para driblar condições do espaço físico que pudessem impedir o acesso de parte da população de sua especificidade, e ao fazer isso, evitar falhar no atendimento desse público – e, quem sabe, evitar se tornar, ele mesmo, vulnerável por conta dessa possível falha de suas atribuições. Em síntese, o endereço daquela unidade guardava em seu interior um espaço físico que fora arranjado para tornar um trabalho de investigação especializado acessível ao seu público específico. Uma existência do Setor voltada para vulneráveis.

No limite, tratava-se de um espaço físico que articulou uma atribuição da unidade policial em questão, atender uma determinada população. A partir do desmembramento em relação à Delegacia de Proteção à Pessoa, seu funcionamento no térreo da DHPP contribuiu para realizar a existência do Setor

naquele espaço. Entretanto, tornar acessíveis suas incumbências não era sua única atribuição. Havia outras delas, cuja especificidade tratarei como uma outra maneira de encontrar a efetivação da existência dessa unidade policial; a seguir, uma delas: o “Decreto do Setor”.

2.2 O DECRETO 5.241 DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

Em uma das minhas primeiras visitas ao Setor de Vulneráveis, entrei na sala de Roberta e, antes mesmo de dizer qualquer coisa muito além de um “Oi, tudo bem?”, a escrivã à minha frente entregou-me um papel: “Eu imprimir algumas cópias do Decreto que regulamenta o Setor, fique com uma pra você”.

Roberta quase sempre se adiantava às minhas perguntas e aos meus pedidos, além de quase nunca me parecer acanhada para fazer sugestões ao meu trabalho. Com uma altura em torno de um metro e setenta, a escrivã, autodeclarada branca, de cabelos lisos, loiros e no meio das costas falava suas opiniões, brincadeiras e desacordos de modo bastante firme e, muitas vezes, bem-humorado. A mesa da escrivã era disposta de modo a possibilitar que ela ficasse ao mesmo tempo de frente para o computador e para a porta, onde era possível conferir de prontidão quem entrava, ter os dois armários sempre à vista e se dirigir a mim em uma mesa à sua direita. A sala não era grande – para Roberta sair de sua mesa e ir em direção à porta, eu quase sempre precisava movimentar minha cadeira um pouco mais perto da mesa onde ficava.

O papel que ela me entregou naquele dia era o “Decreto 5241 – 04 de Outubro de 2016”, responsável, nas palavras da escrivã, pela criação do Setor. A justificava para uma nova unidade policial era a alteração no decreto de criação e organização da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa – o de número 10.713, de 09 de abril de 2014. Essa alteração criava uma nova atribuição para a Delegacia de Proteção à Pessoa. Até então, competia a ela, à DPP, “a apuração da autoria dos crimes dolosos contra a pessoa, de autoria ignorada ou incerta, previstos nos Artigos 122, 123, 124, 125 e 126 do Código Penal Brasileiro”. A nova atribuição mencionava a investigação de crimes anteriormente não especificados, a saber:

a apuração de crimes dolosos, incluindo o homicídio, em que for identificada a motivação por discriminação ou preconceito de cor,

raça ou etnia, religião, procedência nacional, idade, identidade de gênero, orientação sexual, bem como em razão de a pessoa ser deficiente ou estar em situação de rua, dentre outros, além daqueles previstos no artigo 140, § 3.º, do Código Penal e na Lei Federal nº 7.716/1989.

A nova atribuição era referente à “apuração de crimes dolosos” motivados por “discriminação ou preconceito”, bem como referente aos crimes previstos pelo parágrafo terceiro do artigo 140 do Código Penal e da Lei Federal 7.716 de 1989. São esses crimes que, uma vez tratados como matéria de menção e atenção específicas, acabaram vinculados à criação de uma nova instância policial. Contudo, em nenhum momento havia a citação do “Setor de Vulneráveis” no Decreto. Tampouco, havia algo que sinalizava para essa nomenclatura ou para o surgimento obrigatório de uma nova unidade policial. Apesar disso, a responsabilidade de sua criação era encontrada nesse documento frequentemente. Assim, havia um modo específico de fazer o Setor existir na sua própria criação e nomenclatura, um modo que de partida não guarda nenhuma relação necessária, evidente e automática com o Decreto.

A seguir, explorarei essa criação e nomeação do Setor, como uma maneira de manusear a nova atribuição criada pelo Decreto e em um segundo momento abordarei as tipificações penais mencionadas por esse documento, que sustentam a legalidade penal de sua atualização (a Lei 7.716 e o parágrafo terceiro do artigo 140 do Código Penal). Meu objetivo é compreender a novidade do Decreto a partir de seus próprios termos para argumentar em favor de uma existência legal e institucional dessa unidade investigativa vinculada a atribuições mais gerais da polícia civil e a uma população mais ampla.

2.2.1 O Decreto do Setor

O Decreto 5.241 especificava três novas atribuições para a Delegacia de Proteção à Pessoa. A primeira delas era a apuração de crimes dolosos, incluindo o homicídio, cuja motivação fosse discriminação ou preconceito de “cor, raça ou etnia, religião, procedência nacional, idade, identidade de gênero, orientação sexual, bem como em razão de a pessoa ser deficiente ou estar em situação de rua, dentre

outros”. A segunda era a apuração de crimes previstos pelo parágrafo terceiro do artigo 140 do Código Penal, que qualificava o crime de injúria. O critério para a qualificação consistia na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. A última especificação eram os crimes previstos pela Lei Federal 7.716 de 1989. Segundo seu próprio texto, essa lei era responsável por definir legalmente os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Não havia menção de obrigatoriedade relacionada à criação de uma unidade policial para dar conta das novas atribuições. As novas atribuições eram direcionadas a uma instância já existente – a Delegacia de Proteção à Pessoa. O Setor de Vulneráveis surgiu, então, como uma maneira dar conta dessas novas atribuições da Polícia Civil⁴. A linguagem da vulnerabilidade foi acionada para resolver institucionalmente especificidades aparentemente muito distintas, porque as articulou na criação de uma nova unidade policial. Suponho que esse ato importe porque pode ser visto como a primeira e mais clara expressão de como o Setor foi entendido na experiência de quem o fez existir.

Todos os três elementos usados para dar corpo à nova atribuição falavam em raça, cor, etnia e religião. A lei 7.716 mencionava esses quatro termos e acrescentava a eles “procedência nacional”. O texto do Código Penal não falava em “procedência nacional”, mas falava em “origem” e “condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”. A redação do Decreto, que não mencionava lei alguma, era a mais abrangente, pois além de tratar de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, mencionava idade, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência e situação de rua. Ademais, encerrava sua abrangência genericamente ao falar em “dentre outros”. Como me disse Roberta: “Aqui no Paraná, nós fazemos mais do que diz na lei”, referindo-se ao alcance do Decreto 5.241.

A redação do Decreto 5.241 e a Lei 7.716 falavam em “discriminação” e “preconceito”, ou melhor, “discriminação ou preconceito”. O texto do parágrafo terceiro do Art. 140 do Código Penal não usava essas palavras, mas a doutrina que

⁴ As primeiras notícias que circularam na imprensa sobre a criação do Setor de Vulneráveis são do final de 2016 e mencionam o então Delegado da DHPP e, também, seu superintendente, além de alguns membros da OAB/PR. Fazia parte do projeto de pesquisa conversar com algumas dessas pessoas para dispor de narrativas a respeito da história do Decreto e da criação do Setor. Entretanto, devido a algumas adversidades, entre elas a pandemia do novo coronavírus, não pude concluir essa parte da minha investigação.

consultei para compreendê-lo se referia a elas para explicar o aumento da pena prevista em comparação com os crimes de injúria simples, tipificados pelo caput do artigo 140. Tratarei desses detalhes logo adiante. De todo modo, “discriminação” e “preconceito” articularam condições pessoais de existência aparentemente muito diversas sob a possibilidade de uma mesma modalidade de relação. Uma relação que colocaria uma das partes enquanto vítima e outra enquanto autora de determinado crime motivado pela desqualificação de determinadas pessoas por conta de características, ao mesmo tempo, individuais e ligadas a determinados grupos.

“Preconceito ou discriminação” configuram uma “motivação criminosa” a ser “apurada” e, a partir disso, o Setor de Vulneráveis, criado em 2016, surgiu para investigar esses crimes e essas motivações. Diante das possibilidades de discriminação abrangidas em tal documento – motivadas por raça, cor, etnia, procedência nacional, religião, idade, sexualidade, identidade de gênero, situação de rua e deficiência – a “vulnerabilidade” foi a linguagem escolhida para a institucionalização desse Setor. Ela postulou uma especialização policial da diferença, articulada em torno de uma mesma motivação criminosa – a discriminação e o preconceito. Assim, ajudou a dar conta de conjugar sob um mesmo espaço, sob uma mesma unidade, em um único “Setor”, o atendimento a vítimas dos crimes mencionados pelo Decreto.

As experiências do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, foram diferentes. A unidade policial responsável por investigar crimes de preconceito na capital paulista é a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)⁵. Ela foi fundada em 2006 e substituiu a Delegacia Especializada de Crimes Raciais, fundada em 1993, fruto de demandas de “representantes da comunidade judaica, negra e nordestina da cidade de São Paulo” (FULLIN, 1999, p. 61-62). No Rio de Janeiro, também passou a existir uma DECRADI, que foi fundada em 2018. Já em Aracaju, no Sergipe, a Delegacia de Atendimento a Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa (DACHRI) faz parte do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV). Em todos esses casos, as notícias de seu surgimento ou de sua atuação destacaram a discriminação de pessoas negras, intolerância com religiões de matriz africana e preconceito

⁵ Sobre os crimes de intolerância registrados nessa unidade, ver Bokany (2013).

contra pessoas LGBT⁶ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) como a principal área de atuação das delegacias.

A criminalização do racismo, é importante destacar, faz parte de uma luta histórica de reivindicação de direitos dos movimentos sociais negros do Brasil, que articularam e articulam, entre diversas pautas, ações governamentais que corrijam as desigualdades raciais do país. Na história recente do Brasil (1985-2016), ativistas de movimentos sociais negros e suas demandas por igualdade racial estiveram presentes dentro e fora das instituições, em âmbitos federais ou locais, e foram decisivos para conquistas importantes dessa pauta (RIOS, 2018).

No Paraná, uma notícia do final de 2016 publicada na página do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos menciona a visita da então Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luislinda Valois, “às futuras instalações da Delegacia de Crimes de Racismo, Intolerância Religiosa, Xenofobia e Afins, em Curitiba” (MMFDH, 2016). E relaciona a atuação da futura Delegacia ao número de pessoas negras vítimas de homicídios por arma de fogo – o dobro do número de pessoas brancas. A articulação entre a promoção da igualdade racial e a criação do Setor tendo em vista as mazelas da população negra no Brasil também foi possível de ser vista no Relatório de Atividades – Exercício de 2016 do MPPR. A criação do Setor foi localizada dentro das ações do Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NUPIER), a partir da “necessidade de se determinar um setor especializado na investigação em relação aos crimes cometidos contra grupos vulneráveis no Estado do Paraná” (PARANÁ, 2018, p. 57).

Embora aquela notícia mencione a criação de uma delegacia, um setor foi criado em uma delegacia já existente. O combate ao racismo era o principal enfoque para a criação de uma nova instância policial. Entretanto, a unidade paranaense voltada para os crimes de racismo e injúria racial deixou de levar em seu nome a identificação específica em relação a tais crimes. Passou a abranger diferentes categorias de vítimas de discriminação e preconceitos, e assim, a vulnerabilidade contribuiu também para dissolver a ênfase no racismo e no seu combate.

Uma variedade de atributos e experiências foi abrangida pela linguagem da vulnerabilidade na medida em que fez parte da qualificação da existência do Setor.

⁶ No debate político atual dos movimentos sociais, essa sigla tem caído em desuso e em seu lugar uma mais abrangente tem aparecido: LGBTTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras modalidades de identidade de gênero e orientações sexuais).

A vulnerabilidade reuniu no Setor a amplitude do que o Decreto se propunha a regulamentar. Assim, Setor e Decreto passaram a ser qualificados um pelo e outro e, dessa forma, garantiram sua existência na produção conjunta de um documento e de uma nova unidade de trabalho policial. Um modo de resolver uma nova atribuição, que, além de não ser óbvio, nem espontâneo, e tampouco evidente, articulou uma das existências do Setor.

2.2.2 O Setor do Decreto

Meu ponto de partida foi uma sala ocupada por uma escrivã cheia de atribuições, recebendo ligações, vítimas e um antropólogo inconveniente: a sala de um Setor da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Paraná. A partir dela, tive acesso à história da criação dessa unidade policial ligada a um documento – o Decreto em questão aqui. Isso me permitiu ouvir e falar em um “Decreto do Setor”, que apesar de não ter mencionado o “Setor de Vulneráveis” nesses termos, foi mobilizado para sua criação. Consequentemente, me fez olhar para as novas atribuições de seu texto como tendo sido atribuições de tal unidade policial. Ou seja, o movimento de mobilizar o Decreto 5.241 em função do Setor se reverteu no próprio documento e o transformou no Decreto do Setor. Para melhor compreendê-lo e explorar um outro aspecto da existência legal e institucional do Setor de Vulneráveis, descreverei o que diz o texto dos dispositivos penais presentes no Decreto em conjunto com as considerações do doutrinador Guilherme de Souza Nucci.

Nucci era reconhecido por Roberta como um especialista dos crimes de atuação da unidade policial em questão. Uma das suas justificativas era a de que sua doutrina teria transformado o entendimento dos crimes de injúria racial, pois teriam passado a ser considerados também como crimes de racismo e, por isso, imprescritíveis e inafiançáveis⁷. Entendo os manuais de direito como uma prática,

⁷ Acusado por declarações públicas racistas em relação ao jornalista Heraldo Pereira, feitas em 2009, o também jornalista Paulo Henrique Amorim foi condenado na ocasião, mas a câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal considerou o crime prescrito. O recurso julgado, em 2015, pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça foi um caso de grande repercussão nacional e pode ser usado como exemplo para essa indistinção, porque reconsiderou a imprescritibilidade. A decisão do relator foi acompanhada por todos os outros ministros da Turma e dizia o seguinte: “De acordo com o magistério de Guilherme de Souza Nucci, com o advento da Lei 9.459/97, introduzindo a denominada injúria racial, criou-se mais um delito no cenário do racismo, portanto, imprescritível, inafiançável e sujeito à pena de reclusão”.

entre tantas, que possibilita a lei vir a ser alguma coisa. Nas obras que me informam, especificamente, alguma coisa a ser ensinada. Os manuais servem, por exemplo, para a formação e como argumento para diferentes profissionais no universo jurídico: advogados, promotores, juízes, delegados e também escrivães como a Roberta. Tendo em vista esses reconhecimentos, tratarei do texto do doutrinador como uma espécie de informante privilegiado, cujas lições me ajudarão a entender as leis 7.716 e o parágrafo terceiro do artigo 140 – e consequentemente, outro aspecto de sua existência legal e institucional.

O parágrafo terceiro do artigo 140 e a Lei 7.716 de 1989

O Setor do Decreto deveria, sobretudo, investigar os crimes tipificados pelo parágrafo terceiro do artigo 140 do Código Penal e pela Lei 7.716⁸. As leis mencionadas definiam atribuições investigativas para o Setor e, dessa forma, constituíam uma de suas razões de ser. Tais atribuições estavam sustentadas pelas prescrições e discussões legais vinculadas ao bem jurídico que deveriam proteger, as penas que acarretavam, o tipo de ação penal nelas implicado e o critério para caracterizar tais crimes enquanto dolosos. Descrevê-las é um modo não apenas de ajudar a compreender algumas atividades analisadas nos próximos capítulos, mas também de destacar a especificidade que a atuação do Setor de Vulneráveis possuía no universo das leis penais. Fazendo isso, espero sublinhar o modo como o trabalho policial especializado dessa unidade e a especificidade da atuação a quem se direciona foram sustentados por elementos diferentes dos até aqui mencionados – e dos que serão nos próximos tópicos.

O artigo 140 do Código Penal brasileiro (1940), ao qual pertence o parágrafo terceiro, compõe o “Capítulo V. Dos Crimes Contra a Honra” e tipifica a “Injúria” ao lado da “Calúnia” (art. 138) e da “Difamação” (art. 139). O ato de “injuriar” aparece como a possibilidade de “ofender” a “dignidade e o decoro”. Para esse crime, o dispositivo estabelece a opção entre detenção de um a seis meses ou multa. Há, ainda, duas ressalvas referentes à possibilidade de o juiz deixar de “aplicar a pena”: trata-se, por um lado, de “quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria” e, por outro, “no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria”. O parágrafo terceiro introduz uma qualificação ao crime, por isso, trata-

⁸ Para um apanhado histórico dessas leis, ver Machado, Santos e Ferreira (2015) e Rodrigues (2018).

se em termos legais de uma “injúria qualificada”: “se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”⁹. Nesse caso, há a previsão de “reclusão de um a três anos e multa”.

As previsões de pena são instrumentos importantes para compreender duas atividades do Setor: crimes com pena máxima de até dois anos são juridicamente considerados de menor potencial ofensivo e, por isso, o procedimento para investigá-los eram Termos Circunstanciados em vez de Inquéritos Policiais¹⁰. Esse era o caso para os crimes mencionados pela redação do Decreto 5.241 (preconceito ou discriminação motivados por situação de rua e “dentre outros”), cuja tipificação seria feita como injúria simples (artigo 140), com pena de no máximo seis meses (ou multa). E também para o caso da discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero, até sua criminalização pelo Supremo Tribunal de Justiça em meados de 2019, quando passou a ser tipificada pela Lei 7.716.

O outro dispositivo penal, a Lei 7.716¹¹ definia os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor em sua primeira versão. Ela foi alterada em 1997 e passou a tipificar crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. O texto da Lei é bastante abrangente e, de modo geral, trata da segregação no ambiente de trabalho, de estudo, de lazer e em ambientes privados (por exemplo, “[i]mpedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social”). As penas máximas de privação de liberdade variam entre três e cinco anos, com exceção da tipificação penal voltada para quem “exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências” em seus anúncios e modalidades de recrutamento. Nesse caso, a previsão é de “penas de multa e de prestação de

⁹ Machado, Lima e Neris (2016) afirmam que as articulações e vínculos do movimento negro organizado influenciaram na atuação do Deputado Federal Paulo Paim (PT), quando propôs o projeto de lei 1.240/1995, responsável pela inclusão da injúria racial no Código Penal. Nesse mesmo trabalho, as autoras mencionam sentenças de absolvição de injúria racial em que a justificativa foi a existência de um contexto de provocação da ofensa.

¹⁰ Os crimes de menor potencial ofensivo, depois de concluídos seus respectivos Termos, são encaminhados para o Juizado Especial Criminal, onde são julgados, executados e conciliados. Para uma análise antropológica desses juizados, ver Fullin (2011).

¹¹ A lei é conhecida por Lei Caó, apelido de Carlos Alberto Oliveira, então deputado federal pelo Partido Democrática Trabalhista – PDT e autor do projeto que resultou na promulgação da lei. Foi fruto de um trabalho dos agentes ligados a sua institucionalização e também de movimentos sociais engajados nas lutas contra a discriminação e o preconceito racial. Considerada um grande marco na história de tais lutas, a lei é comemorada por ter tornado o racismo crime imprescritível e inafiançável (MACHADO; SANTOS; FERREIRA, 2015).

serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial”. As atribuições investigativas do Setor, partindo das previsões penais dessa lei, são quase todas ligadas a instauração de inquérito policial. Ou seja, não são crimes considerados juridicamente de menor potencial ofensivo.

Dessa forma, entre as atribuições do Setor de Vulneráveis estavam a previsão legal de elaborar inquéritos policiais e termos circunstanciados. Tratava-se de uma atribuição legal do Setor que dependia das previsões de pena mencionadas acima. A diferença entre essas duas modalidades de investigação não é trivial, como mostrou Andrade (2012) ao descrever o cotidiano da Delegacia da Mulher de Campinas e as mudanças implicadas pela promulgação da Lei Maria da Penha, em que os casos de violência doméstica passaram a render Inquéritos no lugar de Termos. Por consequência disso, os casos passaram a ser motivo de reclamação e elogio das escrivãs, pois ao mesmo tempo em que rendiam muito mais trabalho de investigação, tornaram o trabalho mais organizado e com maior possibilidade de incriminar os autores.

Outra atribuição legal trazida pelo Decreto estava relacionada à investigação de crimes que podem ser desdobrados em uma Ação Penal Pública. No Processo Penal brasileiro, essas ações são uma forma de levar ao conhecimento do Poder Judiciário o acontecimento de uma infração penal para que esse, no uso de suas atribuições, julgue o caso em questão. Grosso modo, a Ação Penal se divide em pública e privada. Nessa última, a vítima ou sua representação legal é responsável por comunicar a existência do crime perante à vara criminal. Na primeira, quem leva ao conhecimento do Poder Judiciário a existência de um crime é o Ministério Público (MP). Essa instituição oferece a denúncia ao fórum competente da instância penal, se promotores de justiça decidirem pela existência de elementos que embasam a afirmação da existência da infração penal.

A legislação mencionada pelo Decreto definia uma atribuição do Setor vinculada à investigação de crimes que poderiam se desdobrar em Ação Penal Pública Condicionada ou Incondicionada à representação da vítima. Isto é, em alguns casos o MP estaria juridicamente autorizado a oferecer a denúncia independentemente da concordância da vítima e em outros não. Os casos tipificados pelo parágrafo terceiro do artigo 140 e pela Lei 7.716 dependiam e não dependiam,

respectivamente, da representação da vítima para a investigação prosseguir¹² – no caso da injúria racial, até 2009 era um crime de Ação Penal Privada. Os casos tipificados criavam uma atribuição em que uma das previsões era a possibilidade da investigação ser ou não interrompida pela representação da vítima¹³.

A diferença em relação ao tipo de Ação Penal desses crimes está ligada ao modo pelo qual são entendidos juridicamente. O crime previsto no parágrafo terceiro do artigo 140, o de injúria racial, protege a honra do indivíduo enquanto um bem jurídico, garantido pela Constituição Federal no décimo inciso de seu quinto artigo¹⁴. Guilherme de Souza Nucci (2019) trata da honra nos seguintes termos: “a faculdade de apreciação ou o senso que se faz acerca da autoridade moral de uma pessoa, consistente na sua honestidade, no seu bom comportamento, na sua respeitabilidade no seio social, na sua correção moral; enfim, na sua postura calcada nos bons costumes” (NUCCI, 2019, p. 279). A importância do Direito garantir e proteger a honra aparece nas formulações do autor como um imperativo, porque “sem ela, os homens estariam desguarnecidos de amor próprio, tornando-se vítimas frágeis dos comportamentos desregrados e desonestos, passíveis de romper qualquer tipo de tranquilidade social” (p. 280).

Dessa forma, umas das principais atribuições do Setor, segundo o Decreto 5.241, seria a investigação de um crime cuja tipificação e penalização estão ligadas à proteção da honra de um sujeito. Nesse caso, trata-se da honra subjetiva, que é descrita em termos de um julgamento próprio a respeito de si mesmo. A “honra subjetiva” é tratada como um modo de autoconsideração respeitável, amável e moralmente correta. Um modo de ver a si mesmo caracterizado pela responsabilidade, honestidade, beleza, lealdade e pela dedicação ao trabalho. Nos termos do autor, foi comparada com a “honra objetiva”, que é descrita como a imagem de uma pessoa perante a “sociedade”. Dessa forma, a “honra subjetiva”

¹² O parágrafo quarto do artigo quinto do Código de Processo Penal (1941) ajuda a entender a diferença: “o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado”.

¹³ No cotidiano do Setor, quando a notícia do crime chegava por meio de Boletim de Ocorrência, mesmo se tratando de um caso de Ação Penal Pública Condicionada, quase sempre a investigação prosseguia, porque a vítima, em geral, não desistia de sua representação. Contudo, quando a comunicação do crime era feita por Notícia de Fato, uma requisição de investigação proveniente do Ministério Público, se a vítima não fosse encontrada ou se negasse a ir até ao Setor – e para vítimas, lembrava-me Roberta, não há a possibilidade de condução coercitiva – o inquérito não prosseguia.

¹⁴ O inciso citado diz o seguinte: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988).

medeia um senso moral e afetivo de uma pessoa sobre si, pois a subjetividade da honra é sustentada por um apreço feito da pessoa para ela mesma, segundo Nucci (p. 300-301).

A qualificação da injúria como racial, a partir dos termos desse mesmo autor, sublinha uma nova maneira de conceber a ofensa à honra e, conseqüentemente, a um direito:

aquele que, atualmente, dirige-se a uma pessoa de determinada raça, insultando-a com argumentos ou palavras de conteúdo pejorativo, responderá por injúria racial, não podendo alegar que houve uma injúria simples, e tampouco mera exposição do pensamento (como dizer que todo “judeu é corrupto” ou que “negros são desonestos”), uma vez que há limite para tal liberdade. Não se pode acolher a liberdade que fira direito alheio, que é, no caso, o direito à honra subjetiva. Do mesmo modo, quem simplesmente dirigir a terceiro palavras referentes a “raça”, “cor”, “etnia”, “religião” ou “origem”, com o intuito de ofender, responderá por injúria racial ou qualificada (NUCCI, 2019, p. 310).

A qualificação da injúria como racial a diferencia da injúria simples e, também, de uma mera opinião. Segundo o autor, trata-se do estabelecimento de uma tipificação penal que para proteger “o direito a honra subjetiva” retoma uma ideia de limite da liberdade, diante da possibilidade de um direito alheio ser ferido. Para Moreira (2019), entretanto, sua qualificação estaria “baseada em sua significação social: a reprodução de estereótipos sobre indivíduos que possuem uma longa história de exclusão social” (p. 79). A penalidade atenderia, portanto, ao “interesse de minorias raciais em expandir a efetividade da legislação antidiscriminatória em nosso país” (p. 80). Ainda assim, é nos marcos da proteção da honra de um indivíduo que o texto da lei é comentado e ensinado por Nucci, um doutrinador de grande destaque sobre essas leis. Assim, o crime de injúria consistiria na ofensa, no desprezo e desrespeito do decoro de uma pessoa, de sua honra subjetiva e, por isso, exigiria o conhecimento do ato ofensivo por parte da vítima. E, para ser tipificado, a vítima deve se sentir ofendida por algum insulto e comunicar esse sentimento às autoridades policiais para que o inquérito seja

iniciado. Uma das principais atribuições do Setor, então, seria investigar um crime contra honra subjetiva passível de Ação Penal Pública Condicionada.

O outro dispositivo penal de atribuição do Setor de Vulneráveis, o texto da Lei 7.716, foi explicado a partir de outros elementos, consonante ao tipo de Ação Penal do crime que tipifica. O crime de racismo aparece genericamente na doutrina como o de segregação de um determinado grupo de pessoas. Nucci (2008) menciona o caso do editor Siegfried Ellwanger¹⁵, condenado em última instância por crime de racismo por ter praticado ações antissemitas, para conceituar o termo “raça”, fundamental no enquadramento desse caso à Lei 7.716. Nucci acompanha as conclusões do Supremo e afirma que não há raças em termos biológicos, mas apenas agrupamentos frutos de processos políticos e sociais. Esse tipo de entendimento é acompanhado pelo apagamento da especificidade do racismo contra pessoas negras, pois, segundo Nucci, “[c]ondicionar a discriminação como crime imprescritível apenas aos negros e não aos judeus é aceitar como desiguais aqueles que na essência são iguais perante tal garantia” (acórdão do julgamento *apud* NUCCI, 2008). Delimitar o crime de racismo às pessoas negras aparece, assim, quase como um privilégio indevido, pois a garantia da criminalização da segregação deveria ser estendida a todos os grupos discriminados em algum momento.

A argumentação do autor referente à Lei 7.716 reforça ainda que o racismo seria um “pensamento” voltado para a divisão dentre seres humanos e confirma a possibilidade dessa divisão ser tanto de alguém da “maioria” para “minorias”, quanto para o contrário. A centralidade da questão para a tipificação do crime envolveria uma “mentalidade segregacionista” ligada a qualquer grupo, possível de estar presente em qualquer pessoa. Isso daria margem para a justificativa legal da existência de acusações de racismo contra pessoas brancas, por exemplo. Dessa forma, uma conquista do ativismo negro voltada para pessoas negras vai sendo descaracterizado enquanto um instrumento na luta contra o racismo.

Embora a doutrina de Nucci tenha sido mencionada no caso de Paulo Henrique Amorim (cf. nota 5) e o autor tenha sido a recomendação de Roberta, a

¹⁵ Em 2003, o Supremo Tribunal Federal brasileiro manteve a condenação do editor Siegfried Ellwanger acusado de racismo contra judeus, ao negá-lo um *habeas corpus*. O julgamento foi de grande expressão e firmou o entendimento do crime de racismo introduzido pela alteração efetuada em 1997 na Lei 7.716. A lei promulgada em 1989 definia os crimes de racismo como resultantes de preconceito de raça ou cor. A alteração de 1997 tornou-a mais abrangente e menos específica, ao incluir preconceito de etnia, religião e procedência nacional. A partir disso, o doutrinador pôde tomar um caso de antissemitismo para a exegese do termo “raça” e do crime de racismo.

doutrina felizmente não é consensual nesse aspecto. Por exemplo, em janeiro de 2020, um juiz federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, ao julgar um caso de suposto “racismo reverso”, afirmou o seguinte: “é insofismável que o fim último da proteção instituída pela Lei 7.716/89, com a criação de tipos penais como o do art. 20¹⁶, é o de proteger as minorias, especialmente negros e índios, contra a discriminação proveniente dos grupos sociais dominantes”. Logo, concluiu que “o conceito de racismo reverso constitui evidente equívoco interpretativo”.

Nas Ciências Sociais, o significado do racismo acompanha o entendimento do Supremo Tribunal Federal e de Nucci no que diz respeito à existência, não de diferenças biológicas significativas que marcam o comportamento de pessoas que compartilham algumas características físicas, mas sim de grupos humanos formados por processos políticos, históricos e culturais. O conceito de raça seria fruto de um fenômeno social e não de uma determinante biológica (cf. MULLINGS, 2005 e GUIMARÃES, 2014). No entanto, isso não leva a obliterar a noção de raça como “um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*” (ALMEIDA, 2019, p. 22, grifos do autor).

No que diz respeito às considerações de Nucci sobre a “generalidade” do racismo, tratado como um crime ligado a uma “mentalidade segregacionista” que poderia atingir qualquer grupo social, o debate dentro e fora da academia ajuda a estabelecer um contraponto importante. Sílvio Almeida (2019), por exemplo, trata o racismo como um elemento presente na estrutura – e, por isso, na política, no direito, na economia, na história e na subjetividade – da sociedade brasileira, que discrimina e subjuga grupos inteiros que foram aliados das instâncias de poder político. O autor menciona, entre outros, negros, latinos, judeus, árabes, persas. Nesse sentido, a segregação racista não criaria nenhum impedimento sistemático para as pessoas brancas, como acontece com as pessoas negras, porque “[h]omens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são ‘suspeitas’ de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele” (p. 35).

¹⁶ Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa.

Almeida ainda destaca que por sua qualidade estrutural, o racismo prescindiria da intenção subjetiva para se manifestar. Nesse sentido, Túlio Custódio (2020) afirma: “Você é racista – só não sabe disso ainda” e destaca que as pessoas fazem associações preconceituosas ao vincularem inconscientemente grupos desprivilegiados socialmente a ladroagem, pobreza, animalidade ou a postos de trabalho que não exigem escolaridade. O racismo não seria, assim, um mero comportamento fruto de um tipo de mentalidade que visa conscientemente segregar determinados grupos, mas práticas e pensamentos, diretos ou indiretos, que reforçariam as desvantagens e a segregação de pessoas não-brancas, majoritariamente. Djamila Ribeiro (2020), retomando todo um debate sociológico e antropológico das relações raciais, afirma que o racismo no Brasil teria, ainda, logrado o êxito de ter sua existência negada cotidianamente, ao discriminar pessoas negras, mesmo estando em todo lugar – na cor branca de quem estatisticamente ocupa posições de poder e na cor negra de quem não as ocupa.

Uma das maneiras do racismo ter sua existência negada, e negada em nome da suposta convivência harmônica entre pessoas brancas e negras no Brasil, seriam as intenções de piadas e brincadeiras em que pessoas não-brancas aparecem desumanizadas e ridicularizadas. Moreira (2019) caracteriza essas condutas como fruto do “racismo recreativo”, em que o tom jocoso dessas pretensas brincadeiras reforça a posição de respeitabilidade como exclusiva de pessoas brancas. Ou seja, essas “brincadeiras” não estariam isentas da contribuição para a segregação de pessoas negras no Brasil, pois ajudariam a manutenção do arranjo social que as exclui e as desrespeita, ao mesmo tempo em que, por oposição, exaltam a respeitabilidade como atributo exclusivo de pessoas brancas. Nesse sentido, o racismo independe de intenção, não diz seu nome e, por isso, favorece a posição social vantajosa de pessoas brancas no Brasil.

Esse debate chama atenção para a impossibilidade lógica de o racismo ser uma experiência sistemática de discriminação de pessoas brancas, pois se trata de uma experiência coletiva que segrega pessoas negras e outros grupos subalternizados.

A tônica dessa discussão sobre o racismo do debate público brasileiro, dentro e fora da academia, se diferencia da defesa de Nucci e da jurisprudência brasileira quanto à necessidade de a intenção da discriminação ser consciente e

deliberada para configurar crime¹⁷. Digo isso porque a caracterização do tipo penal do parágrafo terceiro do artigo 140 e da Lei 7.716 dependem da comprovação de uma intenção específica de discriminar. Em relação ao primeiro, a Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou na edição 130 de Jurisprudência em Teses, em 2019, com o tema Crimes contra a Honra: “Para a configuração dos crimes contra a honra, exige-se a demonstração mínima do intento positivo e deliberado de ofender a honra alheia (dolo específico), o denominado *animus caluniandi, diffamandi vel injuriandi*”. Assim como nos crimes contra a honra, os crimes tipificados pela Lei 7.716 precisam da comprovação do elemento subjetivo específico para serem caracterizados, argumenta Nucci (2008). Tal elemento consistiria “na vontade de discriminar, segregar, mostrar-se superior a outro ser humano (...). Afasta-se o delito se houver outro ânimo, como, por exemplo, o de brincar (*animus jocandi*), fazer uma descrição ou uma crítica artística, entre outros fatores” (p. 275).

Se as práticas racistas não dependem da intenção subjetiva para existir, o que a exigência de comprovação da intenção para tipificar esses crimes implica? Diante da impossibilidade de se alcançar a intenção íntima de alguém, “o direito penal normalmente atua imputando um certo tipo de intenção” (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016, p. 20). As autoras, a partir da análise de sentenças de crimes de injúria racial e de racismo, criticam a inexistência de uma justificativa para muitos juízes não vislumbrarem o intuito racista. Na mesma direção, o trabalho de Moreira (2019) recupera algumas sentenças de crime de injúria racial e mostra como elas, na maioria das vezes, absolvem as pessoas denunciadas, porque suas ações são vistas como brincadeiras cotidianas sem potencial de dano moral, porque feitas com intenção consciente de “descontração”.

Por isso, para a efetivação da proteção do direito a honra, o autor afirma que a “injúria racial não deve ser analisada apenas a partir da motivação do acusado, mas também a partir do dano causado à vítima” (p. 91) e, talvez, essa também seja uma possibilidade para os crimes previstos pela Lei 7.716. Por outro lado, a própria

¹⁷ Um dos desdobramentos dessa diferença é o que os trabalhos de Santos (2015), Machado, Lima e Neris (2016), Matos (2016) e Moreira (2019) mencionam quando falam da ineficiência do Sistema Judiciário brasileiro para condenar casos de racismo e injúria racial enquanto tais. Em todos eles, o principal motivo apresentado é a ilusão de que no Brasil as relações raciais seriam marcadas pela harmonia. Isso aponta para uma diferença: a “importância do insulto racial na construção do que define o racismo para suas vítimas” – e também para as teorias das Ciências Humanas – “o que não encontra eco no modelo jurídico” (MACHADO, LIMA, NERIS, 2016, p.16).

forma de judicialização dessas demandas é questionada por Machado, Lima e Neris (2016). Reconhecendo a importância da possibilidade de recorrer à justiça nesses casos, mas criticando a individualização do ato ofensivo, as autoras afirmam que “é impossível considerar sua lesividade sem considerar um contexto mais amplo de sua repercussão social e sua história de repetição e estigmatização”. A força do ato racista residiria, nessa concepção, em “ecoar atos anteriores, [pois] sua força e sua autoridade são cumulativas e vêm da repetição, e isso pode trazer dificuldade ao funcionamento dos critérios de responsabilização do direito penal” (p. 26).

De todo modo, a principal sustentação da atribuição do Decreto 5.241 – o crime de racismo e de injúria racial – implica o Setor de Vulneráveis em investigações que devem, segundo a legislação, comprovar uma motivação específica para os crimes de sua atuação. Comprovar a vontade, a motivação e o intento positivo e deliberado de macular a honra subjetiva de um sujeito ou segregar uma ou mais pessoas tendo em vista o grupo histórico, político e cultural com o qual se identificam ou são identificadas.

Em síntese, as leis mencionadas implicaram o Setor em algumas atribuições: elaborar termos circunstanciados e inquéritos policiais, investigar crimes de Ação Penal Pública condicionada ou incondicionada à representação da vítima, e comprovar uma motivação muito específica para ações que, em sua maior parte, não a explicitam. Boa parte dessas atribuições é comum a outras unidades policiais. Entretanto, a análise da doutrina de um dos principais juristas que orienta o entendimento desses crimes permite imaginar a possibilidade legal de o Setor investigar qualquer alegação de discriminação. Ou seja, sua existência pode ser pensada como tendo o trabalho policial voltado para a investigação da discriminação e da segregação de qualquer pessoa ou grupo.

Essa existência é diferente da que pode acompanhar tanto em seu espaço, quanto em seu cotidiano e nas expressões públicas de sua atuação.

2.3 O SETOR DENTRO E FORA DA DIVISÃO

Neste tópico, tratarei de outra existência do Setor de Vulneráveis. Farei isso, a partir de algumas de suas aparições públicas, da relação entre a existência do Setor e o trabalho de sua única escritã e do modo como é acionado dentro da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa. Falarei do modo como sua existência

foi publicizada, associada a uma pessoa e comparada à Divisão dentro da qual suas atividades cotidianas funcionavam. Abordarei como mais uma vez a especificidade do trabalho policial esteve ligada a uma população específica e promoveu determinadas atuações do Setor.

2.3.1 O Setor da publicização

A criação do Setor de Vulneráveis foi noticiada por portais da imprensa, pela própria página da Polícia Civil paranaense, da seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR) e do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP/PR). Retomarei essas notícias para abordar o modo como a especialização do trabalho policial foi vinculada a uma população, enquanto justificativa para a criação do Setor de Vulneráveis. A partir desse mesmo vínculo, entre o trabalho da polícia e o público de sua atuação, abordarei o modo como o Setor foi anunciado em uma Audiência Pública de Combate à Homofobia na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Meu objetivo é argumentar que o Setor veio a existir publicamente pela articulação entre um trabalho policial especializado e uma população específica, para quem seu trabalho se direcionava.

As notícias analisadas foram as seguintes: “Delegacia de Vulneráveis: conquista social” (OAB/PR, 2017), publicada em 22 de fevereiro de 2017 pela OAB/PR; “Ministra dos Direitos Humanos elogia Atendimento a Vulneráveis em Curitiba” (DEDIHC, 2017), publicada em 20 de março de 2017, na página da Polícia Civil paranaense; “Setor de Atendimento ao Vulnerável inaugurado em Curitiba mira crimes de ódio” (CRP/PR, 2017), publicada em 10 de janeiro de 2017 no sítio eletrônico do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP/PR); “Unidade especializada atende vítimas de discriminação ou preconceito em Curitiba” (BELO, 2016), publicada por Massa News, no dia 13 de dezembro de 2016; e, por fim, a notícia do Paraná Portal, intitulada “Curitiba terá unidade especializada na investigação de crimes de ódio” (OHDE, 2016), publicada em 02 de novembro de 2016.

Todas foram unânimes em relacionar a especialização de um trabalho policial a uma população diferenciada, a quem a unidade deveria atender. Entretanto, a publicização da criação do Setor por diferentes instituições mobilizou a justificativa em torno de sua inauguração de diferentes modos.

Nas promessas dos representantes do estado do Paraná, o Setor foi inaugurado como “uma medida necessária e justa que vem atender a um nicho de crimes que possuem uma particularidade”, conforme afirmou o então Secretário da Segurança e Administração Penitenciária. No sentido de enfatizar crimes particulares, adicionou a isso um trabalho diferenciado: “um preparo especial, um atendimento mais humanizado e ferramentas para fazer um trabalho melhor para aquelas comunidades que demandam uma atenção especial, seja por crime de racismo, por raça, cor e gênero”. A notícia reproduz uma consideração do na época delegado-geral da Polícia Civil, também a respeito de um trabalho policial específico para, de modo parecido, uma população especificada e marcada pela discriminação: “um atendimento diferenciado, especializado, mais célere e humanizado às pessoas que são discriminadas por sexo, por raça, ou aquelas que estejam em uma situação especial”. A existência de uma unidade com um trabalho especializado para uma população específica apareceu também como uma maneira de atualizar a polícia, que “tem de se adaptar e modernizar (...) para dar um atendimento à altura”.

As expectativas da notícia da OAB/PR trouxeram para o debate uma existência do Setor parecida, em que a especificidade da população a ser atendida foi qualificada como sendo “mais vulneráveis” e a atuação especializada da polícia foi associada, não apenas ao atendimento dessa população, mas também a uma maior severidade no enquadramento dos crimes noticiados. De modo análogo, o trabalho policial na divulgação do portal da “Rede Massa” foi tratado como um atendimento especializado da nova unidade – a especificidade do Setor seria “registrar e investigar os crimes de ódio, além de oferecer atendimento especializado às vítimas”. A linguagem de um atendimento especializado também esteve presente na notícia do “Paraná Portal” e relacionou à criação do Setor uma maneira de precisar a contagem dos casos referidos como crimes de ódio, aspecto que também foi destacado pela notícia do CRP/PR.

Embora tenham aparecido de modo muito pontual para abordar criação do Setor, essas notícias não foram as únicas maneiras de tratar publicamente de um trabalho especializado, diferenciado e humanizado voltado para uma população específica – aqui tratada como “vulnerável”.

Em uma das minhas visitas ao Setor, Roberta mencionou uma audiência pública da qual precisaria participar no dia seguinte, a pedido da Delegada chefe da DHPP. Tratava-se de uma audiência pública sobre o combate à homofobia na

Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP). Fui até o local no dia 21 de maio de 2019 e cheguei antes do horário previsto. Quando entrei no local indicado, deparei-me com dois blocos de cadeiras, separados horizontalmente, dispostos em numerosas fileiras. Assim que entrei no espaço, vi uma tela à direita de uma mesa larga, posteriormente composta pelas pessoas responsáveis pelas exposições naquele dia. Na tela, possível de ser vista de qualquer lugar do auditório, estava escrito em letras grandes: “Dia Internacional do enfrentamento à LBGTIFOBIA”, e em letras menores: “Proposição: Deputado Tadeu Veneri/Goura/Delegado Recalcatti”.

A mesa e as pessoas que a compunham passaram a ser a atração principal daquele evento: os deputados Tadeu Veneri (Partido dos Trabalhadores – PT), Professor Lemos (PT), Goura (Partido Democrático Trabalhista – PDT) e Delegado Recalcatti (Partido Social Democrático – PSD). Além deles, compuseram a mesa uma representante do Grupo Dignidade – organização não governamental com pautas ligadas a direitos da população LGBT, um promotor de justiça do Paraná e um futuro funcionário comissionado do governo paranaense, apresentado como alguém que trabalharia no gabinete do governador empossado poucos meses antes. Além dessas pessoas, uma representante do estado do Paraná estava na mesa: Ana Raggio, apresentada como coordenadora da Divisão de Políticas para Pessoas LGBT da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Em sua fala, tratou das políticas públicas do estado do Paraná dos últimos anos para a população mencionada.

Ana Raggio estava no governo desde a gestão anterior, do então governador Beto Richa (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), por isso usou uma dimensão temporal além do atual governo de Ratinho Júnior (PSD). Ela acumulava múltiplas funções dentro da Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, no Departamento de Direitos Humanos e Cidadania: fazia parte da diretoria do “Projeto Criança e Adolescente Protegidos”, coordenava a “Divisão de Políticas para LGBT”, a “Divisão de Políticas para Igualdade Racial”, o “Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná”, o “Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial” e o “Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

Ao mencionar as políticas públicas do governo, falou justamente do Setor de Vulneráveis: “a Roberta atende”, apontando para ela na plateia, “lá na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, no Setor de Vulneráveis que foi uma iniciativa do

governo do estado para garantir atendimento adequado a pessoas LGBT e também à população negra, à população em situação de rua. Então a Roberta tem uma sensibilização e uma capacitação para atender esse público, para que a situação de discriminação seja atendida da forma correta”. Nas palavras de Ana Raggio, a representante do governo, Roberta era dotada de “sensibilização” e “capacitação”, o que garantiria um atendimento “adequado” do Setor – práticas essas que comporiam a correção do atendimento à discriminação.

A unidade policial em questão estava literalmente presente naquele espaço quando a Diretora apontou para Roberta e falou a respeito de suas qualidades como a característica do atendimento especializado do Setor. As capacidades de Roberta foram a própria atuação daquela unidade e apareceram como um mérito da atuação da gestão do governo do estado.

Dessa forma, o Setor foi evocado mais uma vez segundo uma especialização de atendimento para um público determinado – pessoas negras e LGBT. E, mais uma vez, o atendimento especializado foi atrelado a uma atuação eficaz do governo do estado, assim como na notícia da página oficial do estado. Nesse momento, entretanto, houve uma novidade: as figuras do Setor e de Roberta se confundiram. E essa última colocação foi assim feita em conexão com outro modo de existência dessa unidade policial: na grande maioria de suas atribuições, era uma unidade formada por apenas uma pessoa, a escrivã do Setor.

2.3.2 O Setor de dentro da Divisão

“O Setor aqui não tem investigador”. Ouvi essa frase de minha principal interlocutora depois de já ter feito algum tempo de trabalho de campo. A justificativa era de que ali naquela unidade, as investigações de homicídio ou sua tentativa não eram realizadas – pelo menos, em tese. Roberta era a única pessoa naquela sala e a única responsável pelas atividades do Setor, além da Delegada – havia também o policial incumbido de entregar as intimações, mas ele não era um funcionário restrito ao Setor, pois fazia esse trabalho para outros cartórios da Divisão de Homicídios. A existência do Setor dentro da Divisão indicava outro modo de articular o trabalho especializado de uma unidade voltada para uma população específica, muito vinculado à própria Roberta.

Em minha primeira ida à DHPP, cheguei ao plantão e perguntei a respeito do Setor de Vulneráveis. A resposta do policial com quem conversei foi imediata em me indicar o caminho e uma pessoa com quem conversar: Roberta. Roberta é formada em Direito e possui uma especialização em gestão pública terminada em 2019, cujo trabalho de conclusão trata da Lei 7.716 de 1989. “Quando eu cheguei aqui, eu era igual você, não sabia nada”, disse-me um dia ao me contar da importância de sua formação e, mais do que isso, de se manter sempre atenta às decisões judiciais sobre os crimes com os quais trabalhava no Setor. Tentei algumas vezes saber mais detalhes de sua trajetória acadêmica e profissional, mas suas respostas evitavam grandes descrições sobre isso. Além de algumas vezes ter pedido para conhecer seu trabalho de monografia de especialização e ter ouvido como resposta um adiamento: “amanhã eu te mostro” ou um “estou muito ocupada agora, em outro momento te envio”.

Apesar disso, algumas histórias de seus antigos trabalhos me eram narradas para afirmar seu caráter honesto, imparcial e competente no serviço público. Era nesse tom que suas antigas experiências como agente penitenciária e investigadora em outra delegacia de polícia apareciam, inclusive quando me contou sobre os motivos pelos quais estava no Setor: em razão de problemas ligados a seu relacionamento interpessoal com policiais de outra unidade, ela foi convidada por seu antigo chefe a ir para a DHPP “fazer um trabalho que nenhuma outra pessoa queria fazer”. Então, lá estava ela¹⁸.

Em um cartório de uma só escrivã, todos os inquéritos e boletins de ocorrência eram feitos por Roberta. Caso ela não estivesse lá, os trabalhos do Setor eram interrompidos. Pude acompanhar de perto uma situação anterior a um período em que ela precisaria se afastar. Uma escrivã de um dos cartórios das especializadas em homicídio desceu para discutir com Roberta a possibilidade de tocar os seus inquéritos naquele período. Elas acertaram os detalhes relacionados a esse trânsito pelas escadas: a escrivã eventualmente desceria para a sala do Setor,

¹⁸ Apesar de combinar previamente meus dias de trabalho de campo, algumas vezes fui surpreendido pelo não funcionamento do Setor ou pela impossibilidade de acompanhar suas atividades. Se Roberta não estivesse lá ou estivesse realizando atividades ligadas a outras rotinas, o Setor também não funcionava. Reuniões em conselhos municipais, como CONSEPIR (Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial), operações de investigação – Roberta é uma investigadora em atividade como escrivã, o que a obriga a periodicamente fazer plantões e eventualmente acompanhar operações de investigação e de mandato de prisão fora da Divisão –, férias e folga.

quando fosse preciso ouvir testemunhas, vítimas e autores¹⁹, já que na rotina daquela unidade essas atividades investigativas eram gravadas. E algumas pastas de inquéritos subiriam para que o restante do trabalho pudesse ser feito. A situação parecia estar resolvida e eu estava convencido de que esse era o desfecho da história. Entretanto, poucos dias depois, perguntei para Roberta se era mesmo aquela colega de trabalho quem ficaria responsável pelos inquéritos. “Não”, me respondeu, e completou: “ninguém aqui faz o meu trabalho”.

Fiquei intrigado com sua resposta e ao perguntar a respeito da continuidade dos inquéritos, Roberta me explicou que ficariam parados na sua ausência e o Setor fechado. “Quem, então, assumiria o Setor caso você não pudesse mais?”, perguntei. “Ninguém”, e prosseguiu: “ninguém aqui [na Polícia Civil] faz o trabalho que eu faço”. A primeira justificativa para a afirmação estava ligada aos desdobramentos dos processos judiciais: eram crimes que, segundo ela, não levavam ninguém para a prisão, o que não traria muita motivação para o trabalho – “quando a gente entra na polícia, a gente quer crime legal, que resulta em prisão, aqui ninguém vai preso”. A segunda, com o público atendido pelo Setor: “99% dos meus colegas repugnam a população que eu atendo”, referindo-se em especial à população LGBT. Diferenciando-se dos outros policiais, ela me disse: “acho que todos têm direito de ser respeitados”.

Em um dia muito movimentado na Divisão, ou seja, envolvendo muitas pessoas a serem ouvidas como testemunhas, autoras e vítimas de possíveis crimes, uma colega de Roberta, Mariane, perguntou por ela enquanto tomávamos o café de sua sala. Falei da correria daqueles dias e da quantidade de pessoas ouvidas naquela semana, por isso Roberta não tinha aparecido muito por ali. Então, ela comentou comigo: “eu e a doutora [a delegada-chefe] estávamos conversando, a Roberta é muito paciente, só a Roberta para aguentar, eu não ia aguentar um dia [nesse trabalho]”. Na ocasião, não entendi muito bem o que isso significava e Mariane tampouco me explicou. Voltei para a sala de Roberta e mencionei que Mariane, sua colega, havia acabado de elogiar o seu trabalho. Ela foi à sala onde eu estava com sua colega e, em tom de brincadeira, perguntou sobre a matéria de nossa conversa: “o que você estava aí falando de mim?!”. Mariana explicou que achava o trabalho do Setor muito chato, e os motivos foram parecidos com os

¹⁹ Essa é uma das principais atividades do Setor de Vulneráveis; tratarei mais detidamente dessa rotina no Capítulo 2.

elencados por Roberta: os crimes, em suas palavras, “não dão em nada”, ou seja, muito dificilmente levariam alguém à prisão.

Além disso, para ela, a matéria dos delitos atendidos pelo Setor seriam problemas íntimos e privados, dando a entender que poderiam ser resolvidos de outro modo: não levava ninguém para a prisão, pois seriam matéria de “briga de fundo de quintal”. Dessa forma, a especialização do trabalho de Roberta se tornou sua paciência com aqueles crimes que não levavam para a cadeia e que não seriam assunto propriamente da polícia, mas de assunto privado.

Assuntos entendidos como sendo de âmbito privado, entretanto, podem muito bem ser vistos e tratados como crime, como os casos de violência doméstica investigados pelas Delegacias da Mulher mostrados por Fabiana de Andrade (2012), em sua etnografia de uma Delegacia de Mulher de Campinas. Andrade, contudo, também menciona um certo desapontamento de escrivãs e delegadas, porque muitas vezes as noticiantes desistem da investigação e não seguem adiante com a representação – e, de uma perspectiva de quem valoriza a penalização do crime, também “não davam em nada”. Além disso, algumas policiais entendiam que “o tratamento da questão deveria ser de responsabilidade da psicologia ou do serviço social, como queixas de ofensas mútuas, dificuldade em se decidir pela separação, desavenças entre pais e filhos, discórdia entre vizinhos (...)” (ANDRADE, 2012, p. 81).

Penso que isso seja análogo não apenas às situações que acompanhei, mas também àquelas descritas por Letícia Ferreira (2011) quando estudou os casos de desaparecimento de pessoas em uma delegacia especializada no Rio de Janeiro.

Ferreira destaca que, no Setor de Descoberta de Paradeiros (SDP), os casos de desaparecimento eram muitas vezes vistos como problemas da família e de assistência social e não da polícia. Uma de suas interlocutoras, por exemplo, defendia que fossem investigados por outros órgãos e instituições. A autora menciona também a precariedade da investigação que, muitas vezes, não dava conta de responder o onde, como e quando do desaparecimento – sem perder de vista que como desaparecimento não é crime não pode gerar inquérito policial. Sendo assim, não seria “difícil imaginar o quão frustrante pode ser, tanto para policiais, quanto para comunicantes, relatar e registrar um caso de desaparecimento” (FERREIRA, 2011, p.114).

Com base no trabalho de Medeiros (2016), é possível estabelecer outro contraponto: quando o trabalho de investigação policial se torna atrativo para os policiais. Interessada nas investigações de homicídio na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, a autora descreve as elaborações técnicas e morais que compõem as chamadas “linhas de investigação”. A partir da interlocução com um Delegado, a autora menciona o motivo: não atender o público, apenas trabalhar com investigação era visto como algo positivo, porque mais próximo do “trabalho policial” (p. 95).

Dentro da DHPP, o trabalho de Roberta tornava-se diferenciado e especializado porque era paciente para os crimes que não levavam à prisão, para aqueles que não eram vistos como assunto de polícia e para uma população que não seria muito benquista por colegas da corporação. Assim, o Setor existia dentro da Divisão não apenas associado à própria Roberta, mas também a suas características consideradas ímpares e que a habilitavam para o atendimento dos crimes que chegavam, ao mesmo tempo, até lá e até ela. Roberta emprestava algumas de suas características ao Setor e a unidade policial também o fazia em relação à escrivã. Quero dizer, Roberta também era qualificada, em alguns momentos, pela população atendida no Setor.

Em um dia de muitas oitivas, no fim de maio de 2019, quase no final do expediente, estávamos Roberta e eu na sala do Setor quando uma delegada e um investigador passaram pela porta. A delegada perguntou para Roberta se ela teria disponibilidade para estender seu turno naquele dia e acompanhar sua equipe em uma operação. O motivo era o seguinte: a equipe precisava de mais uma mulher, pois se tratava do cumprimento de mandados de prisão em uma casa de prostituição de mulheres, o que implicava a necessidade de uma investigadora acompanhar a operação. Roberta, ao aceitar prontamente o pedido, ouviu um agradecimento da delegada e do investigador e, antes de partirem, este último em tom de brincadeira disse que lembraram da escrivã do Setor pois a população do bordel seria uma por quem Roberta teria afeição.

Eu não estava entendendo muita coisa, até que, por fim, aquela delegada me ajudou a compreender o que seria motivo da graça: “vai que você prende a Luana”, fazendo referência a um caso envolvendo uma mulher transexual com um mandato de prisão expedido, mas não cumprido, conforme soube posteriormente. Isso me sugeriu certo entendimento compartilhado da conexão entre prostituição,

transexualidade e o Setor de Vulneráveis – ninguém, afinal, precisou explicar o motivo da risada e os pormenores da suposta anedota. Foi interessante como a relação com o que já apareceu ligado ao Setor como “pessoas vulneráveis” foi se desdobrando. Se, em tese, essa unidade policial deveria existir para apurar crimes relacionados a essa população, em situações nas quais elas sejam vítimas, a condição de vítima parece se autonomizar de tal população e essa última passou a ser articulada com a figura da escritã e do próprio Setor em momentos da rotina da DHPP como o que acabei de descrever..

Essa maneira de associar uma determinada população do Setor a uma casa de prostituição foi mediada pela atuação de um estereótipo. Conforme Herzfeld (2016), estereótipos não são apenas uma maneira sem consequências de falar, mas de realizar algo no mundo – na política ou no Estado, por exemplo. Nesse caso, o estereótipo ligado a mulheres transexuais as associou à prostituição e vinculou Roberta a uma parte do público a quem o Setor se direcionava. O estereótipo como uma maneira de categorização de um grupo pessoas (MACHILLOT, 2012) contribuiu para a associação de uma determinada população atendida pelo Setor à sua única escritã. Assim, evocou uma existência dessa instituição que estava, não apenas vinculada a uma pessoa legalmente reconhecida para a ocupação de uma função em seu interior, mas também a um determinado grupo de pessoas.

“Esses aí são amigos da Roberta, um velho e um travesti”, teriam dito dois investigadores em tom jocoso para a escritã em outra ocasião. Ouvi essa história nos corredores da Divisão e, mais uma vez, tratava-se de uma suposta anedota: dois policiais civis teriam enviado uma fotografia de si mesmos em um grupo de mensagens instantâneas, ao que um terceiro teria respondido com a associação desses dois homens às pessoas por quem Roberta teria afeição – uma pessoa idosa e uma mulher transexual. A intenção daquele ato narrado parece ter sido a de ironizar a idade de um deles e, ao mesmo tempo, tentar envergonhar o outro com suposições a respeito de sua identidade de gênero. Ou melhor, a respeito de sua sexualidade, tendo em vista o constante tratamento de transexualidade como homossexualidade por parte de algumas pessoas da DHPP – o que Roberta prontamente destacava como um erro conceitual.

Ou seja, dentro da DHPP não era apenas Roberta que existia no e para Setor, por meio de sua atuação especializada, mas as próprias populações às quais o Setor esteve vinculado em alguns momentos foram consideradas predileções da

escrivã. E isso importa porque destaca uma outra maneira de vincular o próprio Setor (existente na figura de Roberta) a população para qual se volta, marcada pelos estereótipos e pelo tom jocoso.

Resta uma última maneira de articular o trabalho especializado dessa unidade às suas atividades investigativas em uma outra modalidade de existência do Setor – comparando-as com as atribuições das delegacias de homicídio. A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, onde estão localizados o Plantão, o Setor de Vulneráveis e as outras unidades, possuía dois pavimentos. No de cima, ficavam as delegacias da Subdivisão de Homicídios e embaixo o Setor. Roberta fazia questão de me dizer que não havia nenhuma diferença entre aqueles de cima e o cartório pelo qual ela era a escrevã responsável: “é tudo igual, tem o mesmo funcionamento, tudo é delegacia”.

Todos estavam incumbidos de produzir os inquéritos policiais e, conseqüentemente, as investigações – reunir provas, ouvir vítimas, testemunhas, suspeitos, juntar os papéis, literalmente, aos autos do processo, responder requisições do Ministério Público, fazer intimações e se comunicar com outros setores, como o de inteligência. Uma dessas atividades em comum era a de ouvir as pessoas intimadas, nas chamadas oitivas. Em uma das oitivas, a Delegada ouviu de uma testemunha que havia ficado desesperada depois de ter recebido a intimação para estar ali, na “Delegacia de Homicídios”. A delegada ouviu a história atenta e, em uma aparente tentativa de acalmar a testemunha, disse para ficar tranquila, porque na DHPP havia um setor que não estava ligado à apuração de mortes. Ela era sorridente e cordial com as pessoas que ouvia, embora fosse de poucas palavras. Assim como Roberta, era formada em Direito e, segundo minha percepção, era branca, de cabelos loiros, com idade por volta de seus 35 anos. Em seus termos, descreveu na ocasião o Setor de Vulneráveis como “um setor mais light”.

O nervosismo era comum na narrativa das pessoas intimadas e Roberta usava uma retórica parecida para convencer as pessoas intimadas por ela da prescindibilidade do nervosismo sentido: “Presta atenção, é Delegacia de Homicídios e, no finalzinho, tem um proteção à pessoa”.

Dentro da DHPP, o Setor também pôde ser uma unidade mais leve, por ter tido como especificidade a investigação de crimes considerados mais brandos – esses últimos, em outro momento descrito acima, serviram para justificar uma

suposta desmotivação em relação à sua atuação, por parte da corporação. Além disso, pôde ser vinculado a ambientes fora da Divisão – uma casa de prostituição –, em virtude da população para quem a justificativa de sua existência é voltada. Dessa forma, as pessoas para quem a ação da unidade de investigação seria voltada apareceram de outra maneira: como as pessoas que deveriam ser o alvo das operações de prisão por parte da polícia e como pessoas com quem a escritã teria afinidades, mediadas por estereótipos.

O Setor existiu dentro da Divisão de Homicídios, portanto, não apenas associado à Roberta, mas também aos estereótipos de algumas pessoas, para além apuração de crimes contra elas – crimes cuja especificidade faria da atuação dessa unidade uma unidade investigativa mais branda.

Ao longo do capítulo, meu esforço foi demonstrar as existências do Setor de Vulneráveis. Se a constituição dos crimes contra vulneráveis e a consolidação da procura pela intenção dependeram da criação de uma unidade especializada, argumentei no sentido da existência não de um Setor, mas de alguns, conforme a localização de sua atuação. Uma primeira ligada ao espaço, onde uma população específica – sobretudo, idosos e deficientes físicos – pudesse ser atendida, o que resultou em um desmembramento do Setor para a DHPP. Uma segunda legal-institucional, em que a vulnerabilidade articulou as diversas populações mencionadas pelo Decreto 5.241, em muito, desdobramento da atuação de movimentos negros pela igualdade racial. As atribuições legais postularam especificidades quanto à rotina burocrática da unidade (elaborar Termos Circunstanciados e Inquéritos Policiais) para qualquer pessoa que pudesse ser segregada ou ofendida pessoalmente por conta do grupo social com o qual se identificasse. Uma terceira, pública, em que o Setor apareceu como um trabalho especializado, capacitado e humanizado fomentado pelo governo do estado para uma população específica – os vulneráveis (pessoas negras e LGBT). Por fim, uma quarta, em que o trabalho especializado do Setor se tornou a paciência de sua única agente policial para crimes com pouquíssima chance de levar à prisão e que seriam “mais leves” quando comparados com homicídios. E a especificidade de parte da

população atendida pôde trazer à tona estereótipos e preconceitos presentes na própria corporação.

Todas essas existências não estavam irremediavelmente separadas umas das outras. Os endereços fornecidos nas páginas da polícia e em algumas notícias correspondiam a um lugar onde era possível encontrar uma escritã trabalhando entre mesas, computador e papéis. Papéis esses que, muitas vezes, retomavam o decreto que foi responsabilizado pela inauguração do Setor e que era enunciado pela escritã responsável pelo Setor. Um Setor de uma escritã só, carregando-o consigo para conselhos estaduais e audiências públicas. Uma audiência pública onde o Setor foi referido a partir de seu espaço e de sua única funcionária – “lá na DHPP”. De acordo com o que afirma Mol (2008), “as realidades alternativas não coexistem simplesmente lado a lado, mas também se encontram dentro umas das outras” (sem paginação). As existências do Setor de Vulneráveis por muitas vezes continham umas às outras.

De todo modo, tendo sido possível dizer que o Setor era Setores, pude explorar etnograficamente a multiplicidade em que essa unidade existia, da qual os crimes que atende dependem para vir à existência. Abordarei, a seguir, outros elementos para constituição dos crimes contra vulneráveis e a consolidação da procura pela intenção que acompanhei durante meu trabalho de campo: a chegada das notícias-crime e o começo da investigação.

3 AS COMUNICAÇÕES DO CRIME E O COMEÇO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, descreverei como algumas comunicações de conduta criminosa chegaram ao Setor de Vulneráveis e os desdobramentos investigativos vinculados a elas. Em um primeiro momento, tratarei das “Notícias de Fato” e dos “Boletins de Ocorrência” que circularam por essa instância policial, com o objetivo de compreender as práticas implicadas na instauração ou não do inquérito. Para isso, vou considerar mais detalhadamente quatro casos: dois de racismo, um de homofobia e outro não enquadrado nas atribuições do Setor. Seguirei alguns dos que permaneceram e abordarei as “oitivas” do Setor – momento no qual vítimas, autores e testemunhas eram ouvidos pela escrivã e pela Delegada. Assim o faço com o propósito de explorar dois aspectos fundamentais relacionados ao modo como as investigações são levadas adiante: as maneiras de identificação das “partes” e a busca por uma “lógica da história” a partir das perguntas da investigação. Para terminar o capítulo, volto-me para algumas lições enunciadas pela escrivã sobre como os “fatos” deveriam ser “apurados”, com o objetivo de destacar aspectos tidos como fundamentais para o exercício do trabalho investigativo do Setor: documentos, questionamentos e histórias de um trabalho aprendido. A partir dos aspectos mencionados, enfatizarei momentos dos quais depende a constituição dos primeiros passos da “apuração dos fatos” ligados às investigações conduzidas por essa instância policial, que contribui para sustentar a procura pela intenção dos investigados.

3.1 A CHEGADA DAS NOTÍCIAS-CRIME NO SETOR

“Notícia-crime” é o nome que se dá para o momento no qual a existência de uma conduta considerada criminosa chega ao conhecimento da polícia ou do Ministério Público. Essa comunicação acontecia, e penso que continue acontecendo, de duas maneiras distintas no Setor de Vulneráveis: pela elaboração de “Boletins de Ocorrência”, quando a vítima era quem comunicava, feita por Roberta; e pela chegada das “Notícias de Fato”, informação de conduta criminosa feita pelo MPPR. Essas duas modalidades de comunicação possuíam outras diferenças significativas: seus pontos de partida e modos de chegada ao Setor, a localização nas pastas dos inquéritos e as práticas policiais que suscitavam.

As elaborações dos “Boletins” que pude acompanhar foram feitas quando uma pessoa desejava noticiar à polícia uma situação em que havia sido vítima de algum crime. Menos comuns que as requisições do MPPR, os “Boletins” resultavam em uma folha de papel impressa contendo alguns dos dados pessoais da vítima e sua descrição do acontecido. A incumbência da polícia em relação a esses documentos era produzir algo a partir do relato de uma vítima de discriminação ou preconceito. Isso envolvia fazer perguntas a respeito do que havia acontecido e, a partir disso, encontrar uma tipificação penal na qual aquela narrativa ouvida pudesse ser encaixada. Não qualquer artigo do Código Penal, entretanto – era preciso correlacionar a “notícia-crime” com os artigos que definiam as atribuições investigativas do Setor, a saber, o parágrafo terceiro do artigo 140 e a Lei 7.716 de 1989, conforme explicitarei no Capítulo 1.

Já as “Notícias de Fato” apareciam no Setor como pastas provenientes do Ministério Público do Paraná, feitas de papel aparentemente reciclado, cujo escopo era desencadear uma investigação policial. A Corregedoria Geral da Polícia Civil era quem direcionava as requisições do MPPR para a delegacia especializada competente. Em um primeiro momento, a incumbência policial em relação a elas me parecia ser apenas seguir uma ordem expressa do Ministério Público e da Corregedoria. Contudo, as requisições advindas dessas instâncias que acompanhei passavam por uma análise para decidir se eram mesmo atribuição do Setor ou se deveriam ser devolvidas para a Corregedoria. Geralmente, os questionamentos tinham em vista a data do ocorrido e o desconhecimento da autoria a quem o fato criminoso estava sendo imputado – tratarei desses pontos no desenvolvimento deste capítulo. Grosso modo, aceitar ou negar as requisições do MPPR e da Corregedoria, tanto quanto registrar os “Boletins”, dependia de um esforço analítico e elaborativo por parte da polícia.

O desenvolvimento dos argumentos deste capítulo está, pois, ancorado nesse empenho. A seguir, descreverei duas “Notícias de Fato” e dois momentos nos quais o Setor foi procurado para o registro de “Boletins de Ocorrência”. Meu objetivo é tratar dos elementos que permitiram a comunicações serem registradas ou não como “Boletins” e se transformarem em investigações²⁰. Enfatizarei três aspectos

²⁰ Meu objetivo não é uma análise dos casos a partir da perspectiva das/os noticiantes. A esse respeito, ver o terceiro capítulo da tese de Denise Rodrigues (2018). A autora apresenta uma minuciosa descrição e análise dos crimes de racismo e injúria racial a partir de entrevistas realizadas com

que foram relevantes para a constituição inicial de tais crimes e puderam sustentar a procura pela intenção: a data do acontecimento da conduta criminosa, o reconhecimento de vítimas e autores enquanto tais, e o entusiasmo com os desdobramentos da investigação e com a possibilidade de ela terminar em sentença condenatória no Poder Judiciário.

3.1.1 Identificando vítimas, desconhecendo autores

Em um dia de bastante sol, atípico para o mês de agosto em Curitiba, Azevedo e eu estávamos sozinhos na sala do Setor, conversando sobre a rotina da Divisão, quando o telefone tocou. O investigador do Setor de Inteligência da DHPP/PR o atendeu: “tem autoria conhecida? Então é no Distrito da área”. Ele se referia a uma das primeiras informações às quais tive acesso em meu trabalho de campo – se a notícia do crime trouxesse consigo a identificação da autoria, ela não seria, em tese, investigada pelo Setor. Dois fatores foram importantes nos casos aos quais tive acesso para que os crimes noticiados fossem investigados: a identificação da vítima e a não identificação da autoria, ambos tema desta seção. O sujeito que procurou o Setor pelo telefone era uma pessoa idosa em busca de uma medida protetiva. Não teve seu caso atendido naquela unidade, embora, segundo Azevedo, tenha afirmado ser idoso e noticiado uma prática aviltante em razão de sua idade. Ele foi aconselhado a procurar o Distrito Policial de sua região, porque, conforme o próprio senhor teria afirmado, a autoria do crime que pretendia noticiar era conhecida.

Em um dos casos a seguir, o “Boletim” também não foi registrado diante da impossibilidade de se identificar uma vítima; já no outro, tendo sido possível identificar a vítima e desconhecendo-se a parte autora, o “Boletim” foi feito. Começarei pelo último.

Timóteo, um homem autodeclarado pardo, de altura pouco maior que um metro e setenta, de cabelo recém cortado e voz calma, procurou o Setor para fazer uma complementação de seu “Boletim de Ocorrência”. Ele havia noticiado no Distrito Policial de sua região uma discriminação homofóbica que teria sofrido em seu ambiente de trabalho, um famoso supermercado da capital paranaense. Por

peças que foram vítimas de discriminação e noticiaram a conduta a DECRADI, na cidade de São Paulo.

“complementação” me refiro à possibilidade de o “Boletim” ser alterado digitalmente, uma vez que esses documentos eram e ainda são gerados em um sistema digital integrado da PCPR, o “Boletim de Ocorrência Unificado”. Entretanto, conforme Roberta me explicou, tal alteração era permitida apenas para o acréscimo de informações, ou seja, nenhuma informação é excluída, apenas adicionada. Pude perceber que, como se tratava de uma “complementação”, os “dados” da vítima haviam sido registrados no “sistema” e prescindiam de um novo preenchimento. De todo modo, os dados requisitados eram os seguintes: nome, data e local de nascimento, escolaridade, profissão, estado civil, e-mail, endereço, telefone fixo, celular, cor, se possui deficiência, altura e peso²¹.

Acompanhado de sua advogada, aquele homem noticiava que um cliente do supermercado onde trabalhava como caixa o teria chamado de “veadinho” e o agredido fisicamente. Depois de o “Boletim” ter sido impresso, pude ver como a “complementação” era feita na constituição desse documento e, ao mesmo tempo, desse caso. Quando os “Boletins” eram a “notícia-crime”, possuíam em seu interior os dados que mencionei acima e um campo intitulado “Descrição Sumária dos Fatos”. Nesse campo, o investigador ou a escrivã responsável por preenchê-lo descrevia “os fatos” narrados por quem procurava o serviço da polícia. Além disso, era nesse momento que o enquadramento penal era feito, ou seja, que algum dispositivo penal era primeiramente relacionado à história contada. As informações relativas ao enquadramento penal ficavam no campo “Natureza(s) constatada(s)” e eram seguidas por “tipo(s) de ambiente(s)”, “meio(s) empregado(s)” e “providência(s) da autoridade policial”. A atividade policial de, nos termos da escrivã, “ouvir e por no papel”, era contada por Roberta como neutra e de mera reprodução dos “fatos”.

O trabalho de Nadai (2017), entretanto, ajuda a estabelecer um contraponto: demonstra como a elaboração dos boletins de ocorrência de uma Delegacia da Mulher de Campinas estava intimamente ligada ao modo como escrivãs e escrivães de polícia elaboravam convenções narrativas para descrição e tipificação de casos de estupros. O “por no papel” descrito por Roberta é diferente também do “apenas preencher papel” mencionado por Ferreira (2013), quando esta última fala do modo

²¹ As perguntas feitas em oitivas e preenchimentos de boletins de ocorrência variam entre uma e outra situação e também entre vítima, autoria e testemunha. O modo de fazer essas perguntas compunha as técnicas de investigação policial, que Roberta descreveu como sendo importante para “quebrar o gelo” e, assim, deixar as pessoas mais à vontade para contarem suas versões dos “fatos”. Tratarei desse aspecto mais detidamente no decorrer deste capítulo.

dos funcionários da SDP enxergarem seu trabalho, como o de apenas produzir documentos, uma vez que os casos de desaparecimento não eram entendidos como assunto propriamente da polícia. Entretanto, a autora argumenta que “esse fazer policial não só registra, mas também enseja compromissos, obrigações e sentimentos com que as próprias famílias administram casos de desaparecimento” (p. 60), ou seja, não é de apenas preencher papel.

Em minha primeira ida ao Setor, ainda para negociar os termos da pesquisa de campo, Roberta me disse que o trabalho dos “operadores” do direito era o de encaixar o que ouviam na legislação da qual seus trabalhos dependiam, e isso também indica uma certa atividade diferente de apenas reproduzir fatos no papel – o que ela também defendia. Sendo assim, o trabalho burocrático, no Setor e em outras repartições, parece ser e não ser o de apenas “preencher papel”.

No caso de Timóteo, depois de preenchidos alguns dos papéis relativos à comunicação do crime que noticiava, o “desconhecimento da autoria” foi fundamental para que fosse registrado e permanecesse no Setor. Terminado o atendimento, Roberta explicou à vítima que não garantia aquela investigação pelo Setor, “porque o decreto diz que precisa ser autoria incerta ou desconhecida. Eu entendo que no seu caso é incerta, mas se o supermercado encontrou o nome do agressor e repassou vai ser pelo seu distrito”. O advogado do supermercado onde o crime teria acontecido havia prometido as imagens à Polícia Civil. Sendo possível identificar a parte autora do crime, as investigações não seriam empreendidas pelo Setor de Vulneráveis. O supermercado posteriormente alegou não dispor mais das imagens e, sendo assim, a autoria passou a ser reconhecidamente desconhecida. O caso pôde prosseguir no Setor e teve sua investigação tocada por lá.

Entretanto, esse não foi o único motivo responsável pela sua permanência. Em termos jurídicos, a possibilidade de encontrar uma vítima naquela história e naquele homem também foi significativa. Na prática, isso implicou ser possível localizar individualmente o alvo de uma fala e uma ação motivadas por “discriminação ou preconceito”. Esse alvo poderia ser uma única pessoa e/ou um grupo de pessoas mencionado de modo genérico – a vítima nesses últimos era o “Estado”, mencionado na capa do “Inquérito”, no campo “Vítima(s)”. Ou seja, para que os casos permanecessem era preciso haver a associação entre vítima e uma pessoa, ou entre vítima e o “Estado”. Isso estava vinculado, por sua vez, ao preenchimento de outro campo do “Boletim”, o “Natureza(s) Constatada(s)”, pois

para que os crimes fossem recepcionados e prosseguissem era necessário encontrar uma tipificação na qual o caso pudesse ser encaixado. Sendo assim, preencher esse campo de determinado modo e encontrar um motivo jurídico para isso era parte fundamental do trabalho policial para aceitar ou negar as notícias-crime²². Nesses momentos, o parágrafo terceiro do artigo 140 e a lei 7.716 reapareciam no cotidiano do Setor, geralmente, o primeiro ligado aos casos em que a vítima era um indivíduo e a segunda aos casos em que a vítima era o “Estado”.

O fato de ter o “Estado” como “Vítima(s)” dizia respeito ao estatuto da “Ação Penal” possível de ser desdobrada a partir da comunicação de um crime. O “Inquérito” partia da delegacia em direção ao Ministério Público, que oferecia ou não a denúncia ao Poder Judiciário para julgamento, nos casos de Ação Penal Pública, conforme expliquei no Capítulo 1. Essa ação podia ser “condicionada” ou “incondicionada”, isto é, podia depender ou não da representação da vítima no caso. Os casos nos quais o Estado aparecia como vítima eram, via de regra, os de “Ação Penal Pública Incondicionada” e podiam ter o encaminhamento da investigação feito sem o posicionamento de uma pessoa. Por outro lado, os casos de “Ação Penal Pública Condicionada” dependiam da presença da vítima na delegacia e de sua anuência em relação à investigação para prosseguir até mesmo dentro do Setor. Ademais, alguns casos comportavam as duas modalidades, com sua notícia dando origem a uma investigação que poderia se desdobrar nos dois tipos de Ação Penal Pública, pois poderia se tratar de crimes tipificados pela lei 7.716 e pelo parágrafo terceiro do art. 140.

De todo modo, era preciso ter uma vítima reconhecida: na lei, na história do crime, no formulário – o que se passou no caso de Timóteo. A “complementação” de seu “Boletim” permitiu que o caso fosse investigado nas dependências do Setor porque ele alegou sua posição de vítima em uma violenta história de discriminação. Uma história em que a autoria não era conhecida e que pôde ser vinculada a um dispositivo penal – ao parágrafo terceiro do artigo 140. Embora o que tenha criminalizado a homofobia tenha sido uma decisão da Suprema Corte brasileira, em junho de 2019, que permitiu tipificar casos de homofobia pela Lei 7.716, no “Boletim”

²² O trabalho de Santos (2009) aborda como delegados de polícia de Campinas entendem a tipificação do crime de racismo e da injúria racial e ajuda a compreender como essa tipificação é, nos termos do autor, confusa para esses agentes.

de Timóteo estava a tipificação do crime como injúria qualificada²³. De todo modo, foi a criminalização da homofobia²⁴ que permitiu a casos como o de Timóteo deixarem de ser investigados como injúria simples e passarem a ser tratados como injúria qualificada ou crime de racismo.

As questões relativas à necessidade de uma vítima para que a investigação pudesse correr ficaram evidentes para mim quando o Setor foi procurado para o registro de um “Boletim” e não o fez. Tratava-se do seguinte caso: Laís procurou aquela unidade para noticiar uma situação de discriminação, em que um homem teria afirmado que “as feministas” mereciam ser estupradas. Entretanto, Laís ouviu como justificativa que era impossível fazer um “Boletim” em nome das mulheres e das feministas em geral. Era preciso ter “uma” vítima, em especial. Ademais, ouviu que juridicamente não era possível incriminar o desejo, a vontade – em tese, não havia esse tipo de previsão no Código Penal brasileiro. No limite, não havia um nome em nome do qual o “Boletim de Ocorrência” pudesse ser feito. Sem a possibilidade de encontrar uma vítima na lei e no formulário, Laís e sua comunicação não permaneceram no Setor.

3.1.2 O entusiasmo da investigação

3 de setembro de 2019. Roberta subiu para a sala da Delegada com algumas pastas de “Notícias de Fato”, mas não retornou com todas elas – algumas seriam despachadas de volta para a Corregedoria Geral da Polícia Civil. Eram “Notícias de Fato” que há pouco estavam sobre minha mesa e das quais me ocupava. Entre aquelas retidas na sala da Delegada, havia uma que noticiava um

²³ Ela foi adicionada na complementação do “Boletim” feita por Roberta e somou-se à tipificação – pela Lei de Contravenções Penais, Lei 3.688/1941 – feita pelo Distrito Policial onde Timóteo fez a primeira versão “B.O.”.

²⁴ Por meio de uma Ação Direita de Inconstitucionalidade do Partido Popular Socialista (PPS), a criminalização da homofobia aconteceu na esteira de outras conquistas jurídicas do movimento LGBT, como a conquista do direito à união estável por casais homossexuais e o reconhecimento das identidades transexuais. Para uma análise mais detida das decisões anteriores à criminalização da homofobia, depois de 2010, ver Vecchiatti (2018), e para uma discussão sobre o surgimento e desdobramentos do movimento LGBT no Brasil, ver Trindade (2018) e Facchini (2018). Ainda, cf. Aguião (2014) para compreender uma atuação desse movimento nas esferas estatais, na sua constituição enquanto sujeitos de direitos. Sobre o caso de Timóteo, não acompanhei suas investigações até o fim, mas até onde o fiz, a parte autora não havia sido identificada – a escritã estudava a possibilidade de, com base na hora do crime e na identificação do caixa por onde ele passou, conseguir o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do autor. Assim, nos despedimos deste caso sem saber o seu desfecho.

homem transmitindo deliberadamente uma doença infecciosa para outros homens, com quem mantinha relações sexuais. Embora Roberta não tenha me deixado ter acesso a essa “Notícia”, contou-me que ficara intrigada. Ela logo me detalhou, sem mencionar dados a respeito do caso, o que faria se pudesse investigar aquela história: quem intimaria, quais instâncias estatais mobilizaria e como eventualmente driblaria os percalços a jurídicos a serem encontrados. Vi a escritã se animar com a possibilidade da investigação, em grande medida, pelo trabalho investigativo decorrente daquela requisição feita pelo Ministério Público, que havia chegado até lá como uma denúncia anônima. Mas também, porque parecia ter condições de levar à incriminação do autor, se as suspeitas dela fossem confirmadas. Em seguida, ela deixou mais uma vez a sala do Setor em direção à da Delegada, para pedir que o caso permanecesse com ela. O sujeito estava mesmo infectado com a doença contagiosa mencionada? Como saber com quem ele havia mantido relações sexuais? Como intimar pessoas para contar histórias tão íntimas? Ela voltou rapidamente, e bastante animada me disse que, em caráter de excepcionalidade, a delegada havia autorizado a “Notícia de Fato” a permanecer e ter sua investigação tocada pelo Setor.

Conforme mencionei no primeiro capítulo, o Setor de Vulneráveis existia em alguns momentos como uma instância de investigação policial sem um propósito motivador para a corporação. A razão principal elencada era que tais crimes quase nunca resultavam em acusações penais entendidas como severas, especialmente em prisões. Entretanto, houve alguns momentos nos quais a comunicação da existência de condutas criminosas chegou ao Setor e mobilizou outras previsões a respeito do desdobramento da investigação. Embora mais raros, eram crimes que muito possivelmente resultariam em uma sentença condenatória, porque era possível identificar, de partida, uma intenção motivação de discriminar difícil de ser negada. Por isso, mobilizaram algum contentamento e satisfação logo no início da procura pela intenção.

No caso da “Notícia de Fato” em questão, o crime recém comunicado parecia ter mobilizado a imagem de um percurso investigativo bastante interessante aos olhos da escritã. O principal motivo era a suposição de que alguém poderia sair

preso da história, e tal motivo era amparado pela existência de capturas de tela digitais impressas nas folhas da “Notícia” em que o suposto autor assumiria a intenção deliberada de transmitir uma doença infecciosa, segundo Roberta. Comprovar essa versão da história implicaria acionar diversas instâncias estatais para fazer uma descoberta – e isso parecia movimentar os ânimos investigativos daquela policial. Essas questões foram fundamentais para que tal comunicação pudesse continuar nas dependências do Setor e se tornar um potencial “crime contra vulnerável” – além, claro, da autorização da Delegada.

Essa situação ajuda a pensar sobre entusiasmo e imprevisibilidade presentes no funcionalismo público. Embora haja uma previsão legal que se pretende absoluta ao descrever os casos de atuação das instâncias estatais de modo geral, a existência das leis e da burocracia dependem da atuação indeterminada de seus agentes, como os trabalhos recentes de Maricato (2015) e Bevilaqua (2016) exemplificam. Em relação, especificamente, ao trabalho de fazer ou não os registros das notícias-crime e efetivar a investigação, Costa (2017) menciona um “conflito de competência” entre a Delegacia de Estelionato e outras especializadas de Curitiba na definição do que deveria ser ou não investigado por aquela. E aponta para uma prática responsável por definir o escopo da lei para resolvê-lo.

Por sua vez, o caso que venho descrevendo, colocado na perspectiva dessa literatura, permite olhar para outro aspecto: o engajamento subjetivo no funcionalismo público como uma maneira possível de atuar na constituição das burocracias, ao estar presente na decisão da permanência de um caso a ser investigado. E ele não é o único. Souza (2008), em outro exemplo, analisou casos noticiados às Delegacias Distritais da cidade do Rio de Janeiro chamados de “feijoadas”. O argumento da autora demonstra como a falta de entusiasmo com as notícias-crime de casos vistos pelos policiais como impossíveis de se desdobrarem em ação penal, prisão ou investigação estimularam uma conduta administrativa de desencorajar os registros dessas ocorrências. Em grande medida, porque eram vistos como “perda de tempo” e, por isso, com certa impaciência. Em ambos os casos não se trata de uma reação indiferente aos casos que chegam, mas de engajamentos subjetivos distintos que constituíram as próprias investigações.

Essa maneira corporificada e senciente, por assim dizer, da constituição burocrática-estatal não está restrita ao universo das corporações policiais. Por

exemplo, ela aparece na execução de uma política pública do governo australiano (LEA, 2012), nas considerações de Aretxaga (2003) sobre “dinâmicas subjetivas que conectam pessoas aos estados” e a respeito do que ela menciona como “subjetividade do estado” (p. 395, tradução minha). Além disso, voltando aos contextos de atuação policial, o trabalho de Renoldi (2013) é outro importante exemplo de como a atuação estatal é constituída pelas práticas engajadas de seus agentes, no contexto da fiscalização de contrabando na fronteira entre Argentina e Paraguai. Em síntese, acompanho a ressalva feita por Ferreira (2011) à ideia da “produção social da indiferença” de Herzfeld (1992), ao chamar a atenção para a “possibilidade de um espectro de sentimentos bastante distintos da indiferença” (FERREIRA, 2011, p. 115) no registro policial de pessoas desaparecidas.

No exemplo que descrevi, a “Notícia de Fato” que foi resgatada momentos antes de quase ter deixado as dependências do Setor tornou notável a imprevisibilidade do futuro das comunicações de fato criminoso. Outro aspecto fundamental foi o exercício imaginativo do qual aquela “Notícia de Fato” dependeu para continuar no Setor, ou melhor, do entusiasmo que suscitou. As suposições a respeito do futuro da investigação e da sentença eram próprias de quem possuía alguma familiaridade com aquela rotina burocrática. E de quem apostava em uma possibilidade – delegada, escrivã e investigadores, por exemplo, chamavam minha atenção para o fato de que muitas vezes os casos terminavam de maneira diferente de como haviam pensado. “Você precisa ir ao Ministério Público”, recomendou-me a Delegada da Divisão quando fomos apresentados, destacando que muitas vezes a denúncia não era oferecida. Ou seja, mesmo que não houvesse a garantia de a previsão se cumprir, o futuro emocionante aventado vinculou um determinado trabalho burocrático e jurídico ao entusiasmo policial. A possibilidade de um determinado futuro tornou-se presente – e assim, a “Notícia” pôde ficar.

3.1.3 O tempo da conduta criminosa

O futuro aventado na investigação não era o único elemento importante na rotina do Setor para que os casos permanecessem – o passado também o era. Em alguns casos recepcionados por aquela unidade policial, o dia em que a conduta criminosa denunciada teria acontecido era fundamental para o destino da notícia-crime. Retomo uma “Notícia de Fato” saída do MPPR para tratar dessa característica

dos crimes que permaneceram e se transformaram em “Inquéritos Policiais”. Em especial, aqueles cuja motivação discriminatória noticiada era a “homofobia”.

Sempre que chegava ao Setor, perguntava a Roberta se havia algum caso novo noticiado. Em algumas semanas o movimento da delegacia era maior, o que significava mais casos chegando e em outras um ou nenhum deles. Isso era encarado pela escrivã e por alguns de seus colegas da DHPP como algo natural do ritmo de trabalho da Divisão. Em uma das semanas mais agitadas, com mais gente e papel circulando por aquela sala, Roberta me contou da chegada de inúmeras “Notícias de Fato” do MPPR, referindo-se a uma grande quantidade de trabalho a ser feita naquela semana. Boa parte delas era sobre homofobia e algumas não se transformariam em “Inquéritos Policiais”. O motivo desse desdobramento era que teriam ocorrido em uma data anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal de enquadrar “homofobia” na mesma lei que define o “crime de racismo”. Roberta me explicou que a lei nunca retroagia em prejuízo do réu, logo, se aconteceu antes da decisão, o “Inquérito” não poderia ser instaurado e, por isso, seria devolvido à Corregedoria.

A escrivã, entretanto, se enganou a respeito de um deles, porque teria acontecido depois dessa decisão do STF. Tratava-se de um caso de discriminação por homofobia acontecido em um serviço de transporte privado urbano, por parte do motorista do carro em relação a uma das passageiras – o caso de Ângela. Ele havia sido denunciado na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, por meio de seu principal canal de atendimento, o Disque Direitos Humanos – Disque 100 e, em seguida, encaminhado ao MPPR. Essas informações estavam registradas na pasta da “Notícia de Fato” do caso, composta por todo o trajeto percorrido pela denúncia até chegar àquela sala. Entre os registros, um lembrete: “os fatos narrados (...) revelam a possibilidade de amoldarem ao comportamento criminoso descrito pelo art. 20, caput da Lei nº 7716/1989, na forma do entendimento firmado, por maioria, pelo plenário do STF no julgamento do ADO26 e MI4733/DF”. Em seguida, o texto do informativo da Suprema Corte compunha na íntegra tais “Notícias” e aquela à qual me refiro.

Voltarei a esse caso ao longo da dissertação. Por enquanto, é importante sublinhar que “Notícia”, órgãos estatais e decisões judiciais estavam e permaneceram sobre as mesas do Setor porque a data da mencionada pela notícia-crime era posterior à decisão do STF. Isso remete à “importância do tempo” (HOAG;

HULL, 2017) na constituição dos crimes de homofobia de modo específico e, de modo geral, nas rotinas burocráticas das repartições públicas. Por exemplo, Maricato (2015), ao descrever um pedido de pensão negado pela comissão que concedia o auxílio para pessoas “atingidas pela hanseníase”, menciona a atuação da “temporalidade do Estado” (p. 92) no caso. Gonçalves (2013), ao tratar da produção e circulação dos documentos regulatórios em Moçambique, chama a atenção para o caráter provisório das normas na modulação do tempo das políticas públicas – e da centralidade disso para a própria governança. No caso que venho descrevendo, a decisão do STF em criminalizar a homofobia marca uma data na rotina burocrática do Setor a partir da qual as notícias-crime de discriminação ou preconceito em razão de sexualidade e identidade de gênero desencadeiam a instauração de um inquérito policial.

Ou, nos termos de Roberta, quando ela mesma se corrigiu a respeito da “Notícia” que supostamente não ficaria nas dependências do Setor: “essa eu vou ter que instaurar [o inquérito], por conta da data”.

3.2 AS OITIVAS DO SETOR: HISTÓRIAS DE VÍTIMAS, AUTORES E TESTEMUNHAS

Instaurados os “Inquéritos”, havia ainda muito trabalho a ser realizado para a constituição dos crimes no Setor ser concluída. As ações eram voltadas, sobretudo, para descobrir a “verdade dos fatos”, isto é, voltadas para “averiguar” se a versão contada no momento da comunicação do crime ao Setor era “a verdadeira” ou se outras versões possuíam mais “sentido”. Isso era realizado nas “Oitivas” – momentos centrais para a rotina de investigação, para a constituição dos crimes e para a procura pela intenção. Momentos nos quais possíveis vítimas, autores e testemunhas eram intimados para falar o que haviam visto e sabiam a respeito do caso.

Os “Inquéritos” eram formalmente instaurados por uma “Portaria” que, assinada pela Delegada, determinava algumas “diligências”. Entre elas, duas em geral contribuíam mais diretamente para o desdobramento da investigação em “Oitivas”: a intimação da vítima para “prestar esclarecimentos” e a identificação, intimação, qualificação e interrogação do investigado. Além disso, alimentar e editar a pasta do “Inquérito” era atividade concomitante ao processo de identificar, intimar

e ouvir autores, vítimas e testemunhas. Tratarei especificamente disso no terceiro capítulo. Por ora, gostaria de destacar que o trabalho investigativo transformava graficamente a própria pasta do inquérito. As diligências das portarias eram dispostas em tópicos e, em geral, marcadas com tiques a lápis à frente das atividades cumpridas entre as requisitadas. Ou seja, a constituição da investigação estava vinculada à manutenção de uma pasta de papel, em tempos de arquivos digitais, que contribuía especialmente para a organização daquele trabalho.

O trabalho de investigação policial dependia também de práticas que modificavam documentos, faziam lembretes e alimentavam um sistema digital. Refiro-me a esse último, pois era para onde iam as gravações das “Oitivas”. As “Oitivas” do Setor eram gravadas e anexadas a um sistema digital possível de ser acessado pelas/os policiais. Nele as peças dos inquéritos eram juntadas. Em relação às “Oitivas”, as pessoas chegavam, sentavam-se de frente para a escrevã e para a câmera acoplada em seu computador e dali contavam suas versões para os crimes. A partir disso, um arquivo digital era gerado e posteriormente anexado ao “Inquérito”. Ou seja, se em um primeiro momento as “Oitivas” me pareciam depender apenas do encontro entre escrevã e vítimas ou autores ou testemunhas na sala do Setor, ao acompanhar as atividades daquela unidade policial, encontrei outros elementos que eram tão importantes quanto.

A explicação jurídica para a existência dos “Inquéritos” encontra ressonância no próprio cotidiano do Setor: são responsáveis por identificar a autoria dos crimes e comprovar a materialidade de sua existência. Como bem descreveu Iubel (2009), “materialidade é o termo “nativo” utilizado pelos policiais, que está também na lei, para descrever o conjunto de provas por eles construídas ou encontradas que autorizam falar na real ocorrência de um crime ou não” (p.87). Esse conjunto de provas e seus desdobramentos podem ser descritos como uma “forma de saber” (FOUCAULT, 2005, p. 77) que busca encontrar uma determinada “verdade” passível de uma determinada “comprovação”²⁵. A principal característica da maioria dos casos investigados no Setor era a expressão de palavras ou gestos discriminatórios. Dessa forma, a materialidade desses crimes não deixava registros, a menos que fossem gravados ou fotografados (no caso de capturas de tela, por exemplo, em

²⁵ Em termos técnicos, o inquérito policial é responsável por comprovar a materialidade do crime e encontrar a autoria, o que deve servir para o indiciamento ou não da autoria do crime. Para uma discussão a respeito do inquérito policial enquanto atividade administrativa, porque à parte do processo penal, ver Kant de Lima (1989).

discriminação na Internet). Assim, a “Oitiva” era em geral o único recurso para comprovar a “materialidade do crime”. Diferentemente dos casos de homicídio, por exemplo, em que é possível, se for o caso, recuperar a bala, encontrar o calibre e rastrear a arma de fogo utilizada na cena do crime.

A materialidade desses crimes parecia ser, então, a própria palavra. Ou melhor, a intenção da palavra, pois assim como na doutrina que apresentei no capítulo 1 sobre crimes de racismo e crimes de injúria, a intenção específica de discriminar é uma “evidência” perseguida para comprovar ou não a “existência” do crime. O trabalho policial se tornava, nas palavras da escrivã do Setor, “uma questão de hermenêutica”. Pois, encontrar a “realidade” e “desvendar os fatos” dos casos que chegavam àquela unidade policial dependia de um trabalho de interpretação de histórias contadas e colocadas lado a lado, na tentativa de encontrar uma “lógica”.

A seguir, tratarei especificamente das oitivas do Setor e da tentativa de encontrar essa “verdade” dos casos. Para tanto, descreverei o que escolhi dividir em três momentos: de identificação e intimação de autores, vítimas e testemunhas; do acontecimento das oitivas, com foco na qualificação dos ouvidos e nas perguntas da investigação; e do modo como vítimas e autores tentam, em alguma medida, escapar a essa identificação. Com isso, meu objetivo é apresentar mais alguns aspectos que estavam presentes na constituição da investigação dos crimes e na procura pela intenção dos investigados.

3.2.1 A chegada no Setor: identificar e intimidar

O trabalho policial relacionado às “Oitivas” começava muito antes do momento em que vítimas, autores e testemunhas chegavam ao Setor de Vulneráveis. As pessoas vinculadas a essas três categorias precisavam ser identificadas ou localizadas para que pudessem ser intimadas e, então, ouvidas. Sebastião era o policial responsável por entregar as intimações feitas por Roberta. A “intimação” era um documento em duas vias, que exigia o comparecimento à DHPP/PR da pessoa no nome de quem estivesse endereçada, em um determinado dia e horário. Uma das vias ficava com a pessoa intimada e outra voltava para o Setor com a devida assinatura e o número do documento de identidade. Ele me contou sobre a dificuldade que enfrentava em seu trabalho, pois encontrar as pessoas não era sempre uma atividade tranquila, mesmo em posse de seus

respectivos endereços – “às vezes, o endereço não bate”. A fala de Sebastião me remete a mais um aspecto do trabalho policial do qual depende a investigação dos crimes do Setor e sua constituição enquanto tal: encontrar e intimar vítimas, autores e testemunhas, pois, era um passo fundamental para o prosseguimento das atividades desempenhadas naquela instância policial.

Pude presenciar uma investigação sendo interrompida porque não havia endereço registrado no nome da vítima de um caso encaminhado pelo MPPR. Tratava-se de uma denúncia anônima: Mariana teria sido vítima de transfobia no prédio onde morava, por parte do síndico. Sebastião até a procurou no endereço em questão, mas foi informado de sua mudança. Constavam na “Notícia de Fato” os seus nomes de registro e social, entretanto, não havia endereço registrado em nenhum desses nomes nas bases de dados da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) ou do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR). Embora ambas fossem utilizadas para esse trabalho, a primeira era considerada mais bem atualizada e, por isso, mais confiável. Mas, nesse caso, não havia endereço registrado em nome de Mariana, tampouco em nome de seus pais – procurar pelo endereço de pais ou cônjuges era uma técnica muitas vezes empregada para esse trabalho. Não encontrar o endereço da vítima impossibilitou a continuação do trabalho, porque o crime teria acontecido em data anterior à decisão do STF, o que fazia do caso uma injúria simples. Dessa forma, sem a representação da vítima, a investigação fora interrompida.

Dificuldades da atuação estatal ligadas ao endereço da população atendida não são uma exclusividade do Setor. Bevilaqua (2008), por exemplo, menciona a dificuldade de encontrar o endereço da parte reclamada como um entrave ao prosseguimento dos casos no Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PR); e Jardim (2015) fala sobre a mudança de endereço de uma usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) que inviabilizou a continuidade de seu atendimento pela unidade onde fazia seu acompanhamento em Porto Alegre. De todo modo, quando a intimação era bem-sucedida ou a notícia-crime era feita pela própria vítima, encontrá-la já não era um problema a ser resolvido, evidentemente. Nesses casos, o trabalho era voltado para encontrar a parte autora e, sendo assim, a necessidade de muitas vezes a autoria ser desconhecida era um elemento a mais a ser contado nesse empenho. Caso fosse possível contar com outras instituições – públicas ou privadas – o trabalho da identificação era facilitado.

Como no caso com o qual a dissertação, o caso de Joana – uma mulher autodeclarada negra, com idade por volta de 30 anos, que procurou o Setor em maio de 2019 para denunciar atitudes racistas por parte de trabalhadores de uma loja de departamentos em Curitiba. Resumidamente, ela alegava estar nessa loja tentando comprar maquiagens e ouvira de alguns dos funcionários que o cabelo de pessoas negras era “ruim”. A situação, entretanto, não teria terminado aí: depois de terem percebido sua presença, teriam olhado para ela e começado a rir debochadamente. Como não conhecia essas pessoas, o caso pôde ser enquadrado como tendo a “autoria desconhecida” e foi possível identificá-los com a ajuda da loja que, a partir do horário, turno e imagens da câmera interna, forneceu os nomes e os endereços dos funcionários. Algo parecido se passou quando chegou ao Setor uma “Notícia de Fato” de um caso de racismo em uma escola de Curitiba, por parte de uma professora. A denúncia, feita anonimamente ao MPPR, noticiava que a “Profª. Isabel” desqualificava alunas negras em sala de aula, em uma turma de ensino técnico profissionalizante subsequente. A partir de um ofício enviado à escola, então, a professora pôde ser identificada e posteriormente intimada para falar a respeito do caso.

Ambos os casos tiveram o prosseguimento de suas investigações, porque autoras e autores puderam ser identificados e intimados. No primeiro caso, a vítima também pôde, porque foi quem, justamente, registrou o “Boletim de Ocorrência”; e, no segundo, por se tratar de um crime inscrito naqueles considerados de “Ação Penal Pública Incondicionada”, prescindia da representação da vítima. Restava ainda “qualificá-las” e encontrar as testemunhas dos acontecimentos. Seguirei com um desses casos para explorar esse aspecto – o da “professora”, pois o caso de Joana não possuía testemunhas. Apesar de não ser fundamental para o prosseguimento das investigações, a existência de testemunhas era entendida como bastante importante, porque estabelecia um contraponto supostamente neutro às versões de vítimas e autores.

Havia duas maneiras mais recorrentes de encontrar testemunhas: identificar e intimar pessoas citadas nos “Boletins” ou nas “Notícias de Fato” ou fazer o mesmo com pessoas mencionadas nas “Oitivas”. No caso da professora Isabel, havia inúmeras potenciais testemunhas – o crime de discriminação racial teria acontecido sistematicamente em sala de aula, na frente das alunas e alunos da turma do curso em que lecionava. Pois bem, a escritã pediu à escola em questão não apenas os

dados da professora, mas também dos alunos da turma mencionada na “Notícia de Fato”. Diante da grande quantidade de nome nas listas, Roberta decidiu intimar três pessoas. A escrivã descartou os nomes cujos documentos de identidade eram do estado de São Paulo, porque era preciso tê-los expedido pelo estado do Paraná. Em seguida, fez questão de escolher não apenas homens ou apenas mulheres, embora preferisse os primeiros, e mencionou a importância de serem pessoas de meia idade – as pessoas com menos de 25 anos poderiam “não ser muito sérias” e as com mais de 40 ou 50, de acordo com a escrivã, em geral tinham medo de se comprometer e, por isso, dariam poucas informações. A justificativa para essas afirmações vinha de investigações passadas. Ela me contou a respeito de um caso, também de um professor acusado de racismo, em que tendo intimado as pessoas mais velhas da turma, elas não teriam “aberto o jogo”, de fato, pois não contaram com todas as letras aquilo dito em sala pelo então professor, por medo de se comprometerem.

Tanto em relação aos aspectos formais, quanto de geração e de gênero, a atuação de Roberta na intimação dessas testemunhas pôde vincular o Setor àquelas escolhidas pela escrivã. Tratou-se de uma técnica investigativa, não apenas porque foi orientada por uma finalidade específica, mas também porque estabeleceu um “modo de instituir relações” (SAUTCHUK, 2017, p. 22). Referindo-me aos últimos aspectos, gostaria de explorar a hipótese de que essa técnica foi constituída também por uma “habilidade” (INGOLD, 2010). Quando Roberta articulou sua atuação no presente a um caso no passado, pude perceber um aprendizado que dependeu de sua experiência na investigação de outro caso. Uma experiência que, por conseguinte, dependeu da própria presença de Roberta no ambiente das atividades investigativas, diferenciando-se da mera transmissão de normas formalmente estabelecidas. A escrivã selecionou as testemunhas voltando sua atenção para aspectos relativos à geração, porque passou por uma experiência que, como efeito, a educou para tanto. Nesse sentido, é possível dizer que sua habilidade foi fruto de uma educação de sua atenção. E na medida em que descartou a possibilidade de menores de 25 anos e maiores de 40, assim o fez tendo em vista a suposição de um aprendizado insuficiente dos mais jovens, quem por isso faltaria “seriedade” e das possíveis testemunhas que as levaria a reter informações. Sendo assim, na efetivação da habilidade técnica de intimar, tanto é possível falar em uma educação da atenção, quanto em uma atenção voltada para a educação ligada ao aprendizado geracional.

Identificadas e intimadas as testemunhas, a investigação do caso prosseguiu. Roberta marcou as oitivas de vítimas, autores e testemunhas para dias próximos uns dos outros. Ainda havia algum trabalho pela frente: gravar as “Oitivas”, registrar na pasta impressa do “Inquérito”, consultar a “doutora” e relatar o caso para o MPPR. Ainda assim, o mais importante era ouvir as histórias, dos mais diversos pontos de vista, em especial, ouvir “os dois lados” e encontrar uma “lógica nisso tudo”.

3.2.2 Em busca de uma lógica do caso: qualificar e ouvir

As pessoas intimadas chegavam no plantão da DHPP e apresentavam sua intimação ou procuravam por Roberta. Não raramente, Roberta e eu éramos interrompidos por algum investigador do plantão que ao bater e abrir a porta chamava nossa atenção, dirigindo-se a Roberta: “tem aí uma pessoa procurando por você”. Na maioria das vezes, a escrivã já sabia de quem se tratava, tendo em vista o dia e o horário previamente agendados, e imediatamente pedia para o investigador autorizar a entrada. No caso da prof^a. Isabel não foi diferente. Foram ouvidas três testemunhas e a parte investigada. Por se tratar de um delito enquadrado pela lei 7.716 e ser fruto de uma denúncia anônima, o “Estado” era a vítima.

As “Oitivas” começavam com a qualificação das pessoas ouvidas. O documento de identidade era o primeiro requisitado e só seria devolvido quando deixavam a delegacia, depois de uma cópia ser feita e ficar no Setor. Em seguida, passava-se em geral para as perguntas sobre informações pessoais. De todo modo, no caso das testemunhas, as indagações eram a profissão, estado civil, endereço e telefone. Nome, número do documento de identidade, nacionalidade e naturalidade das testemunhas apareciam nos inquéritos, mas como são informações constituintes dos documentos de identidade não eram perguntados. A quantidade de perguntas para vítimas e pessoas investigadas como autoras era maior, pois contavam com: apelido, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se possuía casa própria, profissão, renda, se a pessoa era a responsável pela renda da família, altura, peso, se já havia sido indiciado, se possuía móveis ou imóveis no nome, com quem morava, se tinha filhos – caso tivesse, a quantidade, idade e se possuíam alguma deficiência –, religião e se possuía algum tipo de vício.

A “qualificação” das pessoas envolvidas era feita, em geral, de uma maneira descontraída. Por exemplo, ao perguntar campos como “altura” e “peso”, Roberta fazia alguma brincadeira: “não pode mentir, viu?!”. Além disso, muitas vezes, fazia questão de estabelecer uma conexão ao perguntar, como quem se lembra de uma informação – “você mora em Curitiba, né?!”. Ou ainda, sublinhava características compartilhadas com as pessoas que ouvia. Por exemplo, quando perguntava a respeito da “religião” e tinha como resposta “católico não praticante” dizia compartilhar desse modo de viver sua crença. Essa maneira de qualificar vítimas, autores e testemunhas não era feita por acaso. Depois de alguns meses indo ao Setor semanalmente, a escrivã me explicou o quanto isso era uma maneira de “quebrar o gelo” com as pessoas que ali chegavam. A importância estaria assentada em duas razões: a primeira delas ligada à necessidade de tranquilizar as pessoas que em geral chegavam nervosas ao Setor, assustadas por conta da intimidação; e a segunda ligada a uma estratégia para fazer as pessoas falarem. Explicou-me, por conseguinte, a respeito da importância desse momento de descontração como uma forma de convencer as pessoas a dizer aquilo que poderia ajudar a “desvendar” o caso.

As marcas de oralidade e o destaque de características em comum eram um modo de construir e indicar um reconhecimento do outro, tendo em vista um fim investigativo. Embora isso gerasse críticas por parte de seus colegas de profissão, conforme me afirmara, a escrivã insistia nessa prática, porque dizia ser eficaz para tirar as informações das pessoas. Assim, a descontração era usada como uma técnica de investigação, no sentido de que tratei no tópico anterior, privilegiada nas atividades do Setor. Uma técnica que tinha por objetivo, antes mesmo do início propriamente dito das “Oitivas”, fazer com que as pessoas falassem a “verdade” sobre os casos. Isso remete ao trabalho de van Charldorp (2011), pois a autora aborda as técnicas discursivas da polícia holandesa para fazer os suspeitos falarem – ou, nos termos da autora, “[to] elicit the suspect’s version of the story” (p. 128). Contudo, as técnicas descritas por ela, por exemplo, a pergunta “o que aconteceu” ou a postura da/o policial que busca deixar evidente o seu conhecimento a respeito da verdadeira história, são relativas aos momentos em que os casos são relatados e não ao momento de perguntar as informações pessoais dos suspeitos. No Setor de Vulneráveis, argumento que havia uma técnica para que as pessoas falassem sua versão antes mesmo de relatarem o caso.

Mas, de modo análogo ao descrito pelo trabalho de van Charldorp (2011), havia também um interesse e um esforço por parte de Roberta e da Delegada responsável para que as pessoas falassem na gravação da “Oitiva”, como no caso da prof^a. Isabel. Ela, uma mulher loira, autodeclarada branca, com mais de 50 anos e altura por volta de um metro e sessenta, chegou ao Setor acompanhada por seu advogado. Apesar de sua fala calma e tranquila, adentrou as dependências do Setor bastante assustada, com os olhos arregalados e esfregando apertando constantemente uma mão na outra

Depois de “qualificada”, esperamos – Roberta, o advogado, a prof^a. Isabel e eu – o delegado descer para conduzir as perguntas. Quando chegou, o Delegado²⁶ se apresentou e se sentou ao lado de Roberta. Ele era o Delegado responsável por um dos cartórios das Delegacias de Homicídio que ficavam no piso de cima, de poucas palavras, não se estendia em conversas com Roberta. A informalidade de sua calça jeans azul e camiseta preta compunham a descrição daquele homem franzino, por volta de seus 40 anos, de óculos de grau esportivo. Assim que chegou, retomou a pasta do inquérito e se atentou, especificamente, para a sua “Portaria”. Além disso, a escritã advertiu a parte autora para falar em alto e bom som, pois se tratava de uma gravação. Dito isso, a oitiva começou de fato. Como de costume, o Delegado se apresentou, dizendo seu cargo, seu nome, o dia, o horário, o número do inquérito e fazendo a leitura da denúncia. Em seguida, mencionou o “teor da denúncia”, ou seja, que a professora em questão ignorava as dúvidas de alunos negros e indígenas, virava as costas para eles e, além disso, mencionava a fala de um outro aluno, Paulo Henrique, que teria dito que “mulher negra com homem branco só poderia ser prostituta, porque nenhum homem branco namoraria uma mulher negra”²⁷. O Delegado prosseguiu ao afirmar estar na presença de Roberta, escritã de polícia, da professora que fora ouvida como autora e de seu advogado.

Dito isso, pediu para a prof^a. Isabel confirmar seu nome completo, o número de seu documento de identidade e sua filiação. Em seguida, perguntou sobre sua profissão, se era mesmo professora e se trabalhava no Colégio mencionado na denúncia lida. “O que a senhora tem a dizer sobre isso?”, perguntou o delegado. A

²⁶ As “Oitivas” eram, em geral, conduzidas pela Delegada chefe da Divisão, mas excepcionalmente, em virtude de uma semana bastante agitada na DHPP, um dos delegados dos cartórios das Delegacias de Homicídio, que ficavam no segundo andar do prédio, desceu para conduzir as perguntas.

²⁷ Para uma reflexão sobre os preconceitos e estereótipos relacionados às mulheres negras na sociedade brasileira, ver Gonzales (1984) e Carneiro (1995).

mulher, com a fala trêmula e embargada, disse que desconhecia “qualquer polêmica” envolvendo ela e questões de racismo. Em tom de justificativa, começou a narrar sua história profissional negando ter tido qualquer comportamento discriminatório ao longo de sua biografia. O Delegado perguntou se ela se lembrava de alguma situação de constrangimento entre ela e alguma pessoa que fosse sua/seu discente. A única que se recordara foi de ter sido chamada a atenção por um aluno depois de uma aula, por ter usado a expressão “ovelha negra”. Completou, entretanto, dizendo ter ouvido, compreendido, mas que não havia entendido isso como algo racista, porque se tratava de uma “expressão que todo mundo usa”.

Prosseguindo a “Oitiva”, o Delegado passou a querer saber se a professora possuía alguma ou algum discente negro nos cursos em que lecionava. Muito prontamente e com um sorriso no rosto, afirmou que sim: “uma menina linda que eu a elogiei inclusive, ela tem um cabelo lindo”. A despeito dos elogios, “a senhora se lembra de algum aluno que tenha ficado ofendido com algo que a senhora tenha dito?”, indagou. Depois que ela negou mais uma vez qualquer conduta discriminatória, o advogado interrompeu sua cliente e sugeriu uma história para ser contada sobre o modo como as carteiras eram dispostas em algumas das salas onde dava aula. A professora contou o seguinte: as carteiras ficavam dispostas na sala de aula de um jeito que, para ela falar para a maioria, precisaria ficar de costas para as pessoas que se sentavam junto à parede. Ela fez questão de se explicar dizendo que quando ela ficava de costas, se desculpava prontamente: “eu faço por educação, porque sou professora de relações interpessoais [e de ética no curso técnico], coisa que outro professor não faria”. Além disso, lembrou nunca ter deixado de responder ninguém e que, ainda, quando alguém fazia uma pergunta em voz baixa, ela ia até a frente, repetia a pergunta e respondia para todos ouvirem.

O delegado prosseguiu perguntando se ela possuía algum aluno pelo nome de Paulo Henrique e se alguma vez ouviu dele a frase mencionada no começo da gravação. Prontamente, negou a segunda pergunta e respondeu positivamente a primeira. Completou mencionando Paulo Henrique como alguém de um excelente comportamento e como alguém cujos comentários complementavam as aulas. Depois disso, Roberta interrompeu, se apresentou como escrivã de polícia, e perguntou para a professora se na apresentação de seminários houve “algum

dissabor”²⁸ com alguma aluna. Prof^a. Isabel afirmou existirem muitas apresentações, sobre muitos assuntos e, por isso, não se lembrava de nada “constrangedor” que tivesse ocorrido. Roberta perguntou, ainda, se havia alguma aluna ou aluno negro na sala onde ela eventualmente ficava de costas para algumas pessoas e se ela se recordava de, em algum momento, ter sido indelicada com alguém. A professora prontamente respondeu que não e se justificou dizendo, mais uma vez, que era professora de ética e que fazia a formação de postura de seus estudantes. Entretanto, mencionou uma aluna negra que sempre se sentava na fileira²⁹ disposta de modo que ela ficava de costas para algumas pessoas.

Roberta anotou esse nome e anunciou estar satisfeita em relação às perguntas. O delegado, então, retomou a palavra e perguntou se a prof^a. Isabel e o seu advogado teriam mais alguma coisa a dizer. Não tendo, ele disse a hora, agradeceu os presentes e encerrou a “Oitiva”.

Em um primeiro momento foram feitas perguntas de confirmação de algumas informações, como a identidade, para verificar se aquela pessoa diante das câmeras era a mesma mencionada pelo “Inquérito”. Depois disso, as perguntas pareciam ter sido direcionadas para confirmar ou negar a versão apresentada pela denúncia lida no começo da própria “Oitiva”. Como me explicou Roberta e eu pude ver nos documentos do MPPR e dos “Inquéritos”, a versão da história de todos os envolvidos era muito importante. Por isso, uma das primeiras perguntas foi sobre o que a prof^a. Isabel teria a dizer sobre a denúncia. Feito isso, as perguntas do Delegado e da escrivã pareciam procurar por algum momento ou história que pudesse desmentir ou endossar a autoria e a denúncia lida naquele momento. A busca da lógica da história estava em muito ligada à busca pela intenção do modo como aquela professora tratava as pessoas negras e indígenas. Para comprová-la era preciso encontrar uma intenção discriminatória³⁰. Diante da negativa da professora, parecia não haver muito a ser feito. A alternativa encontrada foi investir na associação entre preconceito ou discriminação a momentos de dissabor, confusão e constrangimento; e as técnicas para tanto foram perguntas sobre momentos vividos pela professora em sala de aula. De todo modo, encontrar a

²⁸ Essa informação havia sido mencionada por uma oitiva anterior, de uma das testemunhas do caso.

²⁹ A aluna, Rosa, seria mais tarde intimada para ir ao Setor como testemunha.

³⁰ Sobre a importância dessa motivação na jurisprudência dos crimes de responsabilidade do Setor, ver Capítulo 1; para o trabalho policial de “encontrá-la”, ver Capítulo 3.

materialidade desse crime dizia respeito a encontrar na história contada pela professora alguma conduta a partir da qual o crime pudesse ser comprovado.

O caso teve outras três “Oitivas”, como a de Rosa, a mulher mencionada pela prof^a. Isabel. O objetivo era o de encontrar, justamente, uma história com uma lógica que permitisse ou não atribuir uma intenção discriminatória à conduta da prof.^a Isabel. Entretanto, não abordarei todas as “Oitivas” aqui – tratarei apenas de uma, a de Sílvia, um dos alunos da prof^a. Isabel. Ele foi citado por Rosa como alguém que teria ouvido Paulo Henrique, que nunca chegou a ser intimado, fazer o comentário sobre a relação entre prostituição e mulheres negras. Faço essa escolha em virtude de sua importância: além de ter durado quase uma tarde inteira – as oitivas em geral não duravam mais de quinze minutos –, serviu de matéria para Roberta encontrar “uma lógica na história dos fatos”. A escrivã levou em conta boa parte das declarações de Sílvia e isso fez com que, inclusive, ela divergisse da Delegada³¹ sobre o relatório do “Inquérito” – assunto ao qual voltarei no terceiro capítulo. De todo modo, descreverei sua “Oitiva” com o objetivo de indicar o modo pelo qual mais um elemento fundamental para a procura da intenção e para a constituição da investigação do crime.

A escrivã começou a “Oitiva” se apresentando e afirmando que estava sendo monitorada pelo Delegado que estava acompanhando o caso. Em seguida, informou que ouviria Sílvia em inquérito de determinado número, na condição de testemunha. Assim como o Delegado, leu a denúncia e pediu para Sílvia confirmar alguns dados como seu nome, número de identidade, filiação e data de nascimento. Roberta começou perguntando o seguinte: “quem sofre essas ofensas, como se dão essas desmotivações?”. O homem com quase um metro e oitenta de altura, cabelo cortado baixinho e autodeclarado pardo, não titubeava nas respostas e – mantendo ao longo da oitiva um tom de voz constante – contou que existiam na sua classe duas “meninas loirinhas de olhos claros” preferidas pela professora. Para elas, a prof^a. Isabel já teria dito que eram suas “bonequinhas”, enfatizando seus cabelos loiros e olhos claros. Isso, entretanto, não se dava com outras alunas e alunos. “Você se

³¹ Apesar de algumas das “Oitivas” desse caso ter sido conduzida pelo Delegado que mencionei, o Relatório foi produzido pela “doutora”, a Delegada chefe da Divisão, quem era responsável pelos inquéritos do Setor.

considera pardo, certo?³²”. Depois de Sílvio ter respondido positivamente, a escritã seguiu com as perguntas: “você se sentiu ofendido?”. O homem respondeu que sim, porque disse que não entendia como elas, “as bonequinhas”, seriam melhores. Roberta passou a querer saber se a professora tratava essas alunas de um jeito melhor, mais carinhoso. Sílvio confirmou esse aspecto e apresentou mais uma justificativa, a de que a professora seria mais rude com alguns.

“Você já presenciou a professora pedindo trabalho antes para algumas pessoas³³?”, “você percebe discriminação de cor e origem?”. A testemunha reafirmou uma diferença de tratamento por parte da professora e estimulou mais perguntas: “em relação à menina que parece indígena, a professora já a maltratou pela cor?”, “qual o tratamento da professora em relação a dúvidas?”. Sílvio descreveu Isabel como uma professora impaciente, mas quando indagado se isso estaria relacionado à cor de alunas/os, a testemunha declinou. Passando para a fala de Paulo Henrique, Roberta leu a frase que ele teria dito e afirmou que segundo uma pessoa ouvida na delegacia, Sílvio foi quem ouviu a frase. Ele confirmou e a escritã indagou se havia mesmo sido nesse tom. A história teria sido a seguinte, em sua versão: eles estavam entre amigos em um bar falando sobre viagens e o Paulo Henrique, então, teria dito que “se você vê uma mulher negra bonita com um homem branco pode ter certeza que é prostitua”. A escritã retomou a palavra e quis saber se ele achava que o rapaz teve a intenção de discriminar, menosprezar as mulheres negras. Sílvio negou essa intenção específica e afirmou ter se tratado apenas de um “comentário infeliz”.

Roberta passou, então, a encaminhar a “Oitiva” para o final. Para encerrar, retomou algumas informações: “pelo que entendi, a professora não humilha, não desmotiva, não tem a intenção de magoar e nem menosprezar os alunos em razão de sua cor”. Ele concordou, mas contra-argumentou: “ela faz comentários inadequados, mas não com o intuito de denegrir”. A escritã perguntou, ainda, se havia outras informações sobre os fatos e, depois de a testemunha ter respondido negativamente, Roberta anunciou que encerraria a gravação.

De modo análogo ao que aconteceu com a professora, a testemunha respondeu a perguntas que pareciam procurar por alguma intenção discriminatória.

³² Antes das “Oitivas” começarem, em geral, Roberta fazia algumas perguntas preliminares, muito parecidas com as que fazia durante a gravação. Esse é o motivo pela qual ela sabia sobre a autodeclaração de cor da testemunha.

³³ Essa informação fora afirmada por Rosa em sua “Oitiva”.

Para tanto, Roberta mobilizou momentos da própria prática pedagógica de Isabel e elaborou perguntas diretas sobre a intenção de menosprezar em função de cor e origem, por parte da professora. Encontrar uma lógica para a história estava vinculado à procura por práticas no ambiente escolar que confirmassem ou negassem um tratamento nitidamente diferenciado em relação às alunas e alunos negros e indígenas. Encontrar uma história lógica passava também por desmentir ou confirmar informações ditas em outras “Oitivas”, com o objetivo de confrontar as informações, pois para a “lógica” ser encontrada seria preciso que as informações fossem coincidentes e não se contradissem, conforme me explicou a escritora.

Portanto, a grande cruzada da “lógica” da história parecia estar intimamente ligada à “comprovação” de uma intenção muito evidente e anunciada da motivação de discriminar – aspecto também presente na doutrina e na jurisprudência desses crimes (cf. Capítulo 1). Contudo, havia outros elementos que gostaria de destacar nas “Oitivas”, para explorar a investigação: o modo como algumas vítimas e autores contaram suas versões.

3.2.3 Autores e vítimas contra a retórica investigativa

Outro aspecto nas “Oitivas” que me chamou muito a atenção foi o modo como algumas “vítimas” e “autores” intimados se aproximaram e se distanciaram dessas categorias. Tratarei desse aspecto com base em dois casos que já mencionei ao longo deste capítulo: o de Joana e o da prof^a. Isabel. Em ambos, retomarei as justificativas apresentadas em momentos da gravação das oitivas ou posteriores a ela.

Conforme descrevi anteriormente, Joana alegou ter sido vítima de racismo em uma loja de departamentos de Curitiba. Em resumo, ouviu dos funcionários dessa loja a afirmação preconceituosa de que o cabelo de pessoas negras era “ruim”. Depois de registrar seu Boletim, ela retornou sozinha ao Setor para ser ouvida e, de modo a constar nos autos do inquérito, gravada. Sua gravação não começou imediatamente após sua entrada na sala daquela instância policial. Depois de ter visto algumas fotografias, para confirmar quem seriam os funcionários da loja, Roberta conversou com ela para ouvir mais uma vez o que teria se passado no dia do crime. Essa era uma prática recorrente nas oitivas que acompanhei – uma conversa anterior à gravação com o objetivo de direcionar as perguntas de modo

mais assertivo durante o momento no qual a câmera e o microfone permaneciam ligados.

Depois disso, a gravação começou. Roberta pediu para que Joana ficasse bem à frente da câmera e lembrou que seu tom de voz deveria ser alto, pois se tratava, justamente, de uma gravação. O tom de voz de Roberta, que até então era mais descontraído, intercalado por algumas risadas e com palavras mais comuns aos espaços não especializados, passou a ser mais uniforme, sem alterações de altura e com um vocabulário mais formal – ou seja, um português mais próximo da norma convencionalmente correta. Ela começou dizendo seu nome, seu cargo de escrivã, a data, o horário e afirmou estar sob supervisão da delegada da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa. Depois disso, perguntou o nome e o número do documento de identidade de Joana. Em seguida, explicou por que ela fora chamada ali: para “prestar esclarecimentos” sobre determinado caso, especificado pelo número de seu inquérito. A escrivã continuou e leu um resumo da história anotado no boletim de ocorrência, como o que “constava” nos autos. Depois disso, pediu para Joana descrever “com suas palavras” o que teria acontecido naquele dia.

A vítima contou que estava na loja porque precisava comprar algumas maquiagens. Enquanto escolhia os produtos, teria ouvido os funcionários da loja dizendo que “cabelo de preto era tudo ruim, se alguém já tinha visto algum preto com cabelo bom”. Depois de terem avistado Joana, em suas palavras, teriam saído de sua proximidade dando risada. Roberta quis saber se ela se sentiu diminuída ou menosprezada como pessoa ou com a sua humanidade diminuída. Joana respondeu positivamente e prosseguiu afirmando que isso acontecia desde quando ela era criança, pois “é a maneira como a sociedade vê as pessoas negras”. Completou dizendo que pensou em não fazer nada, mas como ensinava suas filhas a não se calarem, não poderia deixar passar, como fez a vida toda e provavelmente o faria, se não tivesse pensado nas crianças³⁴. Joana afirmou, ainda, ter saído da loja e em seguida ter voltado para falar com a gerente, que teria dado pouca atenção para a história e a tratado como algo banal. Segundo ela, a gerente desqualificou suas objeções com a justificativa de que a loja sob sua responsabilidade contratava pessoas negras e, por isso, não era racista. Escrivã e vítima compartilharam uma perplexidade em torno da afirmação.

³⁴ Sobre as experiências de maternidade entre mulheres negras, ver Baia (2020).

Joana apresentou a justificativa de dar o exemplo para suas filhas, duas crianças menores de oito anos, ao não “deixar passar” o ato racista. Esse tipo de formulação compôs com o sentimento que articula sua condição de vítima – e isso de modo algum foi ou deve ser minimizado, vide sua própria afirmação ao ter sido perguntada por Roberta sobre ter sua humanidade diminuída. Refiro-me a esse aspecto, pois quando tratei da legislação dos crimes de injúria racial – o crime que tipifica o caso de Joana –, a vítima aparecia como fruto de uma ofensa muito pessoal e subjetiva. Ao mencionar suas filhas e uma sociedade que nega a humanidade para pessoas negras, a vítima se colocou enquanto tal a partir de um agenciamento de sua história de vida e de sua “sociedade”. Ela esteve ali porque, em alguma medida, reconheceu a importância daquele ato contra uma sociedade injusta, em nome do futuro de suas filhas. Com isso, gostaria de destacar o quanto há esforços concomitantes e diferentes na constituição da figura da “vítima”. Dependendo das circunstâncias, precisa ser quase inerte – a legislação prevê, por exemplo, a descaracterização do fato se for comprovada a “provocação” da vítima, nos casos de injúria. Em vez disso, a procura de Joana constituía uma resposta ativa ao descaso da gerente da loja onde fora discriminada e, desse modo, sua articulação como “vítima” diferenciava-se de uma apatia frente a uma situação preconceituosa e aviltante.

A articulação situacional da ofensa também esteve presente no modo como a prof^a. Isabel mobilizou a história de seu caso, mas de uma maneira muito diferente. Depois que teve sua “Oitiva” gravada, a prof^a. Isabel reclamou da proporção tomada pelo caso: “às vezes nós somos mal interpretados”. Reconheceu que poderia ter sido enérgica em alguma situação, mas que nunca discriminaria ninguém, em hipótese alguma. Um pouco chorosa, a professora reclamou que a história chegara na escola onde trabalha e afirmou ter sido ela mesma transformada em uma vítima de ofensa: “eu fiquei discriminada, eu chego na sala dos professores, todo mundo fica em silêncio, ninguém me cumprimenta nos corredores”. Ou seja, diante de uma “mentira”, ela teria se tornado a vítima, a pessoa discriminada e atingida por uma injustiça. A investigação e a denúncia a teriam tornado vítima, ao investigá-la como parte autora de um crime.

Uma retórica parecida também constituiu outros casos. Como no próprio caso de Joana, no qual duas das três pessoas intimadas como autoras do crime falaram de ameaças e ofensas sofridas depois de o caso ter sido publicizado em

uma rede social da vítima. Uma delas, inclusive, mencionou a possibilidade de processar Joana. Mais uma vez, a suposta injustiça do acontecido e da investigação, na perspectiva de quem estava sendo investigado como autor do crime, teria suscitado ofensas a essas pessoas e as transformado em vítimas. Alegaram terem falado de si mesmos, pois se tratava de uma “brincadeira” comparando seus cabelos alisados artificialmente com o de uma colega de trabalho com os fios lisos: “o meu é ruim, eu aliso”, afirmou uma das investigadas no caso de Joana. Quando indagados a respeito da intenção de menosprezar ou magoar alguém com o que estavam chamando de “brincadeira”, apresentaram a justificativa de possuir uma “família negra” e que isso os impossibilitava de cometerem atos racistas. Muito enfática, Roberta contra-argumentava: “possuir parentes negros não faz com que alguém não seja racista, porque às vezes um comentário é feito e é racista, mesmo que a pessoa não seja”.

O comentário pode ter sido racista e a pessoa não ser. Assim, não importava para o inquérito e para Roberta determinar se a pessoa era ou não racista, como um atributo intrínseco, mas se o ato que deu origem à investigação o era. Porém, como a qualidade do ato dependia da qualidade da intenção com que foi realizado (o dolo específico), a distinção ato/pessoa não era simples. Para lidar com isso, Roberta possuía algumas explicações que, em geral, contava-me depois das “Oitivas” – eram lições sobre seu trabalho investigativo que articulava a busca pela “verdade” e pela “justiça”, e o que, para ela, deveria ser também o dever da minha pesquisa.

3.3 LIÇÕES SOBRE O TRABALHO INVESTIGATIVO

Depois que as “Oitivas” terminavam, Roberta ia até o plantão com a pessoa intimada para tirar uma fotocópia de seu documento de identidade. Quando retornava, em geral perguntava minha opinião a respeito do caso. Nessas interações, aprendi muito sobre os princípios que orientavam o trabalho ali no Setor – afinal, tudo que eu dizia estava sempre errado. Em geral, eram histórias de crimes já investigados ou da trajetória de trabalho anterior da escrivã. De modo geral, eram lições a respeito de como desvendar os crimes e conduzir as investigações do ponto de vista de quem, na procura pela intenção, desejava ser imparcial e ter compromisso com a justiça. Nesse contexto, ouvi algumas histórias de investigações passadas e do quanto elas ensinavam sobre o trabalho policial e como

influenciavam sua atual conduta profissional. Descreverei a seguir algumas dessas orientações, responsáveis por nortear opiniões, condutas investigativas e organizar o enunciado de algumas histórias de crimes investigados no passado.

“Nós [policias] aqui estamos no lugar do Estado e o Estado quer esclarecer a verdade”. Foi com essas palavras que Roberta me descreveu a importância de seu ofício e a responsabilidade aí implicada. “Estar no lugar do Estado” se relacionava a um senso de justiça que, ao menos enquanto princípio anunciado a um antropólogo desconhecido, deveria orientar sua prática e a de seus colegas – “nem defender, nem atacar, é preciso ser o mais justo possível”, referindo-se ao trabalho de investigação policial. Ademais, “estar no lugar do Estado” conferia uma importância e um compromisso aparentemente oriundo de alguma origem impalpável – era enquanto abstração responsável por interpelar por justiça os funcionários da polícia que minha interlocutora se referia a essa entidade: “o Estado quer esclarecer a verdade”³⁵. E, sendo assim, competia aos responsáveis pelo serviço público de modo geral, e pelo serviço policial de modo específico, representar e se comprometer com esse objetivo.

Ouvi essa explicação depois de ter feito um comentário a respeito do trabalho de ouvir uma pessoa intimada para “prestar esclarecimentos”, como autor de crime, no caso de um homem jovem que fez um boletim de ocorrência porque teria sido xingado de “veado podre” em uma briga de trânsito. Depois de ter acompanhado a oitiva do homem acusado, minha primeira, Roberta perguntou-me o que eu havia achado. Prontamente, respondi destacando a dificuldade de seu trabalho de ouvir, fazer perguntas e descrever as respostas – esse foi o primeiro e único caso não gravado que acompanhei, sendo assim, a escrivã digitava o que ouvia. Ela riu e afirmou o quanto aquela situação era tranquila e ordinária, pois ali não havia nada demais para ser notado, segundo suas palavras. Insisto no que me pareceu estranho e pouco familiar: perguntas repetidas e desconfiadas à procura de

³⁵ Schavelzon (2010) destaca os estudos antropológicos sobre o Estado que se dedicaram “las relaciones y las prácticas sociales que estarían más abajo y serían más concretas y, también, observables” (p. 88). Isso implicaria contrapor a ideia do Estado como um ente abstrato, anterior à existência das práticas que o constituem e apostar nas técnicas de governo e seus efeitos (MITCHELL, 2006). Entretanto, também não é o caso de qualificar a unidade totalizante apresentada por nossos interlocutores e interlocutoras como “ilusão” (SHARMA; GUPTA, 2006). Se para alguns de nossos interlocutores de pesquisa, o Estado possui o caráter de um ente transcendente – como o exemplo que mencionei, de um Estado que demanda algo –, os dados frutos de uma investigação das práticas concretas que constituem uma repartição pública podem interpelar algum pressuposto antropológico que, de partida, negue esse tipo de existência holística.

alguma incompatibilidade de informações. Expliquei isso a ela e em resumo falei a respeito do quanto a premissa da minha profissão de antropólogo era diferente, porque pretendia levar a sério o que as pessoas dizem. Aparentemente desconfiada, respondeu-me enfaticamente: “eu sou paga para duvidar das pessoas”.

O ato de duvidar e desconfiar³⁶ apareceu como um princípio recorrente nas falas de minha principal interlocutora – não à toa, evidentemente, me foi apresentado como parte de suas atribuições profissionais.

Quando comecei meu trabalho de campo, logo depois de ter sido autorizado a acompanhar as oitivas e a rotina do Setor, foi para isso que ela direcionou minha atenção. Essa também era a matéria de seus conselhos e ressalvas nos momentos precedentes e posteriores às oitivas. Em tais situações, muitas vezes destacou enfaticamente qual deveria ser o meu compromisso, apresentado como sendo também o dela: a verdade. Para tanto, advertiu-me a respeito de minha obrigação de não tomar partido, nem da vítima, tampouco, da autoria, pois era preciso antes de tudo ouvir os dois lados e não acreditar, de partida, em nenhuma das versões. Tal importância era descrita como uma necessidade de neutralidade em relação aos casos atendidos por aquela unidade policial. Em suas palavras, quem às vezes se apresentava como vítima podia ter na verdade provocado aquela situação, e isso impediria a comprovação do dolo. Como já disse, encontrar o dolo estava ligado à comprovação de uma motivação específica de desqualificar ou menosprezar alguém, por meio de algum ato de segregação e discriminação.

Dessa forma, seria preciso ter cuidado, esperteza e sempre manter-se atento para as possíveis mentiras e contradições nas falas das pessoas ouvidas, independentemente da situação a partir da qual se apresentavam na configuração primeira do que talvez viesse a ser um crime. Em tom de quem fala para orientar e de quem aconselha ao recuperar sua experiência passada, resumia a advertência em uma metáfora: é preciso olhar os dois lados da moeda. Ao assim proceder, consolidava-se o compromisso com a “veracidade dos fatos”. Nesse movimento, uma terceira pessoa era evocada para auxiliar nessa tarefa: a testemunha. A testemunha seria quem poderia estabelecer o contrapeso – falo em contrapeso, pois

³⁶ Recentemente, estudos antropológicos voltaram-se para a desconfiança enquanto objeto de análise. Allard, Carey e Renault (2016), Carey (2017) e Muhlfried (2018) destacam que o tema foi esquecido nas ciências sociais, de modo geral, e propõem sua retomada, mas não como a mera falta de confiança. Ao invés disso, suas contribuições ajudam a pensar a desconfiança como um modo de organizar e estabelecer relações.

a figura constantemente elencada é a de pender: nem para um lado, nem para outro, ao referir-se à pessoa investigada como autora e à vítima.

Ao ter me dito para ouvir igualmente quem se apresentava como vítimas e quem era investigado como autores, além das testemunhas, Roberta chamava minha atenção para um aspecto muito particular e importante das investigações feitas naquele espaço: não importava o quanto as pessoas com o estatuto de vítimas na investigação se sentissem ofendidas, era preciso prestar atenção na intenção da parte investigada como autora. Atentar-se para a natureza do propósito que orientou o ato e, por isso, para sua verdade. Em síntese, procurar pela intenção. Prestar atenção não enquanto um fim em si mesmo, evidentemente: tratava-se da necessidade de descobrir se houve, de fato, uma intenção de desqualificar ou menosprezar alguém – o dolo específico, em função de cor, raça, etnia, religião, identidade de gênero, orientação sexual, ser idoso, procedência nacional ou estar em situação de rua. Por conta disso, a presença da testemunha era bastante considerável, pois se por um lado havia sempre a possibilidade de pessoas investigadas mentirem, por outro, o sentimento de ofensa e discriminação poderia ser um “engano”. Um “engano”, porque poderia não encontrar respaldo na intenção de quem ofendeu.

“Por estar no lugar do Estado, meu compromisso é com a justiça”, resumia a escritã referindo-se ao princípio de suas atribuições. Além da desconfiança, entretanto, Roberta elencava outras maneiras de estabelecer tal compromisso: a compreensão do contexto social da autoria, do contexto do acontecimento do ato noticiado ao Setor, o aprendizado constante com as decisões judiciais recentes e a própria experiência de trabalhos passados dentro ou fora do Setor. Em seguida, abordarei cada uma delas, com o objetivo de enfatizar as lições que efetivavam de uma maneira específica tal “compromisso”.

3.3.1 Vítimas e autores “nem sempre são o que parecem ser”

Roberta fazia questão de me dizer para o que e como eu deveria olhar e como analisar os crimes que passavam pelo Setor. No esforço de me ensinar as dinâmicas da investigação, da descoberta da verdade dos fatos e na tentativa de direcionar o meu trabalho, evocava muitas histórias para exemplificar posições a serem ou não tomadas por mim. Em geral, essas histórias faziam referência à

necessidade de olhar para o que ela chamava de “a verdade dos fatos” e, como já disse, de não pender nem para o lado da vítima, nem da autoria. Ou seja, desconfiar das pessoas para que fosse possível confiar no fato enquanto verdade. Isso remete à afirmação feita por Muhlfried (2018) que confiança e desconfiança convivem mutuamente – ou, nos termos do autor, a “desconfiança precisa ser possível para que a confiança exista” (p. 11, tradução minha). No cotidiano do Setor, entretanto, a afirmação parecia se inverter, pois para que a desconfiança existisse era preciso que a confiança a sustentasse – ou seja, desconfiar sempre, mas a partir da confiança de que é possível determinar a “verdade dos fatos”.

Isso estava vinculado ao engano das aparências: quem chegava como vítima nem sempre era, de fato, vítima e quem chegava como autor nem sempre era um algoz. A clássica divisão entre realidade e aparência era atualizada na prática investigativa do Setor de procurar pela intenção, a partir de duas ferramentas: os contextos – “o contexto social” de quem está sendo acusado de cometer o crime e o “contexto da situação” relacionado ao momento em que o crime teria acontecido. Consequentemente, agir de modo neutro e justo se amparava na consideração da ferramenta do contexto – ou, do contexto como ferramenta. O “contexto da situação” envolvia para a escritã estar atenta a diversos atenuantes presentes nas histórias contadas. Isso parecia importante porque diante de um olhar atento para a “história como um todo”, a ação da vítima poderia aparecer como uma provocação da ofensa noticiada. Isso, em geral, estava ligado ao momento cronologicamente anterior a tal evento. Para me explicar a respeito disso, histórias de casos apurados ou não pelo Setor foram mobilizadas com o objetivo de exemplificar uma espécie de não passividade (que talvez fosse esperada) da vítima. Ela me dizia sempre: “às vezes, a vítima não tem nada de vítima”.

Em meados do meu trabalho de campo, por volta de julho de 2019, cheguei ao Setor e observei novas pastas sobre a mesa de Roberta – como eu já possuía certa familiaridade com as pastas daquela divisão, logo percebi que uma delas era um inquérito. Eu estava certo: recentemente, voltara do MPPR uma investigação em que três homossexuais acusavam um homem de agressão motivada por homofobia e, além de terem feito o boletim de ocorrência na Delegacia, denunciaram o caso à imprensa. Ouvi atentamente aquela história cujo desfecho me pareceu inusitado: quando Roberta ouviu investigado e testemunhas, as últimas disseram ter se tratado de uma tentativa de roubar o investigado como autor do crime e que a agressão teria

sido em resposta à tentativa de assalto. Os noticiantes, então, teriam deixado de responder às intimações do Setor, segundo Roberta, porque teriam percebido que não saíam bem da história. Seu objetivo era destacar para mim o engano das aparências e o quanto a verdade do crime precisava ser “apurada” e “averiguada”.

Por meio do Boletim de Ocorrência e da primeira versão do ocorrido, a chegada do caso à delegacia tratava de três jovens homossexuais enquanto vítimas, por conta de uma agressão física motivada por discriminação ligada à orientação sexual. Entretanto, ouvidas as testemunhas, que nesse caso foram pessoas cujas residências eram próximas ao lugar onde teria acontecido a agressão, surgiram outra motivação e outra configuração de autoria e vítima. As histórias das testemunhas traziam consigo outra motivação para a agressão: a defesa diante de um assalto. Assim, outra possibilidade de articular vítima e autoria em torno de um evento de agressão estava presente nas dependências do Setor. A agressão figurou como uma resposta e, por isso, parecia ter outra gravidade, ou ainda, a gravidade da situação estaria localizada agora também no momento anterior ao da agressão. Enquanto história contada do trabalho policial que descobriu a verdade e contribuiu para desvendar os fatos, o contexto da situação mobilizado pelo trabalho policial em questão encontraria na história um motivo outro que não de discriminação. Por sua vez, isso conferiria a autoria e vítima, à realidade e sua aparência, e verdade e engano um vínculo distinto daquele primeiramente (d)enunciado.

Outra história seguiu um rumo parecido. Entretanto, em tal caso pude acompanhar algumas oitivas. O MPPR havia requisitado a investigação de um caso de discriminação contra uma mulher transexual – Mariana, quem mencionei na primeira seção desse capítulo. “Vou tratar você igual homem, porque pra mim você é um homem”, teria dito o síndico do prédio onde ela morava, depois de uma discussão. As seguintes pessoas foram ouvidas: o síndico, uma ex-colega de apartamento de Mariana e a dona do apartamento onde elas moravam. A discussão teria acontecido depois de o síndico ter chamado a atenção de Mariana para sua obrigação de limpar as fezes do seu animal de estimação. Ela teria se negado sob a alegação de que o síndico não tinha como saber se fora ou não seu bicho o responsável pela sujeira. Depois de alguns desdobramentos, a confusão teria se resolvido, não sem antes o síndico ter, em tese, desferido ofensas transfóbicas.

Como mencionei no começo do capítulo, Roberta enfrentou dificuldades para intimar Mariana, pois ela havia se mudado e não a encontrava nos endereços

que os sistemas disponíveis indicavam como sendo o seu, e isso impossibilitava o prosseguimento das investigações. Em mais um dia de trabalho de campo, cheguei ao Setor e entre oitivas e leituras de inquéritos, perguntei para Roberta se ela conseguira intimar Mariana. Ouvi uma resposta negativa, mas havia uma nova informação: a escrivã ouvira a dona do apartamento. A senhora teria se disponibilizado prontamente e trazido informações relevantes, segundo a escrivã, ao afirmar que a moça “dava mesmo muito problema” e uma vez teria chegado a dar uma festa com mais de 30 transexuais – “agora, me fala se isso é discriminação?!” – interpelava-me Roberta. Na avaliação dela, tínhamos ali, mais uma vez, um contexto de provocação, não imediatamente anterior à ofensa, mas, ainda assim, presente.

Se por um lado, o contexto “da situação” poderia ser de provocação e recolocar as posições de vítimas e autores, por outro, ele poderia aparecer como “social” e atuar de modo distinto. Explico: conhecer a verdade dos fatos deveria passar pela consideração da classe social, do lugar onde se mora, da escolaridade e da renda das pessoas acusadas da autoria de algum dos crimes do Setor de Vulneráveis. Roberta me falou da história de um homem com mais de sessenta anos acusado de injúria racial – o caso teria se passado quando o senhor supôs que um menino negro roubara sua esposa. “Eu não vi dolo ali”, completou a escrivã. E concluiu ao me dizer a respeito da classe social do senhor: “era uma pessoa muito simples”. Mais uma vez, então, afirmou a importância de considerar renda, escolaridade e a localidade da residência – perguntas feitas pela escrivã para preencher os dados das pessoas ouvidas no sistema tratam disso de modo direto, pois há campo, por exemplo, para salário, endereço, grau de instrução. Contrapondo-se a essa história, ouvi também a história de um jornalista acusado de intolerância religiosa em uma de suas matérias: “um jornalista é uma pessoa estudada, formadora de opinião, e por isso sabe o significado das palavras”. E completa: “eu vi dolo ali, mas o juiz não”, referindo-se à sentença do Poder Judiciário.

Nos dois casos, o “contexto social” foi acessado de modo parecido, ao possibilitar a relação entre a autoria do crime com escolaridade e renda, principalmente. Entretanto, o que foi feito a partir dele não era similar.

De um lado, a associação entre simplicidade, pobreza e escolaridade sustentou-se pela falta – de estudo, de dinheiro e, conseqüentemente, de entendimento do alcance de suas atitudes. Do outro, alto grau de instrução

vinculado a uma determinada posição de trabalho fez supor uma presença – de conhecimento do significado da palavra e de suas consequências. Como, em geral, os crimes que passavam pelo Setor estavam ligados de alguma maneira à expressão falada ou escrita, a palavra aparecia de modo contundente. Dessa forma, as suposições ligadas a classe e anos de estudo compunham a possibilidade de uma expressão complexa, consciente e responsável. Dizendo de outro modo, tratava-se de ações talvez criminosas, que dependiam do atravessamento de alguns “marcadores sociais” – não da diferença, como sociologicamente costuma-se dizer, mas da consciência. O dito, para a constituição dos crimes do Setor, poderia ou não ser o feito.

3.3.2 Em busca da “verdade” e da “justiça”

Um trabalho sério, nas palavras da escritã do Setor, também envolveria estudo. Muitas vezes, sobre sua mesa ficava, além das habituais pastas dos inquéritos, um livro chamado “Direito Penal”, de André Estefam³⁷. Tratava-se de um autor responsável por ajudar a escritã em seu trabalho de procurar pela intenção. Aproveitei a presença do livro para indagá-la a respeito da importância desses estudos para sua prática de investigadora e a resposta veio de modo enfático: “eu gosto de seriedade [no trabalho], por isso estudo”. O objetivo era caro a ela – estudava para saber como o dolo do crime poderia se “apresentar”. Saber identificar, então, a intenção específica de discriminar era o grande desafio investigativo do Setor: estudar, não se deixar enganar pelas aparências e ouvir os “dois lados” eram atributos importantes para esse empenho.

Se a “intenção de menosprezar” era o principal argumento para comprovar a materialidade desses crimes, encontrá-la não era autoevidente: “é uma questão de hermenêutica”. Interpretar não apenas as palavras a partir do que aparece como contexto, mas também o tom em que foram proferidas ou ainda as posturas corporais conectadas a elas. Segundo Roberta, era possível perceber um menosprezo no modo como as pessoas falam e como se comportam dentro da

³⁷ Segundo consta em seu currículo na plataforma Lattes, André Estefam é professor de Direito Penal, com mestrado (2008) e doutorado (2016) defendido na mesma área, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). O título de sua tese de doutoramento é “A dignidade sexual como fruto da dignidade humana” e foi orientado por Guilherme de Souza Nucci – cuja doutrina e importância para o Setor abordei no Capítulo 1.

própria delegacia. Atentar-se a isso era uma maneira para não deixar-se enganar pelas aparências e pelas possíveis mentiras contadas – era uma maneira de ver além das aparências. Isso ficou mais evidente quando conversamos a respeito de um investigado como autor de injúria motivada por procedência nacional.

O homem chegou ao Setor ofegante e assim que soube do motivo pelo qual estava ali, ficou pálido. “Você viu como ele ficou nervoso?”. Embora fosse muito comum as pessoas intimadas se sentirem nervosas e acuadas no ambiente da Delegacia, a escrivã me chamou atenção para um aspecto novo: a mudança na respiração. Isso não significava que de antemão aquele homem estava acusado, antes disso, tratava-se de voltar a atenção mais detidamente para as possíveis controvérsias de sua história. Nos termos de Roberta, o corpo também falava, se expressava e, eventualmente, poderia denunciar a verdadeira intenção das pessoas – a gravação das oitivas era vista como um ponto positivo porque justamente permitia replicar essas nuances para além da delegacia.

De todo modo, para perceber o tom e a linguagem do corpo era preciso algum estudo e alguma experiência naquele trabalho. De modo análogo, estudo e trabalho eram importantes para outros aprendizados. Não foram poucas as vezes que ouvi sobre sentenças recentes relacionadas aos crimes de discriminação. Os estudos de Roberta se estendiam também para as decisões atuais dos juízes ao redor do país: “um cuspe na cara pode ser tão grave quanto um soco em um ato de discriminação, por exemplo”, disse-me a escrivã se referindo a uma sentença de um desembargador do estado de São Paulo. Ainda falando sobre ele, afirmou sua prática de reformulação recorrente das sentenças de primeira instância, ao levar em consideração, justamente, aquelas condições que mencionei acima: classe, renda, escolaridade e lugar de moradia. Foi com ele que aprendera, me confessa.

Não o bastante, mencionava com frequência as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito dos crimes concernentes ao Setor, como o já mencionado (cf. Capítulo 1) entendimento do crime de injúria racial como crime de racismo. Ademais, Roberta algumas vezes pautava suas concepções a respeito da existência de motivação discriminatória em decisões judiciais – “depois chega na mão do juiz e ele diz que não houve dolo, pois muitas vezes o juiz entende a fala como uma brincadeira, como um *‘animus jocandi’* e não como uma intenção de discriminar”, referindo-se a piadas preconceituosas.

Os aprendizados com a jurisprudência e a doutrina orientavam a prática anunciada da escrivã. Desse modo, levar a sério o trabalho e encontrar a verdade dos crimes envolvia estar a par das últimas decisões judiciais e dos modos de reconhecer a intenção da fala ou do ato discriminatório. “Por isso estudo”, porque seriedade, justiça e verdade eram possíveis de ser acessadas, também, a partir de um aprendizado de teorias e das atualizações das decisões judiciais recentes. Se estudar enquanto prática de atualização ajudava a compor uma investigação séria e justa, a experiência em outros trabalhos também auxiliava nesse empenho.

O Setor de Vulneráveis investigava também crimes cujas vítimas eram pessoas idosas, em relação às quais também era preciso manter o rigor de desconfiança e da busca pela verdade, segundo Roberta. Ouvi inúmeras vezes a história de uma experiência de trabalho anterior da escrivã do Setor que servia para amparar a manutenção de sua desconfiança, inclusive com os velhinhos. Como agente penitenciária, uma de suas funções era revistar as pessoas que entravam nos presídios para visitar seus familiares. Contava-me em tom de espanto que ela e seus colegas presenciaram uma senhora idosa tentando entrar na prisão levando cocaína na própria dentadura. No caso envolvendo o síndico que era investigado por ter discriminado uma moradora transexual, por exemplo, ela me afirmara: “Eu acredito nele até ouvir a outra parte” e, em seguida, lembrou a história da velhinha que carregava em seu corpo drogas consideradas ilícitas – e a “prova” de que pessoas idosas não eram necessariamente inocentes ou ingênuas. “Patife também envelhece”, dizia-me com frequência.

“Ouvir a outra parte”: essa foi uma das frases de que mais fui lembrado durante meu trabalho de campo. Ela remetia à obrigação de ouvir, como já mencionei, os dois lados da história, sem pender, em tese, nem para um lado, nem para outro. Essa lição aparecia para corrigir um erro no qual a própria escrivã incorrera. Roberta falava de sua chegada no Setor como tendo uma postura que “comprava muito o lado da vítima”, ou seja, ela dizia o quanto se compadecia das versões narradas pelas supostas vítimas em detrimento das outras versões. O aprendizado naquela unidade, em suas palavras, mostrou que na verdade essa não era uma postura adequada: “às vezes, a vítima não tem nada de coitadinha”. Ouvi, então, outra história a respeito da importância da neutralidade: uma mulher noticiou um crime de discriminação racial, porque teria sido demitida em razão do preconceito por ser negra. Na ocasião de chegada do caso ao Setor, minha

interlocutora afirmou sua revolta com a situação, mas em seguida teria se surpreendido. Ao pedir para a empresa dados sobre a assiduidade da funcionária, viu aquilo que qualificou como o real motivo da demissão: inúmeras faltas não justificadas e atestados de saúde.

Dessa forma, o passado articulado em uma experiência possível de ser aproveitada no presente apontava para sua permanência não apenas como história a ser contada, mas também como alguma coisa a ser lembrada e orientadora da atuação policial atual. Pautar-se nessas histórias para justificar um modo de pensar e/ou de agir nos momentos que compõem a investigação policial me parecia um esforço reflexivo voltado para uma atuação que, em seus próprios termos, se propunha séria e capaz de verdadeiramente “revelar a verdade”, por meio da desconfiança e da disposição em ouvir “os dois lados”.

Aproveitar a experiência do passado para justificar a desconfiança em relação às pessoas investigadas no presente: um esforço empreendido na busca pela “verdade” e pela “justiça” na busca por encontrar a intenção.

Para descrever a constituição dos crimes contra vulneráveis em Curitiba, comecei abordando o Setor responsável por essa tarefa. Agora, neste capítulo, esforcei-me para traduzir o modo pelo qual os crimes chegavam nessa instância policial e os primeiros desdobramentos da procura da intenção. Os “Boletins” e as “Notícias” que permaneceram e se transformaram em inquérito foram aqueles que puderam comprovar a autoria desconhecida e a existência de uma vítima. No caso dos crimes de homofobia, o tempo foi também um fator fundamental. Descrevi um caso que embora não estivesse previsto na legislação do Setor, pôde permanecer porque mobilizou um engajamento subjetivo da escrivã. Ao descrever a “intimação”, a “qualificação” e as “Oitivas” de alguns casos, prossegui com o objetivo de fornecer dados empíricos da busca por uma lógica na história dos casos. Além disso, abordei como em alguns momentos “vítimas” e “autores” procuraram escapar da retórica presente na investigação relacionada a essas últimas categorias. Por fim, retomei as lições que aprendi com Roberta e que eram bastante caras a ela no empenho de buscar a “verdade” e a “justiça dos casos.

Há, pela frente, bastante trabalho a ser descrito. Afinal, a procura pela intenção continuava e precisava de outros elementos para ser sustentada. Ela se materializava em “Inquéritos” e a partir principalmente das oitivas a existência do dolo específico era decidida – em busca daquelas descrições, seguimos para o último capítulo.

4 OS REGISTROS E DECISÕES DA INEXISTÊNCIA DO CRIME

Seguindo com o objetivo de descrever a constituição dos crimes no Setor de Vulneráveis da DHPP/PR e a procura pela intenção, tratarei de dois aspectos fundamentais para a consolidação e finalização da investigação: a estrutura dos inquéritos policiais e as decisões em torno da existência da materialidade do crime. Ambos estavam interligados e, em grande medida, eram produzidos concomitantemente. Nesse sentido, a última peça do inquérito – o “relatório” – aparecia como um articulador privilegiado, pois encerrava o inquérito policial e efetivava a existência ou não do “dolo específico”. Em termos nativos, o “dolo” era a “motivação específica de discriminar” procurada pelas investigações para que fosse possível indiciar ou não as pessoas investigadas. Os esforços de elaboração do inquérito, do relatório e das discussões relativas às oitivas eram voltados para sua “comprovação”. Meu objetivo é mostrar como os inquéritos se sustentavam a partir de um encadeamento de seus documentos e da sistemática “identificação”, não apenas de vítimas, autores e testemunhas, mas também dos funcionários públicos responsáveis por sua elaboração. Antes disso, tratarei da novidade efetivada pelos “inquéritos digitais” e, para finalizar, tematizarei papeis, controvérsias e lições que sedimentaram a inexistência dos crimes contra vulneráveis, pois nenhum dos casos que acompanhei terminou com indiciamento.

4.1 OS INQUÉRITOS POLICIAIS

Havia inúmeras histórias de crimes entre mim e Roberta. Eram histórias contadas não apenas pela escrivã, mas também pelas pastas de papel que povoavam as mesas do Setor. Conforme as investigações se desenvolviam, essas pastas ficavam cada vez maiores, mais robustas e cheia de marcas, frutos de seu manuseio. Algumas eram novas, recém grampeadas, com suas capas limpíssimas; outras, velhas conhecidas, um pouco sujas, que já haviam circulado por aquele e outros espaços e teriam deixado o Setor por conta de alguma exigência burocrática. Algumas eram fininhas, mesmo em vias de serem concluídas; outras, calhamaços um tanto quanto amassados e desgastados. Refiro-me aos “Inquéritos Policiais”, a consolidação do trabalho investigativo. Eles eram “instaurados” formalmente por uma “Portaria” e eram construídos por uma grande quantidade de documentos: em

tempos de inquéritos “físicos”, essas pastas eram as que circulavam entre o Setor e o MPPR, ou entre a sala da escrivã e a da Delegada. Depois que deixavam o Setor, as investigações policiais encerradas naquelas pastas de papel poderiam servir de embasamento para o oferecimento da denúncia das pessoas indiciadas por parte do Ministério Público ao Poder Judiciário, dando origem a uma Ação Penal Pública, conforme expliquei no Capítulo 1.

Constituir os inquéritos era constituir as investigações. Registravam-se cópias de documentos de identidade, intimações, ofícios, diligências, registros de comunicação com outras instituições, termos e mais termos. Cada investigação estava vinculada a uma pasta-inquérito, circulando sobre as mesas do Setor e que poderiam ser divididas em dois tipos: pastas de inquéritos físicos e digitais. As primeiras eram brancas e encapadas com um plástico transparente, para protegê-los de deterioração caso de precisarem ir ou voltar do Ministério Público. As segundas eram pastas sem o encape, porque circulavam digitalmente e eram impressas apenas para facilitar o trabalho na hora das oitivas – tratarei desse tema mais detidamente ao longo do capítulo. As modalidades de circulação dos inquéritos estavam, assim, implicadas em suas constituições materiais.

As pastas dos inquéritos, que eram ao mesmo tempo os inquéritos das pastas, possuíam um prazo para permanecerem no Setor. Ou melhor, há um prazo estipulado pelo Código de Processo Penal (1941) brasileiro para a conclusão dos inquéritos. Depois de 30 dias, terminadas ou não as investigações, os inquéritos físicos precisavam deixar as dependências daquela unidade policial ou serem avolumados com uma autorização do Ministério Público para sua prorrogação. Tratando-se de inquéritos digitais, possuíam o mesmo prazo, mas eram encaminhados virtualmente. Em geral, as investigações terminavam antes dos trinta dias previstos. Às vezes, algumas eram devolvidas para o MP antes do término da investigação e, em outros momentos, outras pastas apareciam de volta trazendo consigo a história de algum caso. Esse foi um aspecto interessante do trabalho etnográfico com inquéritos em andamento e em contextos burocráticos: o tempo que eu tinha para analisá-los era o tempo de sua investigação ou do seu prazo, pois não tive autorização para acessar o arquivo da Divisão, tampouco para acessar o sistema onde muitos casos estavam. Por um lado, quando deixavam o Setor levavam parte do meu material de pesquisa, por outro, havia os que retornavam e

apresentavam outras histórias de crimes e evocavam de Roberta boas histórias do trabalho investigativo.

Somadas a essa constante iminência de perder ou ganhar material de campo, dificuldades em relação à própria linguagem e estrutura formal das pastas-inquéritos se impuseram – nada de novo ou especial, tratando-se de uma pesquisa antropológica. A primeira investigação que pude acompanhar foi um inquérito com mais de 150 páginas que, inclusive, perdi de um dia para o outro, pois foi devolvida ao Ministério Público. Tratava-se de uma investigação de lesão corporal, fruto de uma briga entre *punks*, em uma região central de Curitiba. Não me demorei nesse caso, porque destoava muito da maioria dos casos atendidos pelo Setor. Contudo, foi-me importante porque fui apresentado por ele a uma grande investigação e a toda sorte de documentos e provas, o que não teria acontecido pelos inquéritos comparativamente mais curtos e com menos provas, recorrentes no Setor.

Ou seja, pude conhecer detalhes formais da estrutura de um inquérito e isso me ajudou bastante ao longo do meu percurso. Se, de início, impaciência, irritação e medo eram companheiros infalíveis em minha aproximação com os inquéritos, conforme participei com maior frequência do cotidiano do Setor, lendo e copiando – à mão – longos trechos dos inquéritos³⁸, aquelas pastas deixaram de ser uma fonte de aborrecimento e passaram a ser interlocutoras de pesquisa importantes para a compreensão do trabalho da polícia. Ou melhor, compreender como os crimes narravam e eram narrados pelo trabalho policial.

Acompanhar a rotina investigativa do Setor era também acompanhar o trabalho de produção e alteração de inquéritos policiais e das histórias de crimes vindas à existência naquelas pastas. Quase sempre, havia inquéritos a serem instaurados, diligências a serem cumpridas ou pastas a serem mexidas – ou seja, crimes sendo “apurados”. Na esteira desse trabalho de documentação, meu objetivo é continuar especificando a constituição dos crimes investigados pelo Setor de Vulneráveis, a partir das transformações implicadas pelo formato da investigação, pois tais procedimentos ampararam a procura singular do Setor – a da intenção. Tratarei das diferenças introduzidas pela digitalização dos inquéritos no cotidiano do Setor e de como as notícias de sua implementação na PCPR circularam em

³⁸ A autorização que recebi para ter acesso a esses documentos estava condicionada à supervisão de Roberta e ao meu compromisso de não divulgar as identidades das pessoas envolvidas na investigação. Assim, dependia tanto do horário de expediente da Divisão, quanto da presença da escrivã.

comunicados oficiais à imprensa. Em seguida, principalmente a partir do inquérito de Ângela, abordarei elementos relacionados ao trabalho de constituição desse último, do encadeamento que o ordena enquanto tal e de dois modos de identificação que também o formam – a dos funcionários responsáveis por sua elaboração e da parte investigada como autora dos fatos.

4.1.1 A digitalização dos inquéritos

Depois de pouco tempo que comecei meu trabalho de campo, cheguei ao Setor e fui surpreendido pela notícia do fim dos inquéritos impressos, o que significava a impossibilidade de usá-los como material de pesquisa. Essa mudança tratava de uma ordem da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (Sesp/PR) para os inquéritos investigados em Curitiba, segundo Roberta – a implantação do “Inquérito Policial Eletrônico”. O modo como essa mudança existiria no cotidiano do Setor era bastante notável, pois as oitivas passariam a ser gravadas, as pastas de papel deixariam de existir e a comunicação entre Delegacia e MPPR seria feita por meio de um sistema digital. Ou seja, o trabalho investigativo descrito por Roberta³⁹ como o de “ouvir tudo e por no papel” parecia não se referir mais apenas às folhas de papel impresso. O papel, dessa forma, talvez tenha se convertido em uma metáfora para outras atividades, como gravar vídeos, subir seus respectivos arquivos no sistema que comportava os inquéritos e lidar com as temporalidades, possibilidades e impossibilidades de ação vinculadas a essas novas técnicas.

Tais atividades estavam associadas à esperança de um processo investigativo imparcial, justo e transparente que mostrasse a verdade diante da “opinião pública”. A possibilidade de gravar e juntar o arquivo audiovisual das oitivas ao inquérito era uma das principais atividades mencionadas pela escritã a respeito da importância dessa mudança. Dessa forma, a gravação seria uma prova importante, segundo Roberta, para desmentir as acusações falsas que eram feitas em relação à polícia, de modo geral. Uma vez em posse das gravações das oitivas, advogadas/os não poderiam mais dizer que seus clientes foram coagidos a confessar crimes e também não seria possível afirmar maus tratos por parte das/os

³⁹ Sobre esse aspecto, ver Capítulo 2.

policiais. O vídeo, nesses termos, seria prova infalível⁴⁰ da “injustiça” sofrida por toda a corporação policial, que muitas vezes teria sua imagem deturpada diante da “opinião pública”, por conta de “casos isolados” de maus tratos policiais⁴¹. As gravações também eram consideradas importantes porque poderiam contrapor acusações de coação, da parte investigada, de ter sido forçada a produzir provas contra si mesma. A digitalização dos inquéritos faria, ainda, o processo ser mais rápido, segundo Roberta, pois o sistema possibilitaria a comunicação quase que imediata com o MPPR.

Se o “sistema digital” era responsável por acelerar a comunicação entre as instâncias burocráticas e, conseqüentemente, o próprio trâmite possível de levar a um processo penal, nem tudo ligado a ele estava vinculado à rapidez – ele também atrasava os protocolos burocráticos. O computador, o sistema ao qual dava acesso e a conexão com a rede mundial de computadores cadenciavam o tempo do trabalho e, por isso, ocupavam uma centralidade naquela rotina burocrática. Depois que as oitivas terminavam era preciso “gerar” o arquivo e convertê-lo em um formato compatível com o “sistema”, ou seja, esperar um tempo até que o momento gravado se transformasse, por meio de um *software*, em um item na tela do computador da escrevã e, em seguida, esperar mais um ou dois minutos (dependendo da duração da gravação) para que seu formato digital fosse modificado para poder ser carregado pelo sistema.

Do modo como estava posto, o trabalho investigativo dependia de aparelhos, programas de computador, um sistema digital da Secretaria da Justiça e de uma rede de Internet que, com exceção do penúltimo, não possuíam a princípio nada de estritamente policial ou investigativo. Essa infraestrutura⁴² se convertia, entretanto, nas condições do trabalho de Roberta e o possibilitava da maneira como acontecia –

⁴⁰ Essa maneira de entender a gravação em vídeo como algo incontestável também está presente no trabalho de Freire (2019), ao descrever a inserção do árbitro de vídeo na Copa do Mundo de 2018. Se a imagem gravada pode ser considerada infalível, seus efeitos nos espectadores têm sido considerados variáveis de acordo com o tipo e o ângulo de gravação, conforme os experimentos de Turner et. al. (2019) sobre a relação entre o julgamento da intenção policial e dois tipos de câmeras que registraram a atuação policial (câmera corporal e a de painel).

⁴¹ Apesar de Roberta me descrever as acusações à polícia como uma injustiça, dados recentes apontam para violência dessa corporação no Brasil: segundo relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em 2019 foram denunciadas à Ouvidoria dos Direitos Humanos 1491 denúncias de violência policial (AGÊNCIA BRASIL, 2020); e, segundo reportagem do G1, apenas no primeiro semestre de 2020, 3148 pessoas foram mortas por policiais (VELASCO et. al., 2020). As mortes de policiais também informam sobre essa realidade violenta: segundo a mesma reportagem, mais de 100 agentes foram mortos entre janeiro e junho desse ano.

⁴² Para uma síntese sobre a abordagem antropológica do tema, ver Larkin (2013).

ou, nos termos de Knox (2017), emergiam de “mundane matters of concern” (p.356). Para que esse trabalho fosse desenvolvido sem reclamações de demora ou complicações era preciso contar com uma boa conexão de internet e com uma boa performance do “sistema”. Contudo, isso nem sempre acontecia e não dependia das pessoas da DHPP: às vezes mesmo digitando seu *login* e senha, Roberta não conseguia entrar⁴³ ou, uma vez “dentro” do sistema, ao digitar os dados das pessoas ouvidas, ele não obedecia o comando de ir para a página seguinte; por outras, uma conexão precária com a rede impedia seu acesso ou, embora funcionasse, “demorava dez anos” para receber o preenchimento dos dados.

Embora esse aspecto vá ao encontro da concepção de Star (1999) de que as infraestruturas aparecem apenas quando deixam de funcionar, o “sistema digital” era possível de ser visto no próprio funcionamento regular da rotina do Setor. Digo isso porque a rapidez e praticidade eram bastante valorizadas no cotidiano de investigação e apesar de formalmente a digitalização do inquérito não demandar sua impressão, pouquíssimos ou nenhum deixou de sê-lo. Roberta estava convencida da obsolescência do papel na rotina do Setor, entretanto, durante uma oitiva relativa a um inquérito eletrônico, a Delegada da Divisão perguntou pela “Portaria” impressa do caso. Ela achava mais prático ter à mão a descrição dos fatos que a motivaram para poder conduzir as oitivas. Depois disso os inquéritos, ainda que digitais, voltaram a ser impressos: por isso me referi no começo do capítulo a diferentes pastas-inquéritos. As pastas sem as sobrecapas de plástico, brancas com a borda vermelha, ostentavam uma marca d’água impressa na diagonal em suas capas: DIGITAL. O sistema eletrônico estava, assim, estampado nas pastas que o carregavam.

A digitalização dos inquéritos existia no Setor como possibilidade de aceleração dos procedimentos nos quais os inquéritos estavam inseridos, surgimento de uma nova pasta, entrave e facilitador para as tarefas cotidianas e também como uma maneira deixar a investigação mais transparente. E, desse modo, era parte da constituição dos crimes tocados por aquela unidade. Entretanto, essas não eram as únicas atualizações dessa mudança. Houve uma movimentação na imprensa a respeito dela, que também ajuda a entender as atuações nas quais

⁴³ O acesso ao sistema do inquérito eletrônico não me foi permitido. Sendo assim, o que eu sabia sobre o sistema era o que Roberta eventualmente me dizia ou quando, muito pontualmente, ela me convidava para ver algo na tela do computador.

essa nova tecnologia esteve implicada e como foi percebida. Ainda que não tratem, especificamente, do modo como os crimes se constituíam no Setor de Vulneráveis, as notícias ajudam a acessar uma generalidade da qual os procedimentos do Setor também fazem parte – o “Inquérito Policial Eletrônico” da PCPR.

As promessas e esperanças do inquérito eletrônico

Separei as notícias em dois grupos: as de canais oficiais de imprensa do governo paranaense e as de grupos de comunicação privados. Em comum, tratam de uma “mudança” cuja principal marca é a digitalização dos procedimentos, desde a elaboração dos boletins de ocorrência até o relatório de conclusão de investigação. As primeiras notícias relativas ao tema apareceram no fim de 2018, para noticiar a implantação do “sistema” em Pinhais (BEM PARANÁ, 2018), cidade da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Outra leva apareceu em março de 2019, quando trataram do começo da utilização do “Inquérito Digital” na própria capital do estado e em outras cidades da RMC – “Inquérito Digital passará a funcionar na capital, na RMC e em Bocaiúva do Sul” (TJPR, 2019). Por fim e com circulação mais robusta, notícias foram publicadas em setembro de 2019, quando as páginas oficiais de comunicação do governo anunciaram a mudança de procedimento em todo estado: “Inquéritos Policiais passam a ser 100% digitais no Paraná” (AENPR, 2019) e “100 % dos inquéritos das polícias do Paraná são digitais” (SSPPR, 2019).

Existem dois aspectos que gostaria de destacar: o primeiro deles ligado à história da implantação desse sistema lembrada sistematicamente pelas notícias não oficiais e o segundo às vantagens mencionadas por todas essas notícias.

Além do “Bem Paraná”, o “Plural” (2019) também mencionou Pinhais como a primeira cidade onde o sistema foi instalado no fim de 2018 e conferiam a responsabilidade de seu desenvolvimento à Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). Além disso, a notícia do “Plural” falou em alguns números, entre 2015 e 2018: “já foram instaurados digitalmente e encaminhados por meio eletrônico ao Poder Judiciário 17.973 inquéritos. O MPPR ofereceu 6.702 denúncias fundadas exclusivamente em inquéritos policiais eletrônicos”. As informações tratavam de uma história de sua criação, de sua primeira implantação e de certa efetividade exemplificado por números. Por outro lado, mencionavam uma maior agilidade do processo engendrada pelo sistema – no caso da notícia do “Plural”, entretanto, isso figurava como uma promessa: “Um novo

programa disponível para as polícias civil e militar do Paraná promete agilizar a instauração e tramitação de processos criminais”.

O que era promessa na imprensa não oficial se tornava garantia nas páginas de comunicação governamentais. A implantação de um sistema que permitia chamar um inquérito de digital ou eletrônico foi vinculada à certeza de um processo mais ágil e racional, porque permitiria um compartilhamento de informações entre os órgãos atuantes na investigação. Isso faria parte não apenas da otimização dos trabalhos, mas também da maior credibilidade do inquérito, pois teria seus dados seguramente armazenados em um “sistema”, e de um projeto de transformar o Paraná no estado mais moderno e digital do País. A agilidade seria também a tônica de um atendimento mais comprometido com o cidadão. Conforme a fala do delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Sílvio Rockembach: “na prática ele [o sistema] melhora em muito o atendimento ao cidadão, fazendo com que eles fiquem muito menos tempo dentro de uma Delegacia para registrar uma ocorrência” (SSPPR, 2019).

O “Inquérito Eletrônico” pôde ser uma promessa de agilidade, a certeza da racionalidade e da modernização e assim, nutriram um entusiasmo pela nova qualidade técnica do governo. Isso remete às considerações feitas por Larkin (2013) a respeito do impacto de rodovias e estradas nas expectativas, para além de sua função pragmática no transporte de veículos. Segundo o autor: “it can also be an excessive fantastic object that generates desire and awe in autonomy of its technical function” (p. 333). A ideia de um aparato técnico capaz de gerar desejo e admiração parece interessante também para explorar as notícias sobre a criação do “Inquérito Eletrônico”. Esse deslumbramento foi sustentado também por outro aspecto: “É o fim do papel”, conforme disse o Delegado-chefe da Coordenação de Informática da Polícia Civil, Eduardo Castella, no evento de anúncio da nova infraestrutura (AENPR, 2019).

Como já adiantei, entretanto, o papel não chegou ao fim no cotidiano do Setor. Decerto, a relação da polícia com ele se transformou: em meu último dia de campo derrubei um copo de café sobre vários inquéritos que ficavam sobre a mesa onde eu costumava analisá-los. Aqueles cujas capas ostentavam a marca d’água “DIGITAL” não foram motivo de preocupação. Por sorte, os encapes de plástico protegeram os insubstituíveis. As pastas dos inquéritos digitais poderiam ser facilmente substituídas, pois além de não circularem elas mesmas por outras instâncias, seus documentos eram cópias do que se comunicava no sistema, sendo

assim, um modo de ter acesso facilitado ao trabalho feito. A obra da investigação policial na era da digitalização do trabalho.

De todo modo, as pastas-inquéritos continuaram sobre aquelas mesas, carregando consigo histórias de crimes e de atuações de funcionários públicos, conforme tratarei a seguir.

Dentro da pasta-inquérito: o trabalho registrado em papel

Se os inquéritos carregavam em suas pastas as histórias dos crimes ao constituir materialmente suas “investigações”, assim o faziam porque as histórias que chegavam no Setor, por sua vez, permitiam seus desdobramentos. Desdobrar os casos e suas histórias dependia por outro lado do trabalho da escrivã do Setor, que transformava cada nova atitude ligada à investigação, ao mesmo tempo, em uma folha de papel impressa e um fato da investigação. Nesse contexto, tratava-se de registrar, no sistema e nas pastas, intimações, ofícios, e-mails enviados e recebidos, cópias de documentos de identificação – com foto –, termos e mais termos. Eram essas folhas de papel, com seus cabeçalhos e assinaturas, que avolumavam as pastas e os próprios percursos da investigação, depois de “Juntadas”.

“Juntar” era, exatamente, o nome que se dava para a atividade de colocar os documentos comprobatórios do desempenho das funções investigativas e das provas dos crimes dentro dos inquéritos⁴⁴. Assim feito, passavam a constar na história da investigação do crime – ou nos “autos”, como se dizia e se escrevia na Divisão. No caso dos inquéritos eletrônicos, esse procedimento era feito digitalmente quando Roberta subia os arquivos das oitivas e preenchia os dados de identificação diretamente no formulário do sistema. Isso não significava que as pastas com a impressão do inquérito eletrônico eram apenas aspectos decorativos. Pelo contrário,

⁴⁴ Nos tempos em que os inquéritos não eram digitais, as pastas às quais tanto me refiro contavam com um articulador fundamental para encadeá-las: os carimbos. Analisar os inquéritos foi também uma experiência de começar a olhar para os versos das páginas que os compunham – e lá, então, eles estavam. Registravam, inclusive, a ausência de qualquer informação quando estampavam “EM BRANCO”. O mais comum deles era o “JUNTADA”, pois registrava e anunciava o documento seguinte: Aos -[dia]- dias do mês de -[número do mês]- do ano de -[ano]-, faço juntada aos presentes autos dos documentos que seguem, fls -[título de documento]- conforme adiante se vê. Do que, para constar, lavro esse termo. Eu - [nome da escrivã]- escrivã de polícia o subscrevi”. Dessa forma, todos as páginas inseridas eram antes anunciadas por esse pequeno instrumento. Se nos tempos dos inquéritos digitais tornaram-se autenticações digitais, os registros dos inquéritos antigos não os deixavam despercebidos. Sempre presentes, pareciam-me indispensáveis para promover a coerência dos dados da investigação, ao identificar a próxima página do inquérito.

eram alimentadas com a mesma frequência daquelas referentes aos inquéritos não-digitais e ambas ajudavam a organizar o trabalho de acompanhar e efetivar o andamento de cada uma das investigações.

De todo modo, ainda que “Juntar” dissesse respeito a duas modalidades diferentes de documentação, ambas se referiam ao movimento de colocar algum documento para dentro – do inquérito, da pasta, do sistema. E a semelhança não se esgotava nessa função. Na prática, as pastas de todos os inquéritos auxiliavam na organização desse trabalho: suas capas serviam de suporte para papéis adesivos colados pela própria escritã para lembrar da próxima atividade a ser realizada na investigação.

Se algum deles estava fixado, isso implicava trabalho a ser feito: “oficiar uber”, “printar imagem”, “ouvir Rosa”, “ver com a doutora”, “aguardo retorno CP MG”, “pedir mais prazo”, “juntar termo”, “despachar ofício”, “aguardo retorno da escola”, enfim. Os adesivos serviam de “memória visual” (LATOUR, 2019, p.108) para a escritã otimizar sua rotina de trabalho e acessar visual e semanticamente o estado da investigação. Na etnografia de Latour sobre o Conselho de Estado da França, a ideia de uma “memória visual” apareceu vinculada às prateleiras que organizavam os dossiês e sinalizavam aqueles que poderiam ser levados aos gabinetes de seus relatores. No caso do Setor, se os adesivos são técnicas que permitem a visualização da próxima atividade a ser realizada, ao mesmo tempo, na investigação e nos inquéritos, também sinalizam e lembram uma passagem que deve ser feita dos fatos no mundo para a pasta do inquérito. Assim, muito das atribuições envolvia colar os pequenos papéis retangulares nas capas dos inquéritos e se desfazer deles, não sem antes elaborar novos documentos e colocá-los dentro da pasta e/ou do sistema.

“Olha o tanto de coisas que eu tenho pra mexer hoje”, dizia-me Roberta frequentemente, ao bater as mãos sobre uma pilha de inquéritos. A referência era, justamente, à produção dos documentos e sua inserção nos “autos”. Enquanto ainda estavam fora, clipados nas capas, aguardando sua vez de entrarem, poderiam ser descartados e substituídos; depois que entravam, muito dificilmente eram modificados. Os papéis que entravam atendiam a um formato e a uma lógica, e assim compunham a coerência e o encadeamento que conformavam uma verdade do inquérito. Para explorar esses aspectos, tratarei mais detidamente do inquérito de Ângela, um dos casos que pude acompanhar, noticiado pelo MPPR; e o contrastarei

seletivamente com o caso de Gilberto, noticiado por um Boletim de Ocorrência, para evidenciar algumas diferenças de procedimentos que compunham e sustentavam a procura pela intenção.

4.1.2 O inquérito de Ângela

Começo de setembro de 2019. Eu me preparava para encaminhar o fim do meu trabalho de campo. Era o dia 3, uma terça-feira e o segundo dia daquela semana em que eu mais uma vez cruzava a porta da DHPP, aquela a ser empurrada na entrada e na saída. Passava pelo plantão, perguntava por Roberta, mesmo entre vendo sua presença pela luz acesa de sua sala – o Setor, afinal, ficava bem atrás do plantão.

Nesse dia, cheguei e vi que havia inúmeras pastas de requisição de investigação vindas do MPPR. Uma delas era a do caso de Ângela, que depois de alguns dias teve sua capa de papel reciclado trocada por uma bem branquinha, com uma fita larga vermelha no canto esquerdo. Uma marca d'água no centro da capa, impressa na diagonal, indicava os novos tempos: DIGITAL. Sobre a marca, quatro campos principais em quadros abaixo do seu título (INQUÉRITO POLICIAL): natureza da infração (a tipificação do caso), investigado (campo em geral escrito “a apurar”, porque os casos do Setor eram de autoria desconhecida), vítima (campo em geral preenchido por um nome e sobrenome ou por “Estado”) e autuação (que dizia o seguinte: “Ao(s) [data], nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sala do (s) cartório do (a) Delegacia de Proteção à Pessoa, localizado (a) na Rua Desembargador Ermelino de Leão – 513, São Francisco⁴⁵, autua o Inquérito Policial. Eu, [...], Escrivão (ã) de polícia que digitei e subscrevi”). No cabeçalho, a indicação do quadro institucional hierarquizado:

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária
Departamento da Polícia Civil
Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa
Delegacia de Proteção à Pessoa

⁴⁵ Conforme descrevi no Capítulo 1, havia uma diferença entre o endereço institucional, que aparecia nos documentos do inquérito e o físico.

Nos inquéritos mais antigos, em geral, havia abaixo um carimbo escrito “SETOR DE VULNERÁVEIS”. Esse carimbo deixou de existir também depois dos inquéritos terem se tornado eletrônicos, mas que embora informatizados, continuaram a ser impressos, como indiquei anteriormente. Era por esse motivo, inclusive, que eu conseguia ter acesso às investigações mesmo depois do “fim” dos inquéritos físicos. Foi por esse motivo que pude, uma semana depois daquele 3 de setembro, entrar no Setor, cumprimentar Roberta, sentar-me na mesa ao seu lado, abrir o inquérito de Ângela e me deparar com a história de sua investigação – a começar por sua “Portaria”.

A lógica do inquérito

A coerência de informações produzidas pelo inquérito ancorava-se em um encadeamento entre os documentos que o compunham. Não apenas as informações deveriam ser encontradas, como as próprias “diligências” requisitadas apareciam seguidas dos respectivos registros de seu cumprimento. Procurar pela intenção envolvia procedimentos que transformavam elementos exteriores do universo dos inquéritos noticiados por B.O. e Notícia de Fato em casos, assuntos e, mais especificamente, em papéis de polícia.

Para tratar desse transporte, analisarei o inquérito do caso que mencionei no capítulo anterior, de uma vítima de homofobia em um serviço de transporte privado urbano, a quem tenho chamado de Ângela. O caso chegou ao Setor por uma notícia de fato e permaneceu nele porque além de ter a autoria desconhecida, aconteceu depois da decisão do STF de criminalizar a homofobia, conforme tratei no Capítulo 1. Além disso, abordarei alguns aspectos de outro caso, o de Gilberto, para mostrar a diferença de registro entre as investigações requisitadas pelo MPPR e as instauradas a partir de um Boletim de Ocorrência. Procedimentos fundamentais para que a procura pela intenção e a constituição ou não do crime fossem efetivadas.

Quando abria as pastas dos inquéritos, deparava-me de pronto com o documento responsável por instaurá-los, a “PORTARIA” – com seu título centralizado, em letras maiúsculas. Em geral, era a folha 2 do inquérito (a primeira era a capa, embora não fosse numerada), numeração que permitia fazer referência constante a ela ao longo do inquérito. Era quase sempre um documento de uma página, com os símbolos da PCPR à direita e o brasão do governo do estado do Paraná à esquerda. A do inquérito relativo ao caso de Ângela dizia o seguinte:

Tendo chegado ao meu conhecimento, através da notícia de fato nº MPPR-[...], relatando fato descrito como discriminação sexual por parte do motorista do aplicativo [nome comercial de um aplicativo de transporte privado urbano] de nome Rafael. Assim sendo, para a completa elucidação do fato, em tese, tipificado no art. 20 da lei 7.716/89, instauro os presentes autos (...).

Como de praxe, descrevia resumidamente as informações do caso, o modo pelo qual o “fato” chegou ao “conhecimento” da Delegada – quem assinava tais documentos – e a lei responsável por tipificar como crime as práticas investigadas, que assim o eram porque puderam ser associadas a um artigo específico dessa legislação. A “Portaria” seguia um padrão, presente nos outros inquéritos, que remetia a um modelo pronto completado segundo as especificidades de cada caso. Uma das consequências disso era o texto truncado, por exemplo, ao chamar Roberta de Sr. Escrivão (ã), conforme descreverei abaixo

A outra “Portaria” é a referente ao caso de Gilberto, um homem autodeclarado pardo, por volta de seus trinta anos que um tanto sem jeito chegara ao Setor acompanhado por seu advogado para fazer um B.O. - o que marca a diferença que gostaria de destacar em relação ao caso de Ângela, que foi noticiado por uma requisição do MPPR. Também elaborada com base no art. 20 da Lei 7716/1989, contava que havia chegado ao conhecimento da Delegada um “Boletim de Ocorrência verificado nº [...] relatando que Gilberto teria sido vítima de RACISMO (em tese), assim como todo o povo nordestino, dando conta que no dia [inverno de 2019], a vítima foi ofendida em razão de sua procedência nacional, pela pessoa de Luiz”.

As “Portarias” seguiam em geral com determinações da Delegada ao “senhor Escrivão de Polícia” – no caso, Roberta. A “Portaria” determinava ao caso de Ângela as providências a seguir, listadas verticalmente:

Registre-se o Boletim de Ocorrência;
 Junte-se o caderno requisitório aos autos;
 Intime-se as vítimas para que prestem esclarecimentos dos atos;
 Oficie-se o Ministério Público da instauração deste Inquérito Policial;

Oficie-se a empresa [de transporte urbano privada] com o intuito de localizar o motorista de nome Rafael.

No caso de Gilberto, as determinações eram a de juntar seu respectivo B.O., intimar a vítima “para que apresente cópia dos áudios contendo as ofensas, bem como esclareça as circunstâncias [em] que as ofensas se deram”, intimar, qualificar e interrogar o “autor dos fatos” e encaminhar os “áudios fornecidos pela vítima para gravação junto ao setor de inteligência desta [divisão]”. Em comparação com a “Portaria” do caso de Ângela, o de Gilberto prescindia do registro do B.O., porque já havia sido feito quando comunicou o crime ao Setor. Consequentemente, como não se tratava de uma requisição feita pelo MPPR, não possuía “caderno requisitório” a ser juntado. Oficiar o MP da instauração também era uma exigência das notícias de fatos, o que justifica sua ausência do caso de Gilberto noticiado por um Boletim de Ocorrência.

De todo modo, para encerrar as “Portarias”, a última determinação: “voltem-me os presentes autos devidamente conclusos para ulteriores deliberações”. Os inquéritos seguiam com o “Termo de compromisso de Escrivão (ã) Ad Hoc”, documento que encarregava Roberta do cargo de escrivã para uma finalidade específica, pois o concurso pelo qual ingressara na corporação era para investigadora de polícia.

As atividades registradas nos inquéritos contavam uma história da investigação desdobrada e efetivada a partir das determinações da “Portaria”. No caso de Ângela, o documento seguia com o B.O., a primeira determinação da portaria, cuja “Descrição Sumária dos Fatos” dizia o seguinte: “Boletim confeccionado para instaurar IP conforme requisição do Ministério Público do PR”. A requisição do MP chegava à delegacia pelas notícias de fato e se apresentavam no inquérito pela exigência da juntada do “caderno requisitório”.

Ele apresentava na íntegra a notícia de fato, o que servia para rastrear a origem da comunicação de conduta criminosa e seus percursos institucionais até sua chegada ao Setor. A “denúncia registrada no Disque Direitos Humanos”, documento do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), trazia o “relato de denunciante vítima de discriminação”. Além da data do ocorrido, a descrição tratava de uma corrida compartilhada contratada por Ângela, que a dividiu com mais duas mulheres – “Thaís e vítima de nome não

informado”. O motorista teria afirmado estar “aliviado com a saída das duas, e que as pessoas dessa raça [grifada a lápis a palavra raça] deveriam saber se comportar perante a sociedade”. O relato prosseguia descrevendo a reação da “vítima restante”, Ângela: “ofendida com a situação, o debateu e expôs a sua orientação também, resultando em uma alteração do comportamento do suspeito, que começou a gritar e afirmar que as atitudes das vítimas eram uma vergonha”. Por fim, a atitude do suspeito de “colocar músicas evangélicas durante a viagem” apareceu como sendo motivada pelo intuito de ofender as vítimas.

A denúncia era endereçada ao MPPR e as páginas seguintes eram desse órgão, sinalizando o seu recebimento e distribuição. Mediando-os, um comunicado do Promotor Coordenador Administrativo para a Secretaria do MPPR mencionando o recebimento dos “autos” e seu registro em “planilha própria dessa secretaria” – da Coordenação Administrativa das Promotorias Criminais de Justiça de Prevenção e Persecução Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Esse documento determinava a atribuição da atual notícia de fato a uma das Promotorias de Justiça de Prevenção e Persecução Criminal (PJPPC) do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. E assim seguiu, com um despacho para uma determinada PJPPC. O “caderno requisitório”, documento no qual as notícias de fato se transformavam quando passavam a compor um inquérito, era encerrado com um “Ofício” de tal Promotoria para o Corregedor Geral da PCPR, em que encaminhava “os autos de Notícia de Fato nº MPPR [...], requisitando a instauração do inquérito policial para a apuração de crime previsto no art. 20 da Lei 7.816/1989 contra Ângela, Thaís e outra vítima. O documento requisitava, ainda, que a corporação informasse o número gerado quando da instauração do inquérito policial.

O destino ao Setor estava próximo. A história que pude observar a partir daquelas páginas se passava agora na Corregedoria e fazia referência ao ofício enviado pela PJPPC. Tratava-se de um “Despacho” com duas ordens: a primeira delas pedia o encaminhamento à “Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa para providência de Polícia Judicial”, a segunda previa a possibilidade de negar a determinação – “Caso a Autoridade Policial entenda que não lhe cabe, deverá fundamentar sua decisão e encaminhar ao protocolado”. A página seguinte era um ofício da Delegada responsável pela Divisão ao promotor que assinara o ofício destinado à Corregedoria: “tem o presente a finalidade de informar que foi

instaurado inquérito policial nº [...], conforme solicitado na notícia de fato Nº MPPR- [...] e no ofício [...] /2019 da [número cardinal] PJC”. O caso chegara ao Setor acompanhado por duas referências que o encadeavam à antiga notícia de fato – o número da própria notícia e o do ofício enviado pelo MPPR à Corregedoria.

A notícia de fato percorreu as instituições e as instituições percorreram a notícia – e isso tudo agora estavam dentro do inquérito, nomeado como caderno requisitório, conforme exigência da “Portaria”.

Conforme o terceiro requisito do documento que instaurou o inquérito (“Intime-se as vítimas para que prestem esclarecimentos dos atos”), a história naquelas páginas seguia com a intimação de Ângela e com seu “Termo de Declaração (Por Videoconferência)” – documento comum a vítimas, autores e testemunhas que registrava suas oitivas –, em que ela se responsabilizava por suas afirmações e era identificada com alguns documentos pessoais. Depois disso, havia um ofício solicitando à empresa de transporte em questão os dados cadastrais do motorista Rafael, em cumprimento à última diligência da “Portaria”. Para precisar sua identificação, o documento mencionava o nome, RG e CPF de Ângela, bem como o dia e o horário aproximado de sua corrida. Seguia anexada ao ofício uma foto do motorista fornecida pela vítima no dia de sua “Oitiva”, conforme constava no próprio registro. Depois disso, o motorista foi localizado, ouvido e decidiu-se não indiciá-lo – decisão da qual tratarei no último tópico do capítulo. No inquérito, constaram o registro de sua identificação, intimação e do seu “Auto de Interrogatório, Qualificação e Vida Pgressa”

Voltando às diferenças com o inquérito de Gilberto, a “Portaria” deste acionou outros setores e se desdobrou em outros registros, ambos presentes em sua pasta. Por se tratar de um crime noticiado por um B.O., esse documento contava com uma “Descrição Sumária dos Fatos” detalhada, em que os comentários xenofóbicos ouvidos por Gilberto por meio de um aplicativo de mensagens instantâneas foram descritos a partir da reprodução do áudio no momento de registro do B.O. Nesse caso, havia elementos para provar a existência do crime, além das oitivas. Gilberto apresentou os áudios gravados em um disco, consequentemente, sua “Portaria” determinou o encaminhamento deles para o Setor de Inteligência da DHPP. A resposta a essa determinação apareceu em seu inquérito como um “Relatório de Gravação”: “Conforme solicitação do Setor de Vulneráveis desta especializada, segue degravação de 04 áudios entregues ao

Setor de Inteligência a meus cuidados”. O relatório seguia com os áudios enumerados, o tempo de sua duração e a descrição na qual foram transformados. Para terminar, havia no documento a reafirmação da originalidade da descrição – “Aqui reforçamos que a presente denúncia é transcrita em sua forma original” – e a sinalização do arquivamento do áudio em seu formato “original”⁴⁶.

Gostaria de destacar que meu interesse etnográfico nos inquéritos de Ângela e Gilberto é enfatizar o registro da passagem que transformou dois episódios lamentáveis em crimes investigados sob a tipificação da Lei 7.716. Para que tais inquéritos pudessem existir como tais uma série de ações investigativas foi registrada e encadeada para que fosse possível identificar o investigado e comprovar a materialidade do crime⁴⁷ e, assim, existir como um caso de polícia. As “Portarias” foram fundamentais nesse sentido.

No caso em destaque aqui, o de Ângela, a “Portaria” permitiu que uma notícia de fato passasse a se chamar “caderno requisitório” e, assim, compor o inquérito; permitiu também elaborar e registrar um boletim de ocorrência, registrar a oitiva de Ângela, transformar dados de uma em prestador de serviços de uma empresa em uma intimação. Desse modo, permitiu compor uma história do trabalho policial encadeado pelo documento que instaurou o inquérito e transformar uma história de preconceito e discriminação na prestação de um serviço em assunto de polícia. Como no caso de Ângela não havia outras provas que não as oitivas dela e de Rafael⁴⁸, o caso de Gilberto ajuda a visualizar uma outra passagem para o inquérito: a de provas gravadas. Gilberto chegou ao Setor com um disco em que estavam gravadas as ofensas direcionadas a ele e isso foi formatado (descrito pelo investigador responsável pelo Setor de Inteligência) em uma página que passou a fazer parte de seu inquérito.

Assim, para o caso de Ângela ter se tornado um caso investigado pela Polícia Civil Paranaense, o inquérito teve que registrar: i) a identificação de vítima e autoria, ii) o cumprimento de uma requisição do MPPR e iii) os esforços para investigar a materialidade do crime, isto é, as oitivas. Entendo o registro como uma

⁴⁶ Não acompanhei o caso de Gilberto até o fim. Mas Roberta apostava que levaria ao indiciamento do investigado, pois as gravações de mensagem de áudio enviadas para Gilberto, em que ofensas racistas de baixíssimo calão eram dirigidas a ele, tornavam a intenção específica de discriminar contundente.

⁴⁷ Isso era “concluído” pelo último documento do inquérito, o “Relatório”, quando se referia numericamente às folhas de cada página do inquérito, por exemplo.

⁴⁸ As outras passageiras não foram localizadas.

atividade que, na verdade, ajuda a produzir uma realidade específica de vítimas, autores e provas: a realidade do inquérito policial, que opera a passagem de experiências de discriminação para um formato inquisitorial. Isso feito a partir das práticas investigativas das pessoas envolvidas na sua elaboração e passíveis de serem responsabilizadas por essas ações.

Conforme é possível notar nos documentos que descrevi, muitos são escritos em primeira pessoa. Isso me chamou a atenção para uma constante identificação também dos agentes envolvidos no trabalho investigativo para sustentar a existência do inquérito que consolidava a investigação e a procura pela intenção. Seguirei com o caso de Ângela para descrever aspectos dos inquéritos que identificam os próprios funcionários públicos ligados à investigação e, para contrastar, enfatizarei mais uma vez a identificação de Rafael.

Identificando e sendo identificado

Um dos principais objetivos da constituição da investigação é a identificação da autoria do crime. A história contada na pasta-inquérito de Ângela dizia respeito ao empenho em localizar o motorista que a teria discriminado, ou seja, de registrar no formato do inquérito sua identificação. Isso aparecia já na “Portaria” de seu caso: “Oficie-se a empresa [de transporte urbano privada] com o intuito de localizar o motorista de nome Rafael”. Além do primeiro nome do motorista, o “Ofício” encaminhado à empresa mencionava também o nome da passageira, seus documentos pessoais de identificação, a modalidade do serviço contratado e a data e o horário aproximado da viagem. Assinado pela Delegada e endereçado ao Diretor da filial da empresa em Curitiba, carregava consigo a própria investigação: “Informo que tais solicitações são necessárias para instruir o Inquérito Policial Nº [...]”. Identificar o possível culpado dependia da identificação da própria investigação – e lá estavam os números responsáveis por singularizar o caso de Ângela, bem como as informações para facilitar a localização do motorista.

A resposta ao documento encadeava-se no inquérito mencionando o número do “Ofício” que a antecedia de maneira ao mesmo tempo lógica, cronológica e material. Trazia para o corpo da investigação os “dados cadastrais” registrados pela empresa em questão da parte indicada como sendo autora: nome, endereço e telefone. O que se tratava de informações imprescindíveis para a prestação de serviço na empresa de transporte transformou-se, dentro daquela pasta, em

informação privilegiada da investigação – agora, pois, seria possível registrar sua intimação. Foi o que se passou.

O inquérito seguiu com a cópia da “Intimação” de Rafael para o comparecimento ao Setor de Vulneráveis, em determinada dia, hora e endereço para “prestar esclarecimentos”. O “Auto de Interrogatório, Qualificação e Vida Pregressa” registrava o comparecimento do “indiciado” no dia marcado para a gravação, na presença da escrivã e da Delegada “na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no cartório de Vulneráveis da DHPP, localizado na Rua Sete de Setembro, 2077”. Ademais, precisava a identificação de Rafael, pois registrava sua “qualificação”, ao fazer constar algumas informações pessoais físicas, de identidade e da relação com a justiça criminal (se já fora indiciado, processado e se no momento estava preso).

“Portaria”, “Ofício” e sua resposta, “Intimação” e “Auto de Interrogatório, Qualificação e Vida Pregressa” davam conta de identificar Rafael para as finalidades do “Inquérito”. Pois, se a “Portaria” desencadeia uma tarefa a ser cumprida, o “Ofício” se converteu no primeiro procedimento dessa ordem ao pedir os dados cadastrais de Felipe e, em seguida, os transforma em informação de polícia. Essa conversão se fez não apenas porque a resposta passou a fazer parte do “Inquérito”, mas também porque a informação foi aproveitada para a elaboração e registro de uma “Intimação”, cuja principal finalidade era que Rafael comparecesse e que ficasse registrado que ele foi intimado – e talvez o registro seja até mais importante que o comparecimento, porque é ele que assegura que o inquérito foi bem conduzido, respeitando as determinações legais. Feito isso, sua “qualificação” e sua identificação puderam ser formatadas no modelo do inquérito e assim concluídas enquanto assunto de polícia.

As páginas do inquérito que sustentavam a procura pela intenção não apareciam do nada, evidentemente. Conforme mencionei ao longo da dissertação, dependiam do trabalho constante de organizar papéis, ouvir pessoas e alimentar um sistema eletrônico. Em especial, dependiam do trabalho da Delegada e de sua escrivã, um trabalho devidamente identificado e assinado. A “Portaria” do caso de Ângela – e de todos os outros que pude acompanhar – não era diferente. Além de conter a assinatura, o nome e o cargo da Delegada, era redigida em primeira pessoa do singular. A seguir um trecho que citei anteriormente, agora enfatizando outros aspectos:

Tendo chegado ao *meu* conhecimento, através da notícia de fato nº MPPR-[...], relatando fato descrito como discriminação sexual [...]. Assim sendo, para a completa elucidação do fato [...], *instauro* os presentes autos, e após, devidamente R. e A. [Registrada e Autuada] esta, *determino* ao senhor Escrivão de Polícia, de *meu* cargo, que tome as providências a seguir: [...] (grifos meus).

Meu conhecimento, eu instauro, eu determino. Em um primeiro momento, o texto escrito em primeira pessoa chamou minha atenção, porque eu não esperava encontrar elementos que remetessem à pessoalidade na formalidade da administração pública. E, de fato, não se tratava disso. O texto era em primeira pessoa, mas assinado por alguém em determinada posição da hierarquia da Polícia Civil – as “Portarias” são encerradas, afinal, pela assinatura, nome e cargo da Delegada. Mais do que isso, elas só puderam se tornar um documento válido, que pôde produzir efeitos, porque feitas segundo determinado formato, e assinadas por uma determinada pessoa em um determinado cargo.

Os “Relatórios”, as últimas peças dos “Inquéritos”, forneciam mais uma pista: “A Polícia Civil do Estado do Paraná, *representada* neste ato pela Delegada de Polícia [...]” (grifos meus). A “representação” da Delegada era promovida pelo “uso de suas atribuições legais e regulamentares”, ou seja, ao registrar atos e ordens em primeira pessoa, assim o fazia em seu nome, em nome de seu cargo e da PCPR, porque as “atribuições legais” constituíam essa atuação. Eram “suas atribuições legais” que lhe permitiam falar em primeira pessoa e em nome da Polícia ao mesmo tempo. Por outro lado, a identificação também assegurava que ela agisse no limite das suas atribuições legais e funcionais.

Mas, essa não era a única maneira de identificar os funcionários responsáveis pelo inquérito. O “Termo de Compromisso de Escrivão (ã) Ad Hoc”, presente no caso de Ângela e em todos os outros investigados no Setor, também contava uma história de identificação pessoal-institucional. Assinado por Roberta e pela Delegada, dizia o seguinte:

Aos [dia e horário], nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, onde presente se achava o (a) senhor (a) Doutor (a) [nome da Delegada],

R.G. [...], Delegado(a) de polícia, por ele foi dito que, na ausência de Escrivão (ã) de Polícia de seu cargo, *me havia* nomeado Escrivão (ã) “ad hoc” para servir nestes autos. E, como *aceitei* o encargo, pela referida autoridade, nos termos do artigo 305 do CPP, o compromisso legal de bem e fielmente desempenhá-lo [...]. *Eu* [nome completo de Roberta], Escrivão (ã) ad hoc que o digitei e subscrevi (grifos meus).

Escrivã em uma circunstância específica, eis o significado da expressão “ad hoc”. Roberta o era constantemente e a cada novo “Inquérito” instaurado essa história de atribuição e responsabilidade era renovada. A identificação, nesse caso, fazia a articulação entre atribuições legais do cargo – o “compromisso legal”, o emprego da primeira pessoa do singular, seu nome e o próprio cargo dentro da corporação. Mais uma vez, tratava-se da atualização de uma existência pessoal e institucional promovida pela identificação de uma pessoa, Roberta, e um cargo dentro da hierarquia da PCPR, o de “Escrivão (ã)”. Bem como, a “nomeação” justificava a atuação daquela escrevã nas providências determinadas pela Delegada na “Portaria”. Em síntese, só era possível assinar e escrever em primeira pessoa, porque assim era feito na qualidade de ocupante de um cargo determinado, devido a uma nomeação e amparado por um “compromisso legal”. Um compromisso legal que, entretanto, não o era das atribuições próprias do cargo de concurso Roberta – de investigadora –, ela só podia atuar em circunstâncias específicas, por isso era preciso refazer a delegação de função a cada vez como se fosse a primeira. E o modo como era constantemente refeita também interessa, porque apesar de a nomeação ter sido supostamente feita pela palavra (“por ele foi *dito*”) foi preciso o registro escrito para que ela tivesse pleno efeito.

Atualizar a existência pessoal-institucional das pessoas envolvidas na elaboração do inquérito e sua validade legal não era o único efeito da produção de suas respectivas identificações. Identificar era também uma maneira de garantir a possibilidade de responsabilização. Digo isso a partir de uma pista que encontrei em uma nota de rodapé do “Despacho” da Corregedoria Geral da Polícia Civil para a DHPP no caso de Ângela, presente também nos outros casos que chegavam por Notícia de Fato ao Setor. Dizia o seguinte: “Artigo 213, inciso XXX: negligenciar parte, queixa, representação ou procedimentos administrativos ou criminais.

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias”⁴⁹. A pena era, justamente, relativa à responsabilidade administrativa, ou o que se entende pela falta dela.

Sendo possível identificar o autor de algum ato administrativo no serviço público, seria possível, também, atribuir alguma responsabilidade, especialmente em momentos nos quais pesasse algum apontamento de infração legal ou regimental.

O que descrevi a respeito da identificação da escrivã, da Delegada e de um possível culpado no “Inquérito” de Ângela aponta para dois propósitos. O primeiro ligado a averiguar a existência de um crime e identificar seu possível autor, para que seja possível a abertura de processo penal. O segundo ligado à identificação de ocupante de um cargo no serviço público no que diz respeito a suas atribuições legais – por um lado, para endossar Delegada e Escrivã em seus atos investigativos e, por outro, para manter atualizada a possibilidade de responsabilizá-las. Desse modo, o “Inquérito” de Ângela, e de tantos outros casos, prosseguia porque produzia a identificação não apenas de um possível indiciado, mas também de quem era responsável por sua elaboração.

4.2 A EXISTÊNCIA DO “DOLO”

“Ver com a doutora”. Esse era um recado bastante comum deixado por Roberta para ela mesma nas capas dos Inquéritos em curso no Setor. O papelzinho retangular colorido colado naquelas pastas lembrava a escrivã de encaminhar o encerramento das investigações para a produção do “Relatório”, a última peça do “Inquérito Policial”. “Ver com a doutora” era uma maneira de não deixar Roberta esquecer de consultar a Delegada a respeito da confirmação ou não da existência da materialidade do crime, ou seja, se a conduta noticiada à polícia era motivada por uma intenção discriminatória. Conforme Roberta me explicou, o encerramento das investigações dependia de uma decisão a respeito da existência ou não do “dolo específico”. Isto é, a “comprovação” de que houve uma motivação específica de discriminar por parte de quem estivesse sendo investigado, pois essa era a condição para o enquadramento penal da maioria dos crimes investigados no Setor, os crimes de racismo e contra a honra⁵⁰.

⁴⁹ Lei Complementar nº 14, de 26/05/1982 (Estatuto Civil do Paraná).

⁵⁰ Ver Capítulo 1.

Sendo assim, a elaboração do “Relatório” dependia da localização, identificação, qualificação e oitivas de vítimas, autores e testemunhas para que fosse possível encerrar a procura pela intenção. O recado indicava a última atividade do trabalho policial a ser feita, pois todas as outras determinações da “Portaria” haviam sido cumpridas. Tal atividade, por sua vez, estava vinculada à decisão da “doutora” a respeito de “indiciar” ou não a pessoa investigada. Era isso o que precisava ser “visto com a doutora”, pois o modo como ela interpretava a intenção era decisivo e fundamental para o “indiciamento” promovido ou não pelos “Relatórios”. Não apenas o modo como ela interpretava, para ser mais exato, pois Roberta também era ouvida e consultada a respeito da existência do dolo.

Desse modo, a escrivã participava das tomadas de decisões das quais dependia para prosseguir com seu trabalho, ou, conforme ela me dizia, “ajudava” a Delegada em suas atribuições. A “ajuda” dentro da corporação estava implicada nas condições de trabalho na Polícia Civil. “Está todo mundo super sobrecarregado”, conforme me dizia Roberta, pois havia muito trabalho para poucos servidores e, por isso, investigadoras/es, escrivãs/ãos e Delegadas/os viviam correndo com suas atribuições. Esse era o motivo pelo qual era preciso ajudar e ser ajudado pelos colegas de profissão, tanto os do mesmo nível hierárquico, quanto aqueles de níveis superiores – como a própria Delegada. Na prática, isso se mostrava no constante vai e vem de pessoas pelos corredores da DHPP e nas inúmeras atividades desempenhadas por Roberta e seus colegas ao mesmo tempo – atende o telefone, junta documento, lacra prova apreendida, faz cópia de documento, comparece a uma reunião, representa a Delegada em outra, manda prova para perícia, enfim.

A quantidade de trabalho não era a única dificuldade enfrentada no Setor de Vulneráveis. Logo nas primeiras conversas que tive tanto com Roberta, quanto com a Delegada, elas me falaram sobre a dificuldade de “indiciar” os investigados nos crimes noticiados ao Setor. A principal insatisfação estava ligada ao que elas descreviam como a dificuldade de “comprovar o dolo”. Tratava-se da “velha dificuldade da prova”, conforme desabafou a Delegada depois da oitiva de um caso de intolerância religiosa.

Diferentes contextos policiais de investigação relacionam-se de maneiras também diferentes com a “comprovação” dos crimes que investigam, como mostram trabalhos antropológicos recentes. Iubel (2009), por exemplo, que em parte de seu trabalho acompanhou as atividades da delegacia especializada em investigar crimes

contra crianças e adolescentes em Curitiba (Nucria), destaca a importância da sensibilidade dos agentes para ouvir e considerar a fala das crianças durante a investigação. Na etnografia de Lowenkron (2012), acompanhando o trabalho investigativo de crimes de pedofilia na internet, a autora destaca um esforço policial para distinguir os “verdadeiros crimes” daquelas imagens falsificadoras de uma infantilidade ou adolescência sexualizada. Nas investigações de homicídios analisadas por Medeiros (2016), por sua vez, a autora sublinha a importância de construir uma ou duas “linhas de investigação” – mais do que isso seria considerado demais (p. 141) – com base em depoimentos, suas contradições e/ou evidências materiais (como projéteis), dependendo de cada caso. A ajuda pelo excesso de trabalho era importante, mas não esgota o tema.

Como, em geral, os casos investigados pelo Setor tratavam de comprovar a “intenção” em discriminar de expressões preconceituosas, não havia objetos que ajudassem a “comprovar” a autoria do crime. Nesses termos, a intenção era a prova – e, conseqüentemente, um atributo capaz de qualificar as condutas como criminosas ou não –, se ela estava presente, havia crime. Para fins legais, isso não dependia de como a vítima pudesse ter se sentido, porque, nos termos da escritã, o fundamental para tipificar alguma conduta como crime motivado por preconceito era a “intenção de discriminar”. Uma intenção muito específica de discriminar. Assim, o trabalho investigativo voltado para “comprovar” o “dolo específico” era, em muito, o de materializar o intangível. E isso, quase sempre, não era possível.

A própria dificuldade de identificar a intenção fazia com que as decisões sobre a intenção e o indiciamento fossem compartilhadas. Isso chama a atenção para um caráter “distribuído” desse conhecimento. No sentido empregado por Candea (2010) em sua pesquisa na Córsega, o conhecimento distribuído diz respeito a uma partilha de informações e aprendizados entre observadores de queimadas que aventam formas de controlá-las. Além disso, é sustentado pela premissa de que “ninguém sabe tudo” (p. 80) e que o conhecimento não é um amontoado de elementos nas mentes das pessoas, mas uma propriedade da interação entre as pessoas envolvidas, seus conhecimentos e os artefatos em discussão. Esse entendimento é útil para ajudar na descrição das atividades do Setor: em boa parte das vezes, a Delegada e a escritã, a partir de doutrinadores por elas reconhecidos e da legislação pertinente aos casos, ponderavam juntas a decisão, mesmo que a palavra e a assinatura final fossem da “doutora”. A etnografia

de Lewandowski (2014) sugere algo parecido ao descrever o trabalho dos analistas dos gabinetes dos ministros do STF na composição dos processos e a necessidade da assinatura dos ministros para que as decisões se consolidem – afinal, “[n]ão existe decisão em um processo até que o ministro assine o documento” (p.104).

Voltando às atividades do Setor, não acompanhei um caso sequer que tenha terminado com autoras ou autores indiciados durante meu trabalho de campo. Por isso, tratarei neste tópico de quatro casos em que o crime não foi configurado, pois o “dolo específico” não foi “comprovado”.

Primeiramente, tratarei do caso de Ricardo, não tipificado, porque a parte autora alegou desconhecer sua deficiência física e sexualidade – se não dá para ver, como é possível discriminar? Em seguida, voltarei ao caso de Ângela, não tipificado, porque a motivação da reclamação do motorista não era sobre sua sexualidade, mas de outra ordem – encontrando a pureza da intenção. Voltarei também ao caso da prof^a. Isabel, não tipificado, porque a Delegada não viu intenção da professora em menosprezar alunas e alunos negros, apesar de Roberta discordar – a existência do dolo não é sempre consensual. E para encerrar, a partir do último documento do “Inquérito”, o “Relatório”, apresentarei o caso de João, que noticiou discriminação motivada por sua idade em um terminal de ônibus em Curitiba.

4.2.1 Se não dá pra ver, como é possível discriminar?

1 de outubro de 2019. Estava em uma das minhas últimas semanas de trabalho de campo. Cheguei mais uma vez à DHPP e, como de praxe, perguntei por Roberta no plantão. Fui avisado por um dos investigadores que ela estava em sua sala e, então, ele autorizou minha entrada, pois muitos deles já me conheciam. Bati, abri a porta e pedi licença para entrar. Na sala estavam Roberta, a Delegada e em seguida chegou um homem, por volta de seus 60 anos, com cabelo grisalho e estatura mais ou menos parecida com a minha, em torno de um metro e setenta. Antes de ele chegar, deixei minhas coisas sobre a mesa onde eu costumava ficar e fui imediatamente à sala ao lado para pegar uma cadeira.

Aquele senhor, Francisco, seria ouvido como parte autora no caso de Ricardo. O caso chegara ao Setor por uma “Notícia de Fato” do MPPR encaminhada para essa última instituição pelo Disque Direitos Humanos do Governo Federal, o Disque 100. Constava na denúncia feita que Ricardo estaria sendo discriminado pelo

síndico do prédio onde morava, por ser “homossexual e pessoa com deficiência física”. Como sempre acontecia, a Delegada começou a oitiva se apresentando e apresentando Roberta. Para confirmar os dados de identificação fornecidos pela denúncia, a Delegada perguntou para Francisco se ele era o síndico do prédio citado na “Notícia de Fato” e se ele conhecia Ricardo. Após as informações terem sido confirmadas, a oitiva prosseguiu com a Delegada lendo a denúncia, que dizia também que o síndico teria impedido um “amigo homossexual de Ricardo de entrar no prédio com sua bicicleta”. Com a palavra, Francisco um tanto surpreso afirmou ter pedido para a visita de Ricardo e ele mesmo terem cuidado ao entrar com suas bicicletas pela porta do prédio e que, como síndico, não teria o direito de impedir ninguém de entrar no prédio.

Conforme tenho procurado demonstrar, as oitivas eram marcadas pela tentativa de confirmar ou desmentir as histórias contadas nas denúncias. Sendo assim, para confirmar mais uma vez, a Delegada perguntou ao síndico se recordava de ter “impedido algum homossexual de entrar no prédio?”. Ele disse que não se lembrava e a pergunta seguinte foi a respeito de sua intenção, ou seja, se era para preservar o patrimônio do prédio, a porta. Chegando ao fim e tentando mais uma vez confirmar qual seria a intenção de Francisco em chamar a atenção de Ricardo e seu amigo, a Delegada perguntou se Francisco sabia que o rapaz, o morador do prédio em questão, era homossexual e deficiente físico. Aparentando surpresa, com os olhos arregalados, o síndico negou veementemente e completou dizendo não ter tido conhecimento de “nenhum desses defeitos”.

Um silêncio rápido foi sucedido por uma intervenção de Roberta que entrou na conversa e perguntou se a deficiência física do rapaz era aparente. Outra vez, a resposta foi “não”. Referindo-se tanto à sua deficiência física, quanto à sua sexualidade, afirmou que o rapaz era uma “pessoa normal”. Na tentativa de justificar que desconhecia a orientação sexual de Ricardo, afirmou que homossexuais “sempre têm trejeitos” e o morador do prédio em questão não os tinha. A oitiva foi encerrada como de costume, com Roberta indo ao Plantão para fazer uma cópia do documento de identidade da pessoa ouvida. Em seu retorno, perguntou-me a respeito do caso e, em seguida, chamou minha atenção para o que deveria ser observado: “você percebeu que ele não sabia que o rapaz era homossexual? Como vai discriminar se não sabe que a pessoa é homossexual?”.

A história evocou outro caso, cujo destino também fora a recomendação de seu arquivamento, e uma lição a respeito da relação entre o que é possível ser visto e o preconceito. Traçando um paralelo com a deficiência física de Ricardo, a escrivã me contou a história de um caso de discriminação noticiado ao Setor, em que uma mulher, Angélica, procurou a unidade para registrar um “Boletim de Ocorrência”, pois teria sido discriminada por conta de sua deficiência física. A história se passou em um estacionamento, onde a vítima teria estacionado seu carro em uma vaga reservada para deficientes físicos. Uma segunda pessoa teria se ofendido com a atitude de Angélica, porque supôs que ela não tivesse nenhuma deficiência e estivesse, assim, burlando a reserva legal dessas vagas. Diante disso, o desconhecido teria se referido a Angélica como alguém que tivesse alguma “deficiência mental, problemas na cabeça, no cérebro”, em tom depreciativo. Ela, segundo Roberta, procurou o Setor, porque era diagnosticada com esclerose múltipla e se sentira discriminada por conta disso. Apesar do sentimento de ofensa, o caso não foi para a frente, porque o “dolo específico” não pôde ser configurado. E a escrivã, então, me explicou o motivo: “se a pessoa não disser, ninguém consegue ver, e se não dá pra ver, como é possível discriminar?”.

Ou seja, encontrar uma motivação específica para o preconceito implicava procurar por uma intenção voltada exclusivamente para a discriminação. Encontrar uma intenção que, em um primeiro momento, levasse em conta o reconhecimento do indubitável pertencimento de uma pessoa a um grupo de pessoas mencionado pelo decreto de inauguração do Setor e/ou pela legislação dos crimes de racismo e contra a honra. Por outro lado, se poder ver era condição imprescindível para poder discriminar, não poder alegar o desconhecimento da sexualidade ou da deficiência de alguém não bastava para ter o crime configurado. Tal impossibilidade precisava ser conjugada a uma intenção específica de discriminar, como tenho insistido neste tópico. Encontrar essa intenção era uma atividade que dependia de como escrivã e Delegada, a partir das sentenças anteriormente proferidas sobre tais crimes e da doutrina de determinados juristas, interpretavam e depuravam a motivação das pessoas investigadas por discriminação.

4.2.2 Encontrando a pureza da intenção

Nesta seção, voltarei ao caso de Ângela. As investigações do Setor não conseguiram identificar as “outras vítimas” e, sendo assim, não puderam ser localizadas. O motorista, por sua vez, pôde ser identificado, intimado e, dessa forma, prestou esclarecimentos em relação ao caso nas dependências do Setor. Sua oitiva aconteceu em setembro de 2019 e foi conduzida pelo Delegado responsável por um dos Cartórios acompanhado por Roberta, pois a Delegada da Divisão, quem em geral acompanhava os casos do Setor, estava muito ocupada naquela semana. Como de costume, o objetivo foi comprovar se a parte autora havia mesmo dito o que constava na denúncia do Disque 100 e procurar por uma intenção que fosse específica de discriminação.

Para começar, o Delegado leu a denúncia em que constava o motivo pelo qual Rafael foi intimado, qual seja, o de ter discriminado três mulheres bissexuais ou lésbicas durante um serviço de transporte prestado para elas. Conforme a denúncia, o motorista teria dito para Ângela que ficara aliviado pela saída das outras passageiras, pois pessoas “dessa raça” deveriam saber se “comportar em sociedade” – comentário referente à sexualidade das duas mulheres. Perguntado se teria algo a dizer sobre a denúncia, Rafael afirmou que o texto lido pelo Delegado não estava “em conformidade com a realidade”. Depois de fazer uma conta aproximada do número de “lésbicas e gays” a quem já havia prestado seus serviços e para justificar a improcedência da denúncia, o Delegado o interrompeu e indagou se ele teria algo a dizer sobre o caso de Ângela, em específico.

E ele teve: “o meu problema não é com o público LGBT, o meu problema é com pessoas alcoolizadas. Elas estavam alcoolizadas e elas começaram a se agarrar e uma pediu a outra em casamento. Ninguém deve expor sua intimidade em um carro, não é um lugar adequado (...). Essas meninas estavam alcoolizadas, se agarrando. Quando a outra entrou, aí elas pararam com tudo (...). Quando ela entrou, fiz o comentário infeliz: “graças a Deus que você entrou no carro, porque elas estavam se agarrando, se pedindo em casamento”, aí a moça perdeu o controle, ficou nervosa, me falou que era crime e que eu era obrigado a aguentar aquilo, porque era parte do meu trabalho”. Para confirmar a versão da história, o Delegado a resumiu ao perguntar se, então, fora ele quem se sentira ofendido pelo comportamento alcoolizado das duas mulheres e que não chegara a ofender ninguém. O motorista confirmou sua versão ao responder afirmativamente e repetiu

que não considerava adequado “expor suas intimidades” em um carro. O Delegado, em seguida, entendeu ter sido suficiente e deu a oitiva por encerrada.

Pude acompanhar seu desdobramento e compreender o motivo pelo qual não houve indiciamento. Nesse mesmo dia, depois de um tempo, o Delegado retornou para a sala de Roberta para outra oitiva relativa a outro caso. Depois de encerrada, a escrivã e o Delegado retomaram o caso de Ângela. Eles estavam de acordo quanto à inexistência do “dolo específico”, pois o motivo do comentário do motorista não havia sido a sexualidade das passageiras: “o incômodo não foi por serem lésbicas, mas por estarem fazendo coisas inapropriadas em lugar não apropriado”, explicou o Delegado. Dessa forma, a fala do motorista em relação às passageiras não teria tido a intenção de discriminar “por conta da sexualidade”, mas por comportamentos entendidos como inapropriados por Rafael – embora nenhum dos dois tenha se perguntado se o incômodo seria o mesmo se fosse um casal heterossexual. Sendo assim, o motorista não foi indiciado e o crime não foi configurado enquanto tal, conforme me confirmou Roberta.

A especificidade dos crimes investigados pelo Setor residia na procura da intenção, como disse repetida vezes. No caso de Ângela, “comprovar” essa intenção parecia ser a sustentação da impossibilidade de atribuir qualquer outro tipo de motivação à conduta noticiada como criminosa. Referir-se a uma intenção específica parecia dizer respeito a uma motivação exclusivamente preconceituosa e discriminatória. Ou seja, a procura parecia ser por uma intenção dotada de uma univalência quanto aos motivos do motorista. Se a motivação era relacionada ao senso de apropriação vinculado a determinadas condutas em detrimento de outras, isso não poderia ter sido também vinculado a outras intenções, logo, não possuía o ânimo específico da discriminação. Por isso, o nome desta seção – encontrando a pureza da intenção. Pois, na medida em que se procurava uma motivação exclusiva, o convencimento do Delegado a respeito da existência de uma motivação não discriminatória fez com que outra possibilidade a respeito da motivação de Rafael fosse descartada. Consequentemente, o motorista não foi indiciado e o “dolo específico” não caracterizado.

4.2.3 A existência do dolo não é sempre consensual

Como mencionei, os “Relatórios” encerravam as investigações dos casos e elaborá-los era uma atribuição da Delegada ou do Delegado responsável pelo inquérito em questão, uma atribuição muitas vezes compartilhada com a escrivã. Pude acompanhar muitas situações nas quais não houve divergência de entendimento sobre a existência ou não do “dolo específico”. Contudo, explorarei nesta seção um caso em que o entendimento a respeito da existência do “dolo específico” não foi consensual entre a Delegada e a Escrivã. Trata-se do caso da prof^a. Isabel, cujas oitivas abordei no segundo capítulo. As práticas da professora em sala de aula foram objeto de uma denúncia feita diretamente ao MPPR, atribuindo-lhes caráter discriminatório em relação a pessoas negras e indígenas. A investigação correu durante o mês de setembro de 2019 e, também, não levou ao indiciamento da parte autora – vejamos o motivo.

Diferentemente dos casos anteriores, testemunhas foram fundamentais para o desdobramento das investigações no caso da professora Isabel. Como se tratava da apuração de um caso de discriminação que se passava em uma sala de aula, já havia de partida inúmeras testemunhas em potencial – os estudantes da turma. Depois de a escola ter mandado para o Setor a lista com o nome das alunas e alunos do curso citado pela denúncia, cinco pessoas foram escolhidas, intimadas e ouvidas. Entre elas, um depoimento teve destaque – o de Sílvia, um homem pardo, com pouco mais de 30 anos, aluno da professora Isabel e apontado como alguém próximo a um suspeito citado nominalmente na denúncia por ter feito comentário racista em relação às mulheres negras⁵¹.

A principal contribuição da oitiva de Sílvia foi seu relato sobre o modo especial como a professora Isabel tratava duas alunas – suas “bonequinhas”. A testemunha afirmou que, embora a professora tenha sido hostil em determinados momentos com uma pessoa negra e uma indígena, não viu nessas atitudes uma motivação racista, pois havia outras pessoas negras na turma para quem o tratamento não era ríspido. Contudo, destacou um tratamento superior por parte da professora em relação a duas alunas loiras de olhos azuis, a quem a professora se referia como “minhas bonequinhas”. Roberta perguntou, ainda, como ele declarava sua cor e, depois de ter afirmado ser pardo, a escrivã quis saber se ele se sentira ofendido pelo tratamento “melhor e mais carinhoso” dado a essas duas alunas. Sua

⁵¹ Falei dos detalhes dessa oitiva na seção “b) Em busca de uma lógica do caso: qualificar e ouvir” do tópico “2.2 As oitivas do Setor: histórias de vítimas, autores e testemunhas”.

resposta afirmativa veio acompanhada de uma justificativa: “eu não entendo como elas seriam melhores”. A queixa e a percepção da testemunha estavam ligadas não ao modo pelo qual a professora tratava as pessoas negras e indígenas da turma, mas ao modo privilegiado como se referia e se relacionava às duas mulheres brancas mencionadas por ele.

Roberta gostou muito da versão da história de Sílvio, pois, segundo ela, suas informações foram precisas, sérias e ponderadas. Entretanto, ao falarmos sobre o caso, a escritã me disse que ainda estava em dúvida a respeito da existência ou não do “dolo específico” por parte da professora. A “versão dos fatos” trazida por Sílvio pesava a favor da existência. Diferentemente do que mencionava a denúncia que originou a notícia de fato, o motivo não seria um tratamento que subjugava e perseguia pessoas negras e indígenas, mas sim privilegiar e favorecer as “bonequinhas”. A escritã aproveitou para me explicar a explicação jurídica para tanto: a “discriminação” pode acontecer no enaltecimento de algumas pessoas em relação a outras. Ou seja, não apenas no desprezo explícito e direto a alguns, mas na comparação implícita se exaltar algumas pessoas.

Na mesma semana, perguntei para Roberta qual fora o destino do caso da professora Isabel, se na procura pela intenção, havia mesmo encontrado naquele caso o “dolo específico”. Depois de alguns dias, a escritã consolidou sua opinião em relação à existência da motivação específica em discriminar, por conta da preferência citada por Sílvio e confirmada pela professora. Contudo, ninguém seria indiciado, pois “a Delegada não viu dolo”. No entendimento da Delegada da Divisão a preferência não seria motivada por “ódio” ou “discriminação”, mas por amizade – a professora tratava as alunas com mais carinho porque sentia-se mais próxima delas. Roberta insistiu em sua discordância e me disse que, nesses casos, é possível atribuir não o “dolo direto”, mas o “dolo indireto”⁵². De todo modo, o entendimento que prevaleceu foi o da Delegada, a pessoa na hierarquia da corporação da Polícia Civil responsável por elaborar os “Relatórios”.

Mais uma vez, o que se buscou foi definir uma verdade sobre a univalência da intenção e, por isso, a tarefa da investigação foi concluída. A discordância entre Delegada e escritã sugere que, se o propósito da investigação era determinar a

⁵² Grosso modo, o “dolo direto” diz respeito à intenção com o objetivo de alcançar determinado objetivo, que nesses casos, seria o de discriminar; já o “dolo indireto” diz respeito a assumir o risco, mesmo não objetivando determinado fim.

“verdade” da intenção, essa “verdade” não era independente das interpretações de ambas nem da hierarquia da polícia.

4.2.4 Os Relatórios

Não tive acesso a nenhum “Relatório” dos casos que mencionei ao longo desse trabalho. No caso dos inquéritos anteriores aos digitais, suas últimas peças não haviam sido produzidas e, por outro lado, uma vez elaborados seus “Relatórios”, eles eram despachados para o MPPR da própria sala da Delegada⁵³. No caso dos inquéritos digitais, eram enviados já pelo sistema e, sendo assim, não chegavam a ter seus “Relatórios” impressos. “Por motivos de segurança”, Roberta não me deixava ter acesso aos “Relatórios” dos casos recentes no Setor, sob a justificativa de que a Delegada não permitia. Além disso, alegava não ter ela mesma acesso a alguns deles. Depois de alguma insistência e meu repetido compromisso com o sigilo das informações pessoais dos envolvidos, pude ter acesso a alguns “Relatórios” dos quais ela dispunha, sob sua supervisão.

Os “Relatórios” eram peças fundamentais para entender melhor o modo como a materialidade do crime era constituída ou não, porque encerravam os inquéritos quando produziam um resumo das atividades investigativas registradas. Roberta, contudo, desdenhava-os – dizia-me, também como um argumento para não permitir meu acesso a eles, que eram meras formalidades das quais o seu possível desdobramento em um processo penal prescindia. Eu queria e achava importante ver aquilo que Roberta não queria ou achava desnecessário que eu visse. Esse dilema indica que o trabalho antropológico em repartições públicas não necessariamente deve seguir os fins burocráticos para compreender como suas funções e atribuições são efetivadas. Além disso, está ligado aos limites e ao segredo de certas práticas e documentos que são, ao menos em um primeiro momento, negados ao pesquisador, de diferentes maneiras.

Tenho insistido ao longo desse trabalho que, de um ponto de vista antropológico, a constituição dos crimes em contextos policiais dependia de determinadas pessoas, papéis e instituições. Nesse sentido, as “Portarias” e os

⁵³ Durante meu trabalho de campo, insisti inúmeras vezes, de diferentes formas, na possibilidade de consultar inquéritos arquivados. Todas as vezes sem sucesso – ou a possibilidade estava sendo avaliada pela Delegada, ou a reforma de uma área próxima ao arquivo impedia, ou não havia cópias dos inquéritos no Setor.

“Relatórios” articulavam a responsabilidade de uma pessoa, em uma determinada posição na hierarquia da corporação, a Delegada, no início e no final do registro da investigação, o “Inquérito”. Consequentemente, a constituição dos crimes dependia do trabalho envolvido não apenas na produção desse último compêndio, mas também do empenho nas ações que tornavam possível a elaboração de “Relatórios”: o recebimento das comunicações de crimes, as intimações, as oitivas, os lembretes nas capas dos inquéritos, a elaboração de ofícios, termos e e-mails, as discussões entre escrivã e Delegada e a escrita, enfim, do “Relatório”. Para encerrar a procura pela intenção, registrava a “comprovação” ou não da autoria e da materialidade do crime e o encaminhamento às autoridades competentes.

Tratarei do “Relatório” do inquérito de João, um caso no qual um homem com mais de 60 anos procurou o Setor noticiando um crime de discriminação motivado por sua idade. Um crime contra um idoso que teria acontecido em um terminal de transporte público de Curitiba, quando um fiscal teria empurrado João, que caiu e se machucou. O documento, assim como os outros “Relatórios”, fora endereçado ao “Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ___ª Vara Criminal de Curitiba”, sendo apresentado como “RELATÓRIO FINAL POLICIAL”. Ou seja, a comprovação ou não da existência do crime assim o era na comunicação da Polícia, assinada pela Delegada, com o Poder Judiciário. No limite, a própria existência do crime era uma informação justificada no documento que encerrava o inquérito Policial ao ser encaminhado para outra instância estatal.

Os “Relatórios” em geral eram curtos (e talvez ainda sejam, embora em minha última ida ao Setor, no começo de 2020, antes da pandemia do novo coronavírus, Roberta tenha me dito que havia um novo Delegado responsável apenas pelo Setor). Não possuíam mais de quatro ou cinco páginas. O de João, por exemplo, era composto por duas, organizadas em parágrafos não numerados e que carregavam os símbolos da Polícia Civil e do estado do Paraná.

O “Relatório” fazia referência aos documentos presentes nos inquéritos. O primeiro deles, responsável por ter instaurado o “Inquérito” foi a “Portaria”, mencionada pelas folhas do inquérito às quais correspondia (“fls 01/03”). O objetivo era de apurar uma “prática de discriminação à condição de idoso e vias de fato em relação ao idoso [nome completo do noticiante]” e uma “suposta conduta prevista no

art. 21 parágrafo único do Decreto Lei 3688/41 e do art. 96 da Lei 10741/03⁵⁴. Em seguida, mencionou a expedição de uma “Ordem de Serviço” com o seguinte objetivo: “identificar imagens de câmeras de segurança interna do terminal de ônibus [nome do terminal] desta capital, onde teriam ocorridos os fatos, assim como identificar possíveis testemunhas em relação ao fato, conforme fls 07”.

Depois disso, pormenorizou a “Ordem de Serviço”, porque mencionou um ofício, às “fls 08”, encaminhado à empresa que controla o sistema de transporte público de Curitiba, a URBS – Urbanização de Curitiba para solicitar as imagens do circuito interno do terminal. Em seguida, mencionou o relatório presente nas “fls 23/28” feito pelo “Setor de Inteligência” em que “examinou as imagens entregue (sic), descrevendo e printando as telas para melhor verificação da dinâmica dos fatos”. Depois disso, as pessoas ouvidas foram citadas: “ouveu-se nas fls 10/11⁵⁵ a vítima, o senhor [nome completo]”; “o segurança que interferiu dos (sic) fatos apaziguando a situação desenvolvida pela vítima e pelo fiscal da URBS”, nas “fls 13/14”; e por fim, o “fiscal, em tese autor dos fatos”, nas “fls 16/21”. A informação seguinte não mencionou nenhuma folha do “Inquérito”, mas o arrependimento da vítima sobre o “registro de ocorrência” possível de ser visto em sua “declaração”.

Entretanto, isso não foi suficiente para interromper as investigações, pois “conforme preceitua o Estatuto do Idoso e também a Lei das Contravenções Penais, tais diplomas normativos são infrações de ação penal pública incondicionada, não sendo possível a paralisação das investigações em face do arrependimento da vítima na representação”. A nova versão contada durante sua declaração não foi suficiente para interromper as investigações, mas foi uma informação privilegiada para justificar a inexistência do dolo e do crime. O “Relatório” dizia que não havia ocorrência de crime, “*principalmente* em face das contradições da vítima entre os fatos narrados no boletim de ocorrência e em suas declarações, assim como pela análise das imagens de segurança e ainda pelo relato da testemunha”. O documento assinado pela Delegada representando a “Polícia Civil do Estado do Paraná” finalizou o “Inquérito” com a seguinte frase: “dou por encerrado este Inquérito

⁵⁴ Respectivamente, Lei das Contravenções Penais e Estatuto do Idoso.

⁵⁵ Por mais que as pessoas ouvidas tenham sido gravadas, o “Relatório” não fez nenhuma menção a isso e também não mencionou nenhum resumo do que foi dito. Nas “fls” citadas estão os registros do acontecimento da gravação das oitivas, com exceção das folhas da parte autora, cuja oitiva não foi gravada, devido a um contratempo na rotina da Divisão. O fiscal teve sua oitiva realizada em outra dependência da DHPP e sua fala foi transcrita pela escrivã.

Policial”. Ademais, remetia-o “para a análise deste douto Magistrado e do digníssimo representante do [Ministério Público]”.

O “Relatório” do caso de João informava, assim, em um documento endereçado a um Juiz de Direito, que não havia a configuração de um crime. Quando Latour (2019) trata das diferenças entre a produção dos fatos científicos e jurídicos, uma das apontadas é relacionada aos destinatários a quem as produções escritas de juízes e cientistas são direcionadas (p.250). De modo análogo, penso que o destinatário dos “Relatórios” importa para a finalização do trabalho do inquérito: enquanto uma atribuição oficial da Delegada, e também cotidianamente, na medida em que Roberta mencionava vez ou outra o possível desdobramento de seu trabalho no Poder Judiciário. De todo modo, o “Relatório” informou que não havia o crime, cuja motivação seria uma intenção específica de discriminar, mas não de qualquer maneira. Assim o fez na medida em que pôde contar uma história a respeito da investigação passível de ser confirmada pelas folhas do inquérito, relativa ao porquê de não existir o crime, embora confirmassem a procura pela intenção.

Portaria, Ordem de Serviço, Ofício, prints de imagens, oitivas de vítima, autor e testemunha e o registro do arrependimento da vítima foram articulados para que “contradições da vítima entre os fatos narrados no boletim de ocorrência e em suas declarações”, “análise das imagens de segurança” e o “relato da testemunha” pudessem justificar a comunicação da inexistência do crime. Para que pudessem comprovar, ao mesmo tempo, a existência de uma investigação e a inexistência de um crime.

Chegamos, assim, ao fim do capítulo e da descrição do trabalho policial envolvido nas investigações e registros do crime. Para encerrar, descrevi os registros da investigação e o trabalho policial envolvido nesse empenho. Meu objetivo principal foi abordar o final da constituição das investigações e dos crimes na sua passagem pelo Setor. Ambientei a leitora e o leitor não apenas à diversidade dos crimes que passavam por lá, mas também aos seus elementos cotidianos, como enunciados, pastas e documentos. Por isso, comecei com os inquéritos e sua novidade eletrônica, e segui com um caso, o de Ângela, para demonstrar como

naquelas pastas havia uma lógica que registrava a procura pela intenção e a inexistência do crime, a partir do encadeamento das informações e da identificação não apenas do investigado, mas também dos envolvidos na elaboração do inquérito. Por fim, tratei dos momentos decisivos para encontrar a intenção criminosa – que não foi vista em nenhum dos casos do Setor a que tive acesso. Conseguir é uma questão de perspectiva, de posição, de técnica, estudo, experiência e engajamento. No cotidiano do Setor de Vulneráveis, o “dolo específico” quase nunca era visto, como eu mesmo presenciei, e como Roberta e a Delegada me disseram, era difícil encontrá-lo, para lembrar da expressão da “doutora”. Em minhas últimas considerações, voltarei meus esforços para refletir sobre essa dificuldade – ou sobre as implicações e as condições de uma procura bastante particular do Setor, a procura da intenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações de crimes das mais variadas tipificações penais estão ligadas a diferentes modos e matérias da procura. Na constituição dos crimes no Setor de Vulneráveis da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Paraná não era diferente. Boa parte da especificidade do trabalho dessa unidade especializada era procurar pela intenção específica de discriminar, o “dolo específico”, sobretudo nos crimes de racismo e injúria racial. Essa não era a única atividade de sua rotina burocrática, mas era bastante central. Até aí, nada de surpreendente, se não fosse pela aridez dos resultados – apesar de apurada, ela quase nunca era encontrada. Para fins de pesquisa, isso não era necessariamente um problema, diferente do que expressavam os lamentos da Delegada e da escrivã, por exemplo. Além, é claro, das importantes reflexões e denúncias dos movimentos sociais contemporâneos sobre o tema – entre, por exemplo, o reconhecimento da importância desses instrumentos penais no combate ao racismo, a avaliação da eficácia das investigações e das sentenças, e a geração de indicadores para a formulação de políticas públicas.

A etnografia que realizei, infelizmente, não tem condições de fornecer uma solução para o problema, mas contribui para sua discussão. O problema de pesquisa inicial relacionado à constituição dos crimes no Setor de Vulneráveis conduziu o trabalho para a procura da intenção, que, por sua vez, desdobrou-se na inexistência do indiciamento na maioria dos casos. Os argumentos centrais de cada capítulo podem auxiliar na reflexão, na medida em que informam como e sob quais condições determinadas condutas puderam se tornar uma atribuição da polícia civil, um caso a ser investigado e uma forma de proferir uma verdade provisória sobre os crimes – provisória porque o MP possui autonomia para oferecer a denúncia independentemente do indiciamento

No primeiro capítulo, tratei do espaço, da legislação e, na falta de uma palavra melhor, das representações vinculadas ao Setor de Vulneráveis. Para escapar da ideia de diferentes expressões de um fenômeno único, abordei o tema explorando as existências concomitantes dessa unidade. Assim, pude argumentar em favor de existências de suas instalações físicas, legal (ligada às atribuições criadas pelo decreto de sua inauguração, em especial, a Lei 7.716 e o parágrafo terceiro do artigo 140 do Código Penal), e do seu cotidiano público (veiculado em

notícias e na participação do Setor em uma audiência pública) e dentro da instituição (presente na relação da atribuição do Setor em comparação com as das Delegacias de Homicídio). Se a existência dos “crimes contra vulneráveis” dependia da atuação do próprio Setor, demonstrei como essa unidade se desdobrava em existências que articulavam o trabalho da polícia e o estatuto da população por ela atendida.

Nessa reflexão, a importância do “dolo específico” para a tipificação dos crimes apareceu como um atributo responsável para qualificar os crimes enquanto tais, em especial, na descrição que fiz de um jurista importante para Roberta e para a doutrina dos crimes de injúria e discriminação racial. Ou seja, a importância de uma intenção específica de tratar preconceituosamente. A preocupação com a existência do “dolo específico” esteve, também, expressamente anunciada no Capítulo 3, intitulado “Os registros e decisões da inexistência do crime”. Nesse ponto, explorei as práticas de documentação e interpretação voltadas para fazer aparecer o trabalho investigativo e a inexistência do crime. Com esse intuito, considerei importante descrever os modos pelos quais as queixas iniciais se transformavam em enunciados e pastas, que informavam um modo de conhecimento elucidativo da atuação investigativa da polícia civil: os inquéritos policiais. Muito trabalho era feito para que eles existissem e registrassem tanto a “verdade” do crime, quanto o trabalho cumprido de acordo com a atribuição do ofício.

Investigação, inquérito e trabalho policial caminhavam juntos e, por isso, dependiam um do outro desde a chegada das notícias-crime. Tratei dessa última questão, da chegada de tais comunicações no Setor, no segundo capítulo, em que abordei os primeiros passos da investigação. As notícias de fato e os boletins de ocorrência que possuíram seus desdobramentos na instauração de inquéritos encontravam nas oitivas um momento importantíssimo para comprovar a materialidade do crime. Identificar e qualificar eram condições, e a desconfiança modulava os enunciados do trabalho da escrivã na busca pela verdade e a justiça, como ela me dizia. Os esforços estavam vinculados à possibilidade de encontrar a intenção consciente e específica de discriminar, mais uma vez. Isso ficava evidente nas oitivas, quando a pessoa investigada era diretamente indagada a respeito de sua intenção: “você teve a intenção de discriminar ou menosprezar?”.

Assim, retorno à questão com a qual introduzi esse trabalho e que sintetiza grande parte das investigações do Setor. O que, afinal, amparava essa indagação?

Como ela vinculava uma legislação ao trabalho policial? Qual efeito é possível associar a essa conexão? Por que era razoável perguntar assim, de modo tão direto?

Os principais crimes de atuação do Setor eram aqueles tipificados pelo parágrafo terceiro do artigo 140, o de injúria racial; e pela Lei 7.716, o de racismo. O primeiro considerado um crime contra a pessoa, especificamente, contra a honra subjetiva da pessoa, e o segundo considerado um crime de segregação contra um grupo de pessoas. Respectivamente, um crime de Ação Penal Pública condicionada à representação da vítima e um de Ação Pública incondicionada, pois nesse último o “Estado” figurava como vítima. De todo modo, eram assunto de importância no Setor na medida em que deveriam ter a intenção específica de discriminar comprovada, conforme uma determinada doutrina confirmada pela escrivã e pela Delegada. A intenção específica do investigado era o elemento central mesmo nos casos em que o bem jurídico a ser resguardado era a honra subjetiva e a tipificação dependesse, em um primeiro momento, de comunicação do crime e do sentimento de ofensa da vítima. Os crimes que chegavam ao Setor teriam seus investigados indiciados se fosse comprovada a sua intenção específica em discriminar, a intenção específica do ato discriminatório do sujeito. Ou seja, não importava o quanto a pessoa que procurou o Setor se sentisse ofendida.

A importância da legislação para esse procedimento não estava presente apenas na doutrina consultada por escrivã e Delegada, ela também aparecia nas suposições das duas a respeito do desdobramento dos casos. Isso ficou evidente logo no começo do meu trabalho de campo, quando ambas, em dois momentos diferentes, chamaram minha atenção para o fato de que as investigações feitas no Setor, na maioria das vezes, não conseguiam chegar até o Poder Judiciário – e, quando chegavam, muito raramente terminavam na incriminação dos que um dia foram indiciados pela Delegada. O modo como juízes e procuradores costumavam encarar os casos não determinava a atuação naquela unidade, mas o modo como os casos prosseguiam também não era ignorado. Havia uma consideração grande pelo “quando chegar lá”, ou seja, pela possibilidade de o caso poder ir adiante – ter condições de sair do MP como uma denúncia, ser aceita e julgada pelo Poder Judiciário.

As técnicas de investigação e interpretação da existência do “dolo específico” buscavam uma intenção possível de ser confirmada pelo Ministério

Público, que pudesse encontrar adesão no Poder Judiciário, e, por isso, amparada por uma doutrina considerada amplamente aceita. Tendo isso em vista, a consideração do decorrer das investigações permite ver que ela deixava para trás o sentimento de ofensa da vítima e passava a voltar-se quase que exclusivamente para a intenção do investigado, à procura de uma intenção também quase que exclusiva. Ou melhor, unívoca e indubitável, conforme a pergunta feita nas oitivas dos investigados. Para “chegar lá” com alguma possibilidade de prosseguir, a intenção da pessoa investigada era privilegiada em detrimento da expectativa e do dano à vítima.

Dizendo de outro modo, o “dolo específico” permitia a conexão do caso com uma determinada doutrina e isso pesava na sua consideração em relação à possibilidade ir adiante no processo penal. Consequentemente, o dano causado à vítima ficava em segundo plano – não porque não importasse à escritã e à delegada, mas pela confluência entre o modo de tipificação legal dos crimes, sua exegese pela doutrina, a definição de atribuições institucionais e as relações entre diferentes instituições. Em decorrência disso, o foco da investigação priorizava não mais a relação entre vítima e autor, responsável por transportar o caso para as dependências do Setor, mas entre ato e sujeito. O trabalho investigativo buscava fabricar ao mesmo tempo, essa passagem, a existência do dolo e da discriminação, em conjunto com determinados procedimentos, legislação e doutrina. Ou seja, não se tratava de uma questão individual.

Por outra entrada analítica, é possível descrever a intenção como fabricada nesse movimento e isso ajuda a mais uma vez não reduzir a questão a escala individual, porque indica uma maneira não essencializada de destacar a intenção como uma composição específica, localizada e localizável.

O conselho que tanto ouvi de Roberta sobre considerar a outra parte poderia ser interessante para pensar outras incursões etnográficas, pois permitiria voltar a atenção para as relações concretas enunciadas pelos noticiantes. No contexto da investigação, a exigência de eliminar qualquer heterogeneidade impossibilitava reconhecer, em tais relações, a existência de algo que dificilmente alcança a univocidade pressuposta pela lei, a doutrina e as instituições. Ou seja, ao ser considerada em formato exclusivo, a intenção terminava alijada da possibilidade de qualquer ambivalência. Dizendo de outro modo, a procura da intenção era uma maneira de torná-la um ato unívoco.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Ministério divulga dados de violência policial de 2019**. 23 jun. 2020. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/ministerio-divulga-dados-de-violencia-policial-de-2019>. Acesso em: 05 set. 2020.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ (ANPR). **Inquéritos policiais passam a ser 100% digitais no Paraná**. 02 set. 2019. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=103550>. Acesso em: 14 out. 2019.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo. 2014. 316 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

ALLARD, Olivier; CAREY, Matthew; RENAULT, Rachel. De l’art de se méfier. **Tracés**, n. 31, p. 07-20, 2016.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ANDRADE, Fabiana. **Fios para trançar, jogos para armar**: o fazer policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ARETXAGA, Begonia. Maddening states. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 32, p. 393-410, 2003.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor?** Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

BELO, Carolina Gabardo Belo. Unidade especializada atende vítimas de discriminação ou preconceito em Curitiba. **Massanews**. 13 dez. 2016. Disponível em: <https://massanews.com/noticias/plantao/unidade-especializada-atende-vitimas-de-discriminacao-ou-preconceito-em-curitiba-zXrE8.html>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BEM PARANÁ. **Governo lançou o Inquérito Digital da Polícia Civil** 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/governo-lancou-o-inquerito-digital-da-policia-civil#.XTMd1Oj0nDc>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n.2, p. 105-140, 2000.

BEVILAQUA, Ciméa Barbato. **Consumidores e seus direitos**: um estudo sobre conflitos no mercado de consumo. São Paulo: Humanitas, 2008.

_____. A unidade do estado como processo técnico. In: FONSECA, Cláudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine; PAIM, Heloísa (orgs.). **Antropologia da ciência**: desafios etnográficos e dobras reflexivas. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 149-78.

BOKANY, Vilma Luiza. **Do preconceito aos crimes de ódio**: as marcas da intolerância na metrópole paulista. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAREY, Matthew. **Mistrust**: an ethnographic theory. Chicago: Hau Books, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.3, n. 2, 1995.

CANDEA, Matei. **Corsican fragments**: difference, knowledge, and fieldwork. Bloomington and Indianapolis: Indiana University, 2010.

CHARLDORP, Tessa Cyrina van. **From police interrogation to police record**. Oisterwijk: Uitgeverij BOXPress, 2011.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ (CRPPR). **Setor de atendimento ao vulneráveis inaugurado em Curitiba mira crimes de ódio**. 10 jan. 2017. Disponível em: <https://crppr.org.br/setor-de-atendimento-ao-vulneravel-inaugurado-em-curitiba-mira-crimes-de-odio/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

COSTA, Joelcyo. **Golpes, parentesco e tirocínio policial**: uma etnografia da delegacia de estelionato (PR). 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

CUSTÓDIO, Túlio. Você é racista – só não sabe disso ainda. **Revista Galileu**. 05 out. 2015. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/10/voce-e-racista-so-nao-sabe-disso-ainda.html>. Acesso em: 04 mai. 2019.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. As Delegacias Especiais de Polícia e o projeto Gênero e Cidadania. In: CORRÊA, Mariza (org.). **Gênero & Cidadania**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2002, p. 09-20.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (orgs.). **Gênero e Distribuição de Justiça**: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2006.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADE (DEDIHC). Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. **Ministra dos Direitos Humanos elogia**

Atendimento a Vulneráveis em Curitiba. 21 mar. 2017. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4045>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs). **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

FERREIRA, Letícia. **Uma etnografia para muitas ausências:** o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social. 2011. 308 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. "Apenas preencher papel": reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, abr. 2013.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FREIRE, Victor Ramos. "The video is wrong": notas etnográficas sobre a introdução do árbitro de vídeo na Copa do Mundo televisionada. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 7., 2019, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2019.

FULLIN, Carmen Sílvia. **A criminalização do racismo:** dilemas e perspectivas. 1999. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Quando o negócio é punir:** uma análise etnográfica dos juizados especiais criminais e suas sanções. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Euclides. Orientações superiores: time and bureaucratic authority in Mozambique. **African Affairs**, v. 112, n. 449, p. 602-622, out. 2013.

GONZALES, Lélia. Racismo e seximos na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Sociologia e natureza: classes, raças e sexos. **Document de travail du Mage**, v. 18, p. 209-228, 2014.

HERZFELD, Michael. **The social production of indifference** – exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.

_____. Chapter Nine. The practice of stereotypes. In: _____. **Cultural intimacy:** social poetics in the Nation-State. New York and London: Routledge, 2015.

HOAG, Colin. Assembling partial perspectives: thoughts on the anthropology of bureaucracy. **PolAR**, v. 34, n. 1, p. 81-94, 2011.

HOAG, Colin; HULL, Matthew. A review of the anthropological literature on the civil service". **Policy Research Working Paper 8081**. World Bank, Development Research Group, Impact Evaluation Team, 2017.

HULL, Matthew. Documents and bureaucracy. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v.41, p. 251-67, 2012.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v.33, n.1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

IUBEL, Aline. **Sensibilidades e documentos**: o movimento de pessoas, fatos e palavras em um *direito*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

JARDIM, Denise. Os caminhos do cadastro e outros obstáculos da visibilização do imigrante no Brasil. In: FONSECA, Cláudia; MACHADO, Helena (orgs). **Identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, pp. 65-84, jun. 1989

KNOX, Hannah. An infrastructural approach to digital ethnography: lessons from the Manchester infrastructures of social change project. In: HJORTH et al. **The routledge companion to digital ethnography**. New York and London: Routledge, 2017.

LARKIN, Brian. The politics and poetics of infrastructure. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 42, p. 327-343, out. 2013.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA/EDUSC, 2012.

_____. **A fabricação do direito**: um estudo de etnologia jurídica. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LEA, Tess. When looking for anarchy, look to the state: fantasies of regulation in forcing disorder within the Australian Indigenous estate. **Critique of Anthropology**, Newbury Park, v. 32, n.2, p. 109-124, 2012.

LEWANDOWSKI, Andressa. **O direito em última instância**: uma etnografia do Supremo Tribunal Federal. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LINZ, Beatriz Accioly. **A lei nas entrelinhas**: a Lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo. 2014. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; FERREIRA, Carolina Cutrupi; SANTOS, Natália Neris da Silva. Legislação antirracista punitiva no Brasil: uma aproximação à aplicação do direito pelos tribunais de Justiça brasileiros. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 2, n. 1, pp. 60-92, 2015.

MACHADO, Marta Rodriguez De Assis; LIMA, Márcia; NERIS, Natália. Racismo e insulto racial na sociedade brasileira: Dinâmicas de reconhecimento e invisibilização a partir do direito. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 11-28, nov. 2016.

MACHILLOT, Didier. Pour une anthropologie des stéréotypes: quelques propositions théoriques. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 73-101, jun. 2012.

MARICATO, Glaucia. **Atingidos pela hanseníase, reparados pelo Estado: as múltiplas histórias performadas da lei 11.520/2007**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MATOS, Camila Tavares de Moura Brasil. **A percepção da injúria racial e racismo entre os operadores do direito**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MEDEIROS, Flavia. **“Linhas de investigação”**: Uma etnografia das técnicas e moralidades sobre “homicídios” na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2016. 287 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH). **Delegacia contra crimes de racismo está em processo de implantação no Paraná**. 12 dez. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2016/12-dezembro/delegacia-contra-crimes-de-racismo-esta-em-processo-de-implantacao-no-parana-2. Acesso em: 04 mai. 2019.

MITCHELL, Timothy. Society, economy and the state effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (orgs). **The anthropology of the state: a reader**. Malden (MA)/Oxford: Blackwell, 2006, p. 169-186.

MOL, Annemarie; LAW, John. Complexities: an introduction. In: _____ (orgs.). **Complexities: social studies of knowledge practices**. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MOL, Annemarie. **Política ontológica**. Algumas ideias e várias perguntas. 2007. Disponível em: <https://grupoteccc.files.wordpress.com/2011/07/4-politicas-ontolc3b3gicas.pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2019.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

MUHLFRIED, Florian. Introduction. Approximating mistrust. In: _____ (ed.). **Mistrust: ethnographic approximations**. Wetzlar: Transcript, 2018.

MULLINGS, Leith. Interrogating racismo: toward na antiracist anthropology. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 34, p. 667-693, out. 2005.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira Muniz. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”**. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NADAI, Larissa. **Descrever crimes, decifrar convenções narrativas**: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____. Entre estupros e convenções narrativas: os Cartórios Policiais e seus papéis numa Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 65-96, dez. 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

_____. **Curso de Direito Penal**: arts. 121 a 212 do Código Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

OHDE, Mariana. Curitiba terá unidade especializada na investigação de crimes de ódio. **Paraná Portal**. 02 nov. 2016. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/sem-categoria/curitiba-tera-unidade-especializada-na-investigacao-de-crimes-de-odio/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

OLIVEIRA, Amanda Marques. **A feminização da velhice e a invisibilidade da violência contra o idoso**: um estudo sobre o atendimento de velhos nas delegacias de polícia. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Delegacia de Vulneráveis**: conquista social. 22 fev. 2017. Disponível em: <https://www.oabpr.org.br/delegacia-de-vulneraveis-conquista-social/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

PARANÁ. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório de atividades**: exercício 2016. Curitiba: Procuradoria-Geral de Justiça, 2018.

PLURAL. **Inquéritos policiais serão digitais no Paraná**. 03 set. 2019. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/inqueritos-policiais-serao-digitais-no-parana/>. Acesso em: 14 nov. 2019.

RENOLDI, Brígida. **Carne de carátula**: experiencias etnográficas de investigación, juzgamiento y narcotráfico. La Plata: Al Margen, 2013.

RIBEIRO, Djamila. Racismo brasileiro foi genialmente concebido a ponto de ser negado até hoje. **Folha de São Paulo**. 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/06/racismo-brasileiro-foi-genialmente-concebido-a-ponto-de-ser-negado-ate-hoje.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, jan./jun. 2014.

RILES, Annelise. Introduction. In response. In: _____(org.). **Documents**: artifacts of modern knowledge. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

RIOS, Flávia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: LAVALLE, A.G.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J., comps. **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. <https://doi.org/10.7476/9788575114797.0008>.

RODRIGUES, Denise Carvalho dos Santos. **Experiências de injúria racial e preconceito/discriminação em novos contextos sociais**: um estudo sobre os boletins de ocorrência e os relatos de crimes raciais registrados na 2ª Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes Raciais e de Delitos de Intolerâncias (DECRADI/SP). 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 62, p. 184-207, 2015.

SANTOS, Cecília MacDowell. Cidadania de gênero contraditória: queixas, crimes e direitos na Delegacia da Mulher em São Paulo. In: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). **O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Marcio Henrique Casimiro Lopes Silva. **Crime de racismo ou injúria qualificada?** Tipificações e representações das ocorrências de práticas racistas entre os delegados de polícia de Campinas. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SANTOS, Victória Regina dos. **Práticas policiais nas delegacias de proteção à mulher de Joinville e Florianópolis**. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel. Introdução. Técnica e/em/como transformação. In: _____ (org). **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017.

SCHAVELZON, Salvador. La antropología del estado, su lugar y algunas problemáticas. **Publicar**, n. 9, p. 73-96, 2010.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: uma etnografia do “campo de atenção ao adolescente infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ (SSPPR). **100% dos inquéritos das polícias do Paraná são digitais**. 02 set. 2019. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/100-dos-inqueritos-das-policias-do-Parana-sao-digitais>. Acesso em: 14 out. 2019.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Introduction: Rethinking theories of the state in an age of globalization. In: _____ (orgs.) **The anthropology of the state: a reader**. Malden (MA)/ Oxford: Blackwell, 2006, p. 1-41.

SOUZA, Erika Giuliane Andrade. **Feijoada Completa: reflexões sobre administração institucional de conflitos e dilemas de cidadania nas delegacias de polícia da cidade do Rio de Janeiro**. 2008. 76 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

STAR, Susan Leigh. The ethnography of infrastructure. **American Behavioral Scientist**, v. 43, n. 3, 1999.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1987], p.133-158.

_____. O efeito etnográfico. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1999], p. 345-406.

TAUSSIG, Michael. Maleficium: state fetishism. In: APTER, Emily Apter; PIETZ, William (orgs.). **Fetishism as cultural discourse**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993, p. 217-247.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (TJPR). **Inquérito Digital passará a funcionar na capital, na RMC e em Bocaiúva do Sul**. 26 mar. 2019. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/inquerito-digital-passara-a-funcionar-na-capital-na-rmc-e-em-bocaiuva-do-sul/18319. Acesso em: 23 jul. 2019.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

TURNER et al. Body camera footage leads to lower judgments of intent than dash camera footage. **PNAS**, v. 116, n. 4, p. 1201-1206, jan. 2019.

VECCHIATTI, Paulo Roberto. Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

VELASCO et al. N° de pessoas mortas peça polícia cresce no Brasil no 1º semestre em plena pandemia; assassinatos de policiais também sobem. **Portal do G1**. 03 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/no-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-no-1o-semester-em-plena-pandemia-assassinatos-de-policiais-tambem-sobem.ghtml>. Acesso em: 05 set. 2020.

YNGVESSON, Barbara; COUTIN, Susan. Schrodinger's cat and the ethnography of law. **PoLAR**, v. 31, n.1, p. 61-78, 2008.

ANEXO 1 – ORGANOGRAMA DA DIVISÃO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA

